

ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

22

SISTEMA DE INFORMAÇÕES E
INDICADORES CULTURAIS

2003-2005

Ministério
da Cultura

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 22

Sistema de Informações e Indicadores Culturais

2003-2005

Rio de Janeiro
2007

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-3981-2 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-3980-5 (meio impresso)

© IBGE. 2007

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Eduardo Sidney e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Referências conceituais

Descrição e classificação das atividades econômicas da cultura

A ótica da produção realizada pelas empresas

A ótica do domicílio

As fontes de informação e suas articulações com a cultura

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE

Pesquisas Econômicas: Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-
Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual
de Serviços – PAS

Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF

Precisão das estimativas provenientes de pesquisas
por amostragem

Indicadores e resultados

Economia da Cultura: análise pelo lado da oferta

Introdução

Análise do Cadastro Central de Empresas

Análise das pesquisas estruturais econômicas

Análise dos gastos da administração pública

Inventário dos bens duráveis das famílias

Análise socioeconômica

Considerações finais

Referências

Anexos

1 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Brasil - 2003

2 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Brasil - 2004

3 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Brasil - 2005

Glossário

Lista

Tabelas

1 - Número total de famílias, segundo as áreas selecionadas - períodos 1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003

2 - Número total de famílias, no total das áreas selecionadas, segundo as classes de rendimento mensal familiar - períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003

3 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil - 2003-2005

4 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural, por faixas de pessoal ocupado - Brasil 2003/2005

5 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações, tamanho médio das empresas e salários médios mensais, no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil - 2005

6 - Número de empresas e pessoal ocupado total nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

7 - Salário médio mensal e custo do trabalho nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

8 - Custos totais e receita líquida nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

9 - Valor bruto da produção, custos das operações industriais ou consumo intermediário, valor da transformação industrial e valor adicionado nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

10 - Despesa total com cultura, segundo as esferas de governo - Brasil - 2003-2005

11 - Participação da despesa orçamentária com cultura no total da despesa Brasil - 2003-2005

12 - Análise comparativa das despesas por funções consolidadas pelas três esferas de governo, segundo o tipo de função - Brasil - 2003-2005

- 13 - Despesa *per capita* consolidada com cultura, segundo as Grandes Regiões - 2003-2005
- 14 - Despesas com cultura dos governos estaduais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2003-2005
- 15 - Despesas com cultura dos governos municipais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2003-2005
- 16 - Distribuição percentual da despesa municipal com cultura, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2003-2005
- 17 - Distribuição de famílias, no total das áreas selecionadas, por posse de bens duráveis, segundo os bens duráveis relacionados à cultura - períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003
- 18 - Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura, segundo as áreas selecionadas - períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003
- 19 - Participação das famílias que possuíam bens duráveis, no total das áreas selecionadas, por classes de rendimento mensal familiar, segundo os bens duráveis relacionados à cultura - períodos 1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003
- 20 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e o sexo - 2004-2006
- 21 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e o sexo - 2004-2006
- 22 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça - 2004-2006
- 23 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas, a cor ou raça e o sexo - 2004-2006
- 24 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2004-2006
- 25 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os grupos de idade - 2004-2006
- 26 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os anos de estudo - 2004-2006
- 27 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os anos de estudo - 2004-2006
- 28 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a posição na ocupação do trabalho principal - 2004-2006
- 29 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e a posição na ocupação do trabalho principal - 2004-2006
- 30 - Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões - 2004-2006
- 31 - Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2004-2006
- 32 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e as classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência - 2004-2006

33 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e as classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência - 2004-2006

34 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal - 2004-2006

35 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal - 2004-2006

36 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a condição de contribuição para a previdência - 2004-2006

37 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e a condição de contribuição para a previdência - 2004-2006

Quadros

1 - Atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura

2 - Estrutura detalhada das atividades do setor cultural: códigos e denominações

3 - Descrição dos ramos das atividades culturais da indústria e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

4 - Descrição dos ramos das atividades culturais do comércio e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

5 - Descrição dos ramos de serviços culturais e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

Gráficos

1 - Participação percentual do número de empresas e outras organizações e do pessoal ocupado total no setor cultural, por faixas de pessoal ocupado - Brasil - 2003/2005

2 - Distribuição percentual do pessoal ocupado total e assalariado no setor cultural, segundo as faixas de pessoal ocupado - Brasil - 2003/2005

3 - Salário médio mensal expresso em salários mínimos no CEMPRE e no setor cultural, segundo as faixas de pessoal ocupado - Brasil - 2005

4 - Distribuição percentual das empresas das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005

5 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005

6 - Distribuição percentual das empresas das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005

7 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005

8 - Distribuição percentual das empresas das atividades de serviços culturais - Brasil - 2003-2005

- 9 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades de serviços culturais - Brasil - 2003-2005
- 10 - Distribuição percentual dos custos totais das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005
- 11 - Distribuição percentual da receita líquida de vendas das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005
- 12 - Distribuição percentual dos custos totais das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005
- 13 - Distribuição percentual da receita operacional líquida das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005
- 14 - Distribuição percentual dos custos totais das atividades de serviços culturais - Brasil - 2003-2005
- 15 - Distribuição percentual da receita operacional líquida das atividades de serviços culturais - Brasil - 2003-2005
- 16 - Distribuição percentual do valor da transformação industrial das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005
- 17 - Distribuição percentual do valor adicionado das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005
- 18 - Distribuição percentual do valor adicionado das atividades de serviços culturais - Brasil - 2003-200
- 19 - Despesa com cultura do governo federal, segundo os órgãos - Brasil - 2003-2005
- 20 - Distribuição percentual da despesa com cultura dos governos estaduais, segundo as Grandes Regiões - 2003-2005
- 21 - Distribuição percentual da despesa com cultura dos governos municipais, segundo as Grandes Regiões - 2003-2005
- 22 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no setor cultural - 2004-2006
- 23 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no setor cultural, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2004-2006
- 24 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no setor cultural, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2006

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Nesta publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, em parceria com o Ministério da Cultura – MinC, divulga os resultados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, com informações referentes aos anos 2003, 2004 e 2005. Esta é a segunda versão deste estudo realizado pelo IBGE, que tem por o objetivo organizar e sistematizar informações para a construção de indicadores das atividades relacionados ao setor cultural brasileiro.

Em 2004, o IBGE celebrou convênio com o Ministério da Cultura para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e construir indicadores culturais de modo a fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamental e privado subsídios para o planejamento e a tomada de decisão, e aos usuários, em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

Focando o período entre 2003 e 2005, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais dá continuidade a esse projeto, cuja primeira divulgação, em 2006, levantou informações referentes ao ano 2003. Nesta publicação são apresentados os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais, a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas famílias brasileiras e, os gastos públicos com cultura, e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais, consolidados nacionalmente.

Os resultados ora divulgados estão disponíveis no CD-ROM que acompanha esta publicação, como também no portal do IBGE, na Internet.

A Diretoria de Pesquisas do IBGE agradece a todos que colaboraram com apreciações e críticas para o aperfeiçoamento deste estudo e coloca-se à disposição dos usuários para esclarecimentos e sugestões que venham a contribuir para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais visa a apresentar resultados do estudo relativo à organização, sistematização, produção de indicadores e análise de informações setorial, nacional e regional, relacionadas ao setor cultural, a partir dos dados das pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes aos anos 2003¹, 2004 e 2005.

A reconhecida complexidade em tratar conceitualmente a dimensão cultural representa um grande desafio para a construção de estatísticas.

A necessidade de se conhecer melhor o setor cultural já se impôs, a partir dos anos 1970, em países europeus - principalmente a França, um dos primeiros a incluir a cultura no plano de metas nacional - nos Estados Unidos e em outros países-membros da Unesco que incorporaram o conceito de cultura em suas estratégias de desenvolvimentos social e econômico².

Neste campo, é importante destacar os avanços produzidos nas últimas duas décadas do Século XX, em que a cultura deixa de ser entendida como sinônimo de Belas Artes e como um luxo acessível apenas para alguns, sendo assumida como um direito, como um fator e indicador de desenvolvimento, como um mecanismo de redistribuição

¹ Esta publicação contém os dados atualizados de 2003 e 2004. Essa atualização deve-se à revisão que ocorre nos dados em função da crítica da pesquisa do ano de 2005 que engloba os dois anos anteriores.

² A demanda pelo primeiro trabalho sobre economia da cultura configura-se mais claramente, nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, consubstanciado no documento *Performing arts: the economic dilemma*, de William Baumol e William Bowen, encomendado pela Fundação Ford.

de direitos e liberdades, como um elemento primordial na expansão da criatividade, da imaginação e da capacidade de transformar a realidade (RIVAS, 2007).

Mais recentemente, a palavra “cultura” como termo e como conceito, passou a ser incorporada às cartas constitucionais da maior parte dos países latino-americanos. E, desde a década de 1980, um número significativo de países da América Latina e organizações internacionais vem dedicando cada vez mais atenção a estudos orientados ao diagnóstico do setor cultural, no sentido de alterar o quadro de lacunas de informação, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades na formulação de uma política pública.

O desenvolvimento de análises da dimensão socioeconômica da cultura ganha cada vez mais importância nos dias de hoje, com um número significativo de países e organizações internacionais que dedicam crescente atenção à produção de conhecimento sobre as especificidades e potencialidades das atividades relacionadas à cultura, em termos de geração de valor agregado, emprego e renda.

Somam-se as iniciativas de caráter incipiente, mas promissoras, empreendidas por países da América Latina com o respaldo de organismos internacionais, entre os quais se destacam o Convênio Andrés Bello, da Colômbia, a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, bem como nos institutos oficiais de estatísticas sul-americanos.

Outro aspecto relevante diz respeito aos desafios enfrentados pelas sociedades do Século XXI na incorporação uma visão mais ampla do campo da cultura com os avanços nas recentes formas de manifestações que surgem sem cessar, associadas ao aparecimento de novas infra-estruturas e tecnologias dos meios de informação e comunicação³, os quais introduzem novos hábitos sociais geradores de novas necessidades, transformando a cultura em um sistema de constante incorporação de novas criações.

Observa-se, ainda, a existência de largo consenso sobre a insuficiência das recomendações internacionais sobre as estruturas metodológica e conceitual de um sistema de informações para o setor.

Na realização deste trabalho, a primeira necessidade que se impôs foi a de definir cultura em termos das atividades econômicas que a compõem. Neste momento, surgiram os primeiros desafios de ordem conceitual e metodológica para estabelecer uma delimitação preliminar das atividades culturais, tomadas em sua dimensão econômica.

Desta forma, o IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, procurou investigar o setor cultural por meio de informações cadastrais, estatística e documental, já disponíveis, para, assim, elaborar os indicadores culturais que revelam as diferentes faces da cultura no País, pelo lado da produção, do consumo e do emprego, entre 2003 e 2005, dando continuidade ao projeto iniciado com o Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003.

³ Castells (1999, p.698) denominou de capitalismo informacional o sistema de produção baseado na “tecnologia de geração de conhecimentos e processamento da informação e da comunicação de símbolos”.

Para apresentar os resultados deste estudo, na próxima seção, faz-se uma exposição dos aspectos metodológicos relativos à descrição e classificação das atividades econômicas relacionadas com a cultura e a sua correspondência com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0, e a descrição das informações básicas sobre as fontes utilizadas para sua realização.

A seção 3 enfoca uma breve análise dos principais indicadores econômicos da cultura e um conjunto de tabelas e gráficos, com destaque para o número de empresas, pessoal ocupado, salários e outras remunerações, salário médio, custo do trabalho, custos totais e receita líquida, valor adicionado e valor da transformação industrial; a análise dos gastos da administração pública; o inventário de bens duráveis das famílias; e as características da população ocupada em atividades relacionadas à cultura.

Na seção 4, referente às considerações finais, retomam-se os principais resultados do estudo e as perspectivas de trabalho, e no Glossário a conceituação das variáveis apresentadas nas tabelas.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de exploração dos resultados do estudo, a publicação traz, ainda, um CD-ROM que contém, além das informações do volume impresso, tabelas em formato Excel do Sistema de Informações e Indicadores Culturais e os coeficientes de variação associados às estimativas divulgadas.

Com este estudo, o IBGE pretende contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as atividades econômicas relacionadas com a cultura e para a melhoria da qualidade das estatísticas nacionais.

Notas técnicas

Nestas notas técnicas são apresentadas as principais características conceitual e metodológica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais.

Referências conceituais

Na realização deste trabalho, a primeira necessidade que se impôs foi a de definir cultura em termos das atividades econômicas, geradoras de bens e serviços, que a compõem. Neste momento, surgiram os primeiros desafios de ordem conceitual e metodológica para estabelecer uma delimitação preliminar das atividades culturais, tomadas em sua dimensão econômica.

Uma segunda ordem de considerações se colocou diante da necessidade de trabalhar com as bases de dados disponíveis de forma a representar, a partir de categorias predefinidas, o universo da atividade cultural. Este processo de trabalho, único que viabilizava a utilização de um amplo conjunto de pesquisas estatísticas, apresentou limitações próprias deste tipo de estudo. Dentre estas limitações, podem-se citar as dificuldades de desagregação das atividades de modo a separar as atividades culturais de outras que não são relacionadas, considerando que as pesquisas são desenhadas para controlar a precisão das estimativas para detalhamentos de atividade previamente definidos.

A concepção de cultura adotada neste estudo está relacionada com as atividades econômicas geradoras de bens e serviços. O setor cultural foi definido de uma maneira empírica, tomando-se como referência inicial a definição da Unesco sobre as atividades culturais relacionadas

[...] à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização (INFORME..., 2004, p. 498).

Por outro lado, vale lembrar que a reconhecida complexidade em tratar conceitualmente a dimensão cultural representa um grande desafio para a apreensão desse tema no País, no que se refere à dificuldade de mensurar atividades informais e que expressam a diversidade das manifestações simbólicas associadas às distintas realidades social, geográfica e histórica. Não é apenas a pluralidade que dificulta a compreensão dessas atividades caracterizadas pela imaterialidade dos saberes e fazeres, mas antes a sua própria natureza marcada, além da informalidade, pela espontaneidade e, em alguns casos, até pela marginalidade, exigindo muitas vezes procedimentos de pesquisa e análise que extrapolam as formas tradicionais de metodologia.

Assim, para a finalidade deste estudo, o conceito de atividade cultural levou em consideração os dados estatísticos disponíveis para dimensionar do setor.

O ponto de partida do estudo concentrou-se no levantamento das atividades culturais existentes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, realizado por Oliveira (2003); nas informações constantes no *1º Guia cultural de Belo Horizonte*, publicado pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro, em 1997; e no estudo de Santana e Souza (2001), publicado pela Fundação João Pinheiro, na série Cadernos do Centro de Estudos Históricos e Culturais – CEHC, série Cultura, bem como em textos elaborados por técnicos do Ministério da Cultura.

Em seguida, foram utilizadas informações disponíveis nos Anuários Estatísticos da França, Espanha, Estados Unidos, Nova Zelândia, Japão, Canadá, Chile, Argentina e México; nos sistemas de informação sobre cultura, do Ministério da Cultura da França; e nas publicações da Unesco.

Para desenvolver os estudos sobre metodologia na área de cultura, os técnicos do IBGE participaram de seminários sobre o tema com técnicos do Ministério da Cultura e da Fundação Casa de Rui Barbosa, e formaram um grupo interdisciplinar composto por pesquisadores de diferentes áreas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

A partir das pesquisas regulares do IBGE⁴, buscou-se mapear as atividades culturais para em seguida organizar as informações estatísticas sobre a produção (oferta) de bens e serviços culturais, sobre os gastos do governo (demanda), a posse de alguns bens duráveis relacionados com a cultura (demanda) e, o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais.

⁴ Maiores detalhes sobre as metodologias das pesquisas utilizadas neste estudo podem ser obtidos consultando o portal do IBGE na Internet, no endereço: <http://www.ibge.gov.br/>

As informações sobre a produção de bens e serviços culturais foram obtidas nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas e nas pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual - Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS).

Para identificar os gastos do governo, foram utilizadas as Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD foi utilizada para obter as características das ocupações e das atividades culturais realizadas pela população brasileira.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF foi utilizada como fonte de informação da posse de alguns bens duráveis relacionados à cultura das famílias brasileiras.

Descrição e classificação das atividades econômicas da cultura

A ótica da produção realizada pelas empresas

As classificações de atividades econômicas são construídas para organizar as informações estatísticas sobre os fenômenos relacionados com a contribuição das unidades produtivas (empresas) no processo econômico. O ordenamento dessas informações baseia-se na identificação de segmentos homogêneos quanto à similaridade de processos de produção, das características dos bens e serviços produzidos, e da finalidade para a qual os bens e serviços são produzidos.

Para classificar as atividades econômicas culturais, este estudo utilizou como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0. Por ser uma nomenclatura completa e desagregada das atividades econômicas, a CNAE assegura a coerência das informações ao longo do tempo, no espaço territorial e entre fontes diversas, além de assegurar a comparabilidade internacional das estatísticas nacionais.

A CNAE 1.0 adota como referência a *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC*, Revisão 3, das Nações Unidas, equivalente em Espanhol à *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU*⁵.

A delimitação das atividades culturais, que serviu de referência para organizar as informações das pesquisas, se iniciou com a análise de cada uma das 581 classes

⁵ Para informações mais detalhadas sobre a estrutura da CNAE 1.0, consultar a página <http://www.ibge.gov.br/concla>, no portal do IBGE na Internet.

(4 dígitos) da CNAE 1.0, as quais definem as atividades mais detalhadas desta nomenclatura. Portanto, a classificação constituiu o instrumento-chave para a delimitação do setor cultural, uma vez que uma atividade foi considerada como cultural se produz bens e serviços relacionados com a produção cultural.

Identificadas as atividades da CNAE caracterizadas como culturais, as informações das pesquisas foram organizadas para compor o setor cultural, que é apresentado de acordo com os segmentos industrial, comercial e de serviços que tinham relação com a cultura.

Um dos principais objetivos deste trabalho é o de tornar pública esta delimitação e a classificação das atividades culturais para que os analistas e estudiosos do setor possam contribuir para o seu aprimoramento futuro. Para tanto, é importante compreender os limites e as possibilidades de utilização desta nomenclatura para classificar as atividades culturais.

Do conjunto de atividades contidas na CNAE 1.0, estabeleceu-se uma primeira delimitação do campo das atividades responsáveis pela produção (oferta) de bens e serviços culturais. Nesta primeira abordagem, optou-se por excluir do âmbito da atividade cultural as atividades econômicas estritamente ligadas ao turismo, esporte, meio-ambiente e religião, que compreendem atividades culturais em alguns países.

Consideram-se como atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura as atividades características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Foram incluídas as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico.

Como atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura estão aquelas que agregam atividades propriamente culturais e outras que não podem ser caracterizadas como tal. Nestas, destacam-se, por exemplo, as atividades de “comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações”, que compreendem atividades diretamente relacionadas à cultura (livros, jornais, revistas, publicações, periódicos, etc.) e outras que, embora façam parte do processo de produção, não estão estritamente relacionadas à cultura (artefatos de papel, de papelão, artigos de escritório, de papelaria, escolares, cadernos, etiquetas de papel, entre outros). As atividades para as quais isto ocorre são apresentadas e descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura

Classe de atividades		Notas explicativas	
		Atividades indiretamente relacionadas à cultura	
Código	Descrição	Culturais	Não-culturais
51.47-0	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	livros, jornais, revistas, publicações, periódicos, etc.	artefatos de papel, de papelão, artigos de escritório, de papelaria, escolares, cadernos, etiquetas de papel, etc.
51.65-9	Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças	computadores, microcomputadores, telefones, equipamentos para comunicação, <i>softwares</i> , programas informáticos, etc.	peças e acessórios para computadores, peças e equipamentos de informática, teclados, <i>toner</i> , cartucho de tinta para impressora, secretária eletrônica, etc.
64.20-3	Telecomunicações	transmissão de sons, imagens, dados, serviços de telefonia fixa e telefonia móvel, provedores de acesso à Internet e correio eletrônico, etc.	manutenção operacional das redes de telecomunicações, serviços de rastreamento por satélites, telemetria e estações de radar, <i>pager</i> , serviços de radiochamadas marítimos e aeronáuticos, etc.
72.30-3	Processamento de dados	processamento de dados completo, digitalização de textos e imagens, hospedagem de páginas e de <i>sites</i> , etc.	serviços de CPD, gestão e operação de equipamentos de processamento de dados
72.40-0	Atividades de bancos de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico	criação de banco de dados, distribuição <i>on-line</i> de conteúdo, portais de busca da Internet, páginas (<i>sites</i>) de busca, de jogos e de entretenimentos, na Internet, etc.	edição <i>on-line</i> de cadastros e malas diretas, armazenamento de dados, edição <i>on-line</i> de banco de dados, etc.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações.

O Quadro 2 apresenta a relação completa e a descrição das atividades consideradas neste estudo como culturais, estruturadas de acordo com as seções da CNAE 1.0⁶: Indústrias de transformação (D); Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (G); Transporte, armazenagem e comunicações (I); Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (K); Educação (M) e Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (O).

⁶ O volume completo da CNAE 1.0 está disponível em publicação impressa, CD-ROM, e na página <http://www.ibge.gov.br/concla>, no portal do IBGE na Internet.

**Quadro 2 - Estrutura detalhada das atividades do setor cultural:
códigos e denominações**

(continua)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
D				INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
	20			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA
		20.2		FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS
			2029-0	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto móveis
	22			EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
		22.1		EDIÇÃO E IMPRESSÃO
			22.14-4	Edição de discos, fitas e outros materiais gravados
			22.15-2	Edição de livros, revistas e jornais
			22.16-0	Edição e impressão de livros
			22.17-9	Edição e impressão de jornais
			22.18-7	Edição e impressão de revistas
			22.19-5	Edição; edição e impressão de outros produtos gráficos
		22.2		IMPRESSÃO DE JORNALIS, REVISTAS E LIVROS E OUTROS SERVIÇOS GRÁFICOS
			22.21-7	Impressão de jornais, revistas e livros
			22.29-2	Execução de outros serviços gráficos
		22.3		REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS
			22.31-4	Reprodução de discos e fitas
			22.32-2	Reprodução de fitas de vídeos
			22.34-9	Reprodução de <i>softwares</i> em disquetes e fitas
	30			FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
		30.2		FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES
			30.21-0	Fabricação de computadores
		32.2		FABRICAÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, SISTEMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO E SEMELHANTES
			32.22-0	Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes
		32.3		FABRICAÇÃO DE APARELHOS RECEPTORES DE RÁDIO E TELEVISÃO E DE REPRODUÇÃO, GRAVAÇÃO OU AMPLIFICAÇÃO DE SOM E VÍDEO
			32.30-1	Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo
	36			FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS
		36.9		FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
			36.91-9	Lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
			36.92-7	Fabricação de instrumentos musicais
			36.93-5	Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte
			36.94-3	Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos
G				COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
	51			COMÉRCIO POR ATACADO, REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
		51.4		COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
			51.47-0	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; papel, papelão e seus artefatos; livros, jornais e outras publicações
		51.6		COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, PARTES E PEÇAS
			51.65-9	Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças
	52			COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
		52.4		COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS
			52.46-9	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
		52.5		COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS
			52.50-7	Comércio varejista de artigos usados

**Quadro 2 - Estrutura detalhada das atividades do setor cultural:
códigos e denominações**

(conclusão)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
I	64	64.2		TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES
				CORREIO E TELECOMUNICAÇÕES
				TELECOMUNICAÇÕES
			64.20-3	Telecomunicações
K				ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS
			71	ALUGUEL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM CONDUTORES OU OPERADORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
				71.4 ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
				71.40-4 Aluguel de objetos pessoais e domésticos
			72	ATIVIDADES DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS RELACIONADOS
				72.2 CONSULTORIA EM SOFTWARE
				72.21-4 Desenvolvimento e edição de <i>softwares</i> prontos para uso
				72.29-0 Desenvolvimento de <i>softwares</i> sob encomenda e outras consultorias em <i>software</i>
				72.3 PROCESSAMENTO DE DADOS
				72.30-3 Processamento de dados
				72.4 ATIVIDADES DE BANCO DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO ON-LINE DE CONTEÚDO ELETRÔNICO
				72.40-0 Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico
			73	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
				73.1 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS
				73.10-5 Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais
				73.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
				73.20-2 Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas
			74	PUBLICIDADE E ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS
				74.4 PUBLICIDADE
				74.40-3 Publicidade
	74.9 ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS			
	74.91-8 Atividades fotográficas			
M	80	80.9		EDUCAÇÃO
				EDUCAÇÃO
				EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO
				80.96-9 Educação profissional de nível técnico
	80.97-7 Educação profissional de nível tecnológico			
	80.99-3 Outras atividades de ensino			
O	92			OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS
				ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS
				92.1 ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO
				92.11-8 Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo
				92.12-6 Distribuição de filmes e de vídeos
				92.13-4 Projeção de filmes e de vídeos
				92.2 ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
				92.21-5 Atividades de rádio
				92.22-3 Atividades de televisão
				92.3 OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS
				92.31-2 Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias
				92.32-0 Gestão de salas de espetáculos
				92.39-8 Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente
	92.4 ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS			
	92.40-1 Atividades de agências de notícias			
	92.5 ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS			
	92.51-7 Atividades de bibliotecas e arquivos			
	92.52-5 Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico			
	92.53-3 Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações.

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

A ótica do domicílio

A delimitação das atividades culturais adotada nas pesquisas econômicas serviu também para delimitar o âmbito nas pesquisas domiciliares.

A partir da definição das atividades econômicas culturais do lado da oferta de bens e serviços da CNAE 1.0, foi possível selecionar os itens do consumo das famílias com o setor cultural, em 2003, que foi objeto de estudo da publicação anterior.

No Brasil, as pesquisas domiciliares são realizadas por entrevistas, e a pergunta sobre a atividade econômica resume-se à descrição dada pelo informante. Estas descrições, via de regra, não detalham, em toda extensão, as características da atividade que são necessárias para a identificação de determinadas classes da CNAE⁷.

Assim, para uso nas pesquisas domiciliares, censos e pesquisas contínuas, a CNAE foi adaptada, dando origem à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar⁸. Esta classificação mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados, e nos níveis mais detalhados reagrupa classes, tendo em vista o grau de precisão das descrições da atividade dadas nas referidas pesquisas. Desagrega, também, algumas atividades de serviços que têm nessas pesquisas sua única fonte de cobertura.

A partir de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar – CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar – CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD.

Neste estudo, foram selecionados pelo maior nível de desagregação (5 dígitos) da CNAE-Domiciliar, as seguintes atividades econômicas características de cultura e seus respectivos códigos:

- 22000 - Edição, impressão e reprodução de gravações;
- 33004 - Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos;
- 53062 - Comércio de livros, revistas e papelaria;
- 92011 - Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo;
- 92012 - Distribuição e projeção de filmes e de vídeos;
- 92013 - Atividades de rádio;
- 92014 - Atividades de televisão;
- 92015 - Outras atividades artísticas e de espetáculos;
- 92020 - Atividades de agências de notícias;
- 92030 - Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais;

⁷ No caso específico da POF, para esta publicação, não foram consideradas as despesas das famílias com itens relacionados ao setor cultural. Para uma visão que leve em conta as despesas das famílias brasileiras com a cultura, ver: SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 124 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18).

⁸ Para informações mais detalhadas sobre a CNAE-Domiciliar: estrutura (códigos e denominações), metodologia de construção e correspondência com a *Clasificación de Actividades Económicas para Encuestas Socioeconómicas del Mercosur – CAES Mercosur* e com a ISIC/CIIU Rev. 3, consultar a página <http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>, no portal do IBGE na Internet.

- 92040 - Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer;
- 71030 - Aluguel de objetos pessoais e domésticos; e
- 74030 - Publicidade.

Assim como no caso da CNAE, a Classificação Brasileira de Ocupações foi adequada para as pesquisas domiciliares, dando origem à Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar – CBO-Domiciliar⁹. No nível mais agregado, correspondente a grande grupo, a CBO-Domiciliar é idêntica à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Para níveis mais desagregados (famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais) a CBO-Domiciliar reagrupa ocupações, de modo a conferir maior precisão às informações das pesquisas domiciliares.

Desta forma, as informações individuais a 4 dígitos, maior desagregação da CBO-Domiciliar, possibilitaram relacionar as ocupações tipicamente culturais aos respectivos códigos:

- 2330 - Professores e instrutores (com formação de nível superior) no ensino profissional;
- 2531 - Profissionais de *marketing*, publicidade e comercialização;
- 2611 - Profissionais do jornalismo;
- 2612 - Profissionais da informação;
- 2613 - Arquivologistas e museólogos;
- 2614 - Filólogos, tradutores e intérpretes;
- 2615 - Escritores e redatores;
- 2616 - Especialistas em editoração;
- 2617 - Locutores e comentaristas;
- 2621 - Produtores de espetáculos;
- 2622 - Coreógrafos e bailarinos;
- 2623 - Atores, diretores de espetáculos e afins;
- 2624 - Compositores, músicos e cantores;
- 2625 - Desenhistas industriais (*designer*), escultores, pintores e afins (inclui o artesanato);
- 2627 - Decoradores de interiores e cenógrafos;
- 3313 - Professores (com formação de nível médio) no ensino profissionalizante;
- 3322 - Professores leigos no ensino profissionalizante;
- 3331 - Instrutores e professores de escolas livres;
- 3524 - Agentes de fiscalização de espetáculos e meios de comunicação;
- 3544 - Leiloeiros e avaliadores;
- 3711 - Técnicos em biblioteconomia;
- 3712 - Técnicos em museologia;
- 3713 - Técnicos em artes gráficas;
- 3721 - Cinegrafistas;

⁹Para informações mais detalhadas sobre a CBO-Domiciliar, consultar a página http://www.ibge.gov.br/concla/cl_pesquisa.php?sl=2, no portal do IBGE na Internet.

- 3722 - Fotógrafos;
- 3723 - Técnicos em operações de máquinas de transmissão de dados;
- 3731 - Técnicos em operação de estação de rádio;
- 3732 - Técnicos em operação de estação de televisão;
- 3741 - Técnicos em operação de aparelhos de sonorização;
- 3742 - Técnicos em operação de aparelhos de cenografia;
- 3743 - Técnicos em operação de aparelhos de projeção;
- 3751 - Decoradores e vitrinistas de nível médio;
- 3761 - Bailarinos de danças populares;
- 3762 - Músicos e cantores populares;
- 3763 - Palhaços, acrobatas e afins;
- 3764 - Apresentadores de espetáculos;
- 3765 - Modelos;
- 4151 - Escriturários de serviços de biblioteca e documentação;
- 7421 - Confeccionadores de instrumentos musicais;
- 7501 - Supervisores de joalheria e afins;
- 7502 - Supervisores de vidraria, cerâmica e afins;
- 7519 - Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semipreciosos;
- 7521 - Sopradores e moldadores de vidro e afins;
- 7522 - Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins;
- 7523 - Ceramistas (preparação e fabricação);
- 7524 - Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração);
- 7606 - Supervisores das artes gráficas;
- 7611 - Trabalhadores da preparação da tecelagem;
- 7612 - Operadores da preparação da tecelagem;
- 7613 - Operadores de tear e máquinas similares;
- 7660 - Trabalhadores polivalentes das artes gráficas;
- 7661 - Trabalhadores da pré-impressão gráfica;
- 7662 - Trabalhadores da impressão gráfica;
- 7663 - Trabalhadores do acabamento gráfico;
- 7664 - Trabalhadores de laboratório fotográfico;
- 7681 - Trabalhadores artesanais da tecelagem;
- 7682 - Trabalhadores artesanais da confecção de roupas;
- 7683 - Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles;
- 7686 - Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins;
- 7687 - Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade);
- 9152 - Reparadores de instrumentos musicais; e
- 9912 - Mantenedores de equipamentos de lazer.

As informações da PNAD sobre o mercado de trabalho do setor cultural são aquelas obtidas a partir da combinação dos critérios de atividade e de ocupação.

As fontes de informação e suas articulações com a cultura

As principais fontes de informação sobre as atividades características de cultura, do Sistema Estatístico Nacional do IBGE, que serviram de base para a construção dos indicadores apresentados a seguir, foram: as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, a Pesquisa Industrial Anual - Empresa – PIA-Empresa, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC, a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, a Pesquisa Anual de Serviços - Suplemento de Produtos e Serviços, as Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas - APU (todas referentes aos anos 2003, 2004 e 2005), a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004, 2005 e 2006.

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do IBGE dispõe de informações cadastral e econômica de todas as empresas e outras organizações (órgãos da administração pública e instituições sem fins lucrativos) formalmente constituídas no País, independente da atividade exercida ou da natureza jurídica. O modelo de produção de estatísticas econômicas do IBGE está estruturado a partir da realização de pesquisas periódicas por amostragem probabilística sobre um universo de unidades definido a partir do Cadastro Central de Empresas.

Sua série foi iniciada em 1996 e a atualização é feita anualmente, conjugando as informações do Cadastro de Empregadores da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com aquelas obtidas a partir das pesquisas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços realizadas pelo IBGE. As informações coletadas pelo IBGE prevalecem sobre as demais.

Atualmente, o CEMPRE é composto de registros de aproximadamente 10,6 milhões de endereços de atuação de cerca de 9,6 milhões de organizações formalmente constituídas, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, contemplando todo o conjunto de atividades econômicas. Cerca de 90% do CEMPRE é formado por entidades empresariais, sendo os demais registros distribuídos entre órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos, que também possuem inscrição no CNPJ.

Por organizações entende-se pessoas jurídicas, inscritas no CNPJ, compreendendo entidades empresarias, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

No CEMPRE, além do registro de empresas classificadas por atividade econômica, estão disponíveis as seguintes informações: o número de pessoas ocupadas, desagregado em sócios ou proprietários e assalariados; seus salários e outras remunerações pagas. A partir destas variáveis é possível criar indicadores de porte das unidades produtivas e de rendimentos dos trabalhadores.

No CEMPRE, as informações estão organizadas segundo os níveis de detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0, que é a classificação utilizada no Sistema Estatístico Nacional e na administração pública, desagregadas até o nível de 4 dígitos.

A identificação da CNAE no CEMPRE foi aquela utilizada para definir as atividades econômicas da cultura, referenciadas anteriormente no Quadro 1.

O CEMPRE se baseia na constituição jurídica das organizações, ou seja, no registro das entidades pública e privada nos cadastros da administração pública do País. Este registro obedece a normas legais previstas para cada forma de organização legal ou de natureza jurídica.

A Tabela de Natureza Jurídica é organizada segundo cinco grandes categorias: Administração pública; Entidades empresariais; Entidades sem fins lucrativos; Pessoas físicas e Organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Pesquisas econômicas: Pesquisa Industrial Anual - Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS

As pesquisas anuais têm por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas.

Estas pesquisas permitem a construção de um sistema de informações econômicas e financeiras: pessoal ocupado; salários, retiradas e outras remunerações; receitas; custos e despesas; consumo intermediário e custo das operações industriais; valor adicionado e valor da transformação industrial; em níveis detalhados da classificação de atividades e por Unidade da Federação¹⁰, possibilitando a identificação da estrutura básica do setor produtivo do País.

O âmbito destas pesquisas¹¹ é definido pelo universo das empresas que atendem aos seguintes requisitos:

- estar em situação ativa no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE, que cobre as entidades com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- ter atividade principal compreendida nas indústrias extrativas e de transformação, no comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos e nos serviços não financeiros; e
- estar sujeita ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se, portanto, órgãos da administração pública direta e instituições privadas sem fins lucrativos.

No caso da PIA-Empresa, o âmbito se restringe às empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas em 31 de dezembro do ano de referência do cadastro básico de seleção da pesquisa. Na PAC e PAS são excluídas as empresas com sede fora dos

¹⁰Divulgação por Unidade da Federação só para as variáveis pessoal ocupado, salários e outras remunerações e receita bruta de revenda de mercadorias no comércio e receita bruta de prestação de serviços nos serviços.

¹¹Para informações mais detalhadas sobre a PIA-Empresa, a PAC e a PAS, consultar o item Notas técnicas que integra a publicação das pesquisas, no portal do IBGE, na Internet, no endereço: <http://www.ibge.gov.br>.

municípios das capitais das Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), com exceção do Pará, onde não são consideradas aquelas que estão sediadas fora dos municípios da Região Metropolitana de Belém.

A unidade de investigação das pesquisas econômicas é a empresa, definida como a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais, cuja principal receita provém da atividade industrial, no caso da Pesquisa Industrial Anual - Empresa; da atividade comercial entendida como compra de mercadorias para revenda, sem transformação significativa, quando da Pesquisa Anual de Comércio; e da prestação de serviços não-financeiros, em se tratando da Pesquisa Anual de Serviços. Por unidade local, entende-se o espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de CNPJ.

A amostra destas pesquisas é estratificada segundo porte da empresa, definido pelo número de pessoas ocupadas, atividade da CNAE e Unidade da Federação.

O critério para identificação das atividades culturais dentre **as atividades industriais cobertas pela PIA-Empresa** foi o de analisar a composição de cada uma delas com base no peso relativo dos produtos registrados na Pesquisa Industrial Anual - Produto – PIA-Produto. Aquelas atividades cujo peso dos produtos definidos como culturais era muito pequeno não foram incluídas no estudo.

As atividades industriais de interesse para a cultura, definidas a 4 dígitos da CNAE, são aquelas contempladas nas seguintes classes: 2029, 2221, 2229, 3021, 3222, 3691, 3692, 3693 e 3694. Foram feitas agregações específicas de classes da CNAE 1.0 das atividades selecionadas para melhor caracterizar os segmentos econômicos em análise (Quadro 3).

Quadro 3 - Descrição dos ramos das atividades culturais da indústria e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

Descrição das atividades	Agregações das classes CNAE 1.0
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto móveis	20.29
Edição e impressão	22.14+22.15+22.16+22.17+22.18+22.19
Impressão de jornais, revistas e livros e outros serviços gráficos	22.21+22.29
Reprodução de materiais gravados	22.31+22.32+22.34
Fabricação de computadores	30.21
Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	32.22
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	32.30
Fabricação de produtos diversos	36.91+36.92+36.93+36.94

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2005; Classificação nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. In: CONCLA. Sistemas de Busca On-Line. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: out. 2006.

Para atender ao objetivo de obter estimativas para as atividades consideradas culturais, adotou-se o procedimento de pós-estratificação, que consiste em redefinir a alocação das empresas selecionadas na amostra e as do cadastro básico de seleção, conforme o novo desenho, mudando, neste caso, tanto a estratificação natural quanto a final, de forma que os pesos recalculados possam refletir o novo desenho desejado.

As atividades culturais de comércio foram subdivididas em atividades relacionadas diretamente à cultura e atividades relacionadas indiretamente à cultura, essas últimas identificadas pela tarja cinza nos quadros e tabelas. Das atividades da PAC, foram selecionadas as seguintes atividades relacionadas ao setor cultural:

Quadro 4 - Descrição dos ramos das atividades culturais do comércio e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

Especificação	Classe das CNAEs correspondentes
Varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	5246
Varejista de artigos usados	5250
Atacadista de artigos de escritório e de papelaria	5147
Atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação	5165

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2005; Classificação nacional de atividades econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. In: CONCLA. Sistema de Busca On-Line. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

Neste trabalho, os estratos naturais definidos das empresas com CNAEs 5165, 5147 e 5246 foram obtidos pelas combinações de CNAEs a quatro dígitos e Unidades da Federação, enquanto na PAC os estratos naturais destas atividades são dados pelos cruzamentos de CNAEs a 3 dígitos e Unidades da Federação.

Devido à maior agregação dos estratos da PAC, fez-se necessária uma recalibração dos pesos de seleção atribuídos a cada empresa na expansão da amostra. Este processo consistiu na determinação de um fator de calibração com o objetivo de que, ao ser multiplicado pelo peso de cada empresa da amostra, tornassem os totais do número de empresas, pessoal ocupado e salário do cadastro iguais aos totais correspondentes estimados pela expansão amostral.

Tal como na PAC, o recorte do setor cultural das atividades de serviços definido por CNAEs a 4 dígitos não seguiu exatamente à estratificação da PAS, e por isso foi feita uma recalibração dos pesos de seleção de empresas pertencentes a alguns estratos naturais. Logo, as CNAEs envolvidas no processo de recalibração foram 7221, 7229, 7230 e 7240.

As atividades do setor cultural dos serviços culturais foram subdivididas em atividades relacionadas diretamente à cultura e atividades relacionadas indiretamente à cultura, essas últimas identificadas pela tarja cinza no Quadro 5.

Quadro 5 - Descrição dos ramos de serviços culturais e sua correspondência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

Especificação	Classe das CNAEs
Aluguel de objetos pessoais e domésticos	7140
Consultoria em <i>software</i>	7221 + 7229
Publicidade e atividades fotográficas	7440 + 7491
Outras atividades de ensino	8099
Atividades cinematográficas e de vídeo	9211 + 9212 + 9213
Atividades de rádio	9221
Atividades de televisão	9222
Outras atividades artísticas e de espetáculos	9231 + 9232 + 9239
Atividades de agências de notícias	9240
Telecomunicações	6420
Processamento e atividades de banco de dados e distribuição de conteúdo eletrônico	7230 + 7240

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2005; Classificação nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. In: CONCLA. Sistema de Busca On-Line. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU

Enquanto as pesquisas estatísticas estão referenciadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a referência dos registros governamentais é a classificação por função, ou seja, os governos estão submetidos a classificações que têm como princípio a finalidade de aplicação dos recursos.

A função cultura representa, segundo a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (atualmente Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), “o conjunto de ações que visam ao desenvolvimento, à difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade”¹². A esta função estão relacionadas duas subfunções que explicitam mais claramente a sua finalidade: Patrimônio histórico, artístico e arqueológico e Difusão cultural. A primeira compreende as ações voltadas à preservação, levantamento e cadastramento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural de todos os tipos. A segunda diz respeito às ações que objetivam difundir a cultura para todas as camadas da população, apoiando para isso as entidades envolvidas com tais ações.

Sendo assim, para esta aproximação preliminar dos dispêndios no setor cultural das três esferas de governo na série de 2003 a 2005, foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

¹² BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Manual de elaboração do orçamento programa*. Anexo II.1. Brasília, DF, 1999.

a) Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Todos os registros contábeis de órgãos da administração pública federal são efetivados neste sistema, constituindo-se numa base de dados abrangente no que se refere a este nível de governo. A periodicidade desta base de dados é mensal.

b) Finanças do Brasil – FINBRA

A coleta dos dados contábeis dos municípios foi impulsionada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir da qual se impôs uma série de regras fiscais às administrações públicas, de forma que se fez necessária a existência de bases de dados mais abrangentes para efetuar o controle de tais regras. A legislação prevê punições para quem não envia as informações, entretanto a cobertura não é completa¹³. Os municípios enviam suas informações, inclusive a despesa por função, através de um sistema próprio (Sistema de Coleta de Dados Contábeis Consolidados, denominado SISTN), da Caixa Econômica Federal. Estes dados são, então, coletados e consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda. A periodicidade desta base de dados é anual.

c) Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU

Esta pesquisa, realizada anualmente pelo IBGE, coleta um questionário próprio para as despesas por funções. A fonte para tal questionário constitui o registro contábil de cada estado e município pesquisado. Esta base de dados dá origem à publicação *Despesas públicas por funções*, que tem como referência conceitual o Sistema de Contas Nacionais¹⁴, e as variáveis agregadas são compatíveis com aquelas divulgadas na publicação *Finanças públicas do Brasil*, que constitui outro produto da pesquisa. A pesquisa abrange todos os governos estaduais e um painel de municípios (265 em 2003 e 125 a partir de 2004), composto por municípios de capitais, alguns municípios das regiões metropolitanas de capitais e outros municípios selecionados pela sua importância relativa no valor total do orçamento da Unidade da Federação onde estão situados.

d) Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, realizada desde 1999 pela Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE, levanta pormenorizadamente informações sobre estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais. Na edição de 2006 da pesquisa, foi inserido o Suplemento de Cultura, questionário que inquiriu acerca dos dados relativos aos recursos financeiros aplicados pelos órgãos gestores de cultura nos 5.564 municípios brasileiros, dentre outras inúmeras informações. Tais informações orçamentárias apresentadas na pesquisa são relativas ao exercício de 2005. A periodicidade desta pesquisa é anual (desde 2004).

¹³ O FINBRA tem tido cobertura de cerca de 90%.

¹⁴ Utiliza-se a *Classification of the Functions of Government - COFOG 1997*, desenvolvida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, por definir procedimentos para a classificação do ponto de vista institucional e também das transações. A principal vantagem da COFOG é sua coerência em relação aos conceitos do *System of national accounts - SNA 1993*, garantia de comparabilidade internacional. Assim, a classificação funcional brasileira é traduzida tendo como referência a COFOG, para fins de publicação.

Do SIAFI foi captada a despesa dos órgãos federais pertencentes ao âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que são responsáveis pela alocação de recursos no setor cultural. São eles: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Palmares, Biblioteca Nacional, Agência Nacional de Cinema – ANCINE, Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Fundo Nacional de Cultura¹⁵.

No caso dos governos estaduais e municipais, para a estimativa dos anos 2003, 2004 e 2005 (apenas para os governos estaduais) foi utilizada a pesquisa APU, que fornece tabelas resumidas de gastos por função, sendo utilizada especificamente a linha referente a Serviço Cultural, onde estão registradas as despesas com a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados da difusão e preservação do patrimônio histórico e artístico.

Para os anos 2003 e 2004, a complementação do universo dos municípios da pesquisa (que representam aproximadamente 48% do total da despesa municipal com cultura) foi feita através do FINBRA, que ofereceu a informação da despesa total com a função cultura, tal como informado pelos municípios à STN. A despesa com cultura dos municípios que não foram capturados por nenhuma das duas fontes de informação (aproximadamente 300 municípios, em 2003 e 500, em 2004) foi estimada¹⁶.

Já para o ano 2005, foram utilizados os dados extraídos da publicação *Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006*, que forneceu informações sobre os orçamentos voltados para a área de cultura de todos os 5 563 municípios brasileiros (os dados de Brasília foram computados na esfera estadual como Distrito Federal), não havendo, portanto, a necessidade de complementação das informações por outras fontes ou por estimação.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD tem como finalidade a produção anual de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, algumas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação do País.

¹⁵Apesar de já existir desde 1996, o Fundo Nacional de Cultura só passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social no ano de 2004. Portanto, os dados referentes a 2003 foram informados pelo Ministério da Cultura e incluídos no estudo a fim de possibilitar a comparabilidade da série.

¹⁶Usando os dados dos municípios com informações, foi ajustado um modelo de regressão linear, tendo como variável dependente o gasto público com cultura e como variáveis explicativas a população municipal e a localização geográfica por Grandes Regiões. Ressalte-se o caráter preliminar dessas estimativas municipais, uma vez que outros modelos envolvendo outras variáveis podem ser considerados, com o objetivo de estimar com maior precisão.

A partir de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar – CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. A PNAD, desde 1981 a 2003, abrangia todo o Território Nacional com exceção da área rural das seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004, as áreas rurais dessas Unidades da Federação também foram incluídas no âmbito da pesquisa.

A pesquisa cobre a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias, reformatórios, entre outros; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais, etc. e os religiosos em conventos, mosteiros, entre outros.

O levantamento das características de trabalho e rendimento foi efetuado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas. Neste estudo, foram consideradas as atividades relacionadas à cultura, avaliadas através das variáveis de ocupação e da atividade exercida na semana de referência, no trabalho principal, nos anos 2004, 2005 e 2006, baseadas na Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar – CBO-Domiciliar e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar.

Os dados que possibilitaram a construção dos indicadores socioeconômicos foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Os resultados de 2004 divulgados na publicação anterior haviam sido harmonizados com a cobertura geográfica que a PNAD alcançava até 2003, para possibilitar a comparação dos indicadores de 2002 a 2004. Nesta publicação todos os dados referem-se à abrangência nacional, incluindo as áreas rurais, o que pode acarretar diferenças nos resultados publicados de agora com os da publicação anterior, para o ano 2004.

As pesquisas domiciliares apresentam diferenças significativas em comparação às pesquisas econômicas realizadas em empresas.

Em primeiro lugar, ressalta-se a distinção quanto às informações relativas ao ambiente, no qual o entrevistado exerce seu trabalho. Enquanto nas pesquisas econômicas todas as informações são relativas às empresas com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, nas pesquisas domiciliares o trabalho pode ser exercido em qualquer tipo de empreendimento tenha ou não registro formal.

Em segundo lugar, a CNAE-Domiciliar, utilizada pela PNAD, não contempla os mesmos detalhamentos de atividade da CNAE. Assim, algumas atividades econômicas não puderam ser incluídas no estudo dado o seu elevado grau de agregação, como é o caso da educação, que inclui as atividades ligadas a todo o setor de ensino, não sendo possível identificar os tipos de cursos.

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, planejada de forma a garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que a pesquisa é produzida. Para todos os moradores das unidades domiciliares selecionadas para a amostra, são obtidas informações sociodemográficas, com dados mais detalhados sobre trabalho para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Para um aprofundamento maior dos resultados publicados anteriormente, estão sendo divulgadas informações para o Brasil, Grandes Regiões e algumas Unidades da Federação. Essas unidades são aquelas que possuíam mais de 6 milhões de pessoas ocupadas no ano 2006, resultando na escolha do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Essa definição foi uma forma de garantir uma melhor representatividade dos dados específicos para o setor cultural.

Os indicadores socioeconômicos visam a apresentar características das pessoas ocupadas nas atividades diretamente relacionadas à cultura.

Cabe ainda ressaltar que essas informações referem-se ao conjunto de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa, considerando apenas o trabalho principal, ou seja, aquele que a pessoa teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade de tempo, considera-se como principal o trabalho remunerado que a pessoa trabalhou normalmente maior número de horas semanais. Esse mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não-remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Permanecendo a igualdade, também, no número de horas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento mensal.

Em relação ao cálculo do rendimento médio, consideram-se as pessoas ocupadas com rendimento superior a zero, enquanto, na distribuição das pessoas ocupadas por classes de renda, incluem-se, também, os com rendimento zero.

Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF visa a mensurar as estruturas de consumo, gasto e rendimento das famílias, possibilitando traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

O IBGE já realizou quatro pesquisas sobre orçamentos familiares: o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975; a Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987-1988, a Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Entretanto, é preciso destacar algumas diferenças entre as quatro pesquisas.

O ENDEF 1974-1975 e a POF 2002-2003 foram pesquisas com abrangência nacional¹⁷. As POFs 1987-1988 e 1995-1996, por sua vez, foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal.

Na POF 2002-2003, além das informações referentes à estrutura orçamentária, outras características associadas às famílias e aos informantes foram investigadas, tais como: classes de rendimento, cor ou raça, sexo e nível de escolaridade. Esta enorme gama de dados coletados constituiu um rico manancial de informações que,

¹⁷ No caso específico do ENDEF, é importante observar que a área rural da Região Norte não foi pesquisada.

uma vez relacionados, nos fornece um panorama bastante amplo da composição dos gastos das famílias¹⁸.

Assim, a Pesquisa de Orçamentos Familiares possui múltiplas aplicações. Para a gestão pública, contribui para subsidiar o estabelecimento de prioridades na área social com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, incluídas as políticas públicas temáticas nos campos da nutrição, orientação alimentar, saúde, moradia, entre outras. Para o setor privado, a pesquisa pode ser útil na definição de estratégias de investimentos em que o conhecimento do perfil do consumidor e da demanda por bens e serviços seja determinante.

No tocante à metodologia, faz-se necessário esclarecer o uso do termo "família" e sua relação com "unidade de consumo". A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, é identificada a unidade básica da pesquisa – Unidade de Consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia.

Sendo assim, mesmo que os dados aqui apresentados não tenham relação com despesas de alimentação ou moradia é preciso não perder de vista que estas foram fundamentais para a delimitação da unidade básica da pesquisa. Isto explica também a possibilidade de existência ou não de mais de uma UC em um mesmo domicílio.

É importante ressaltar que esta definição segue as recomendações e práticas internacionais referentes a pesquisas similares. O conceito "família" no IBGE, por sua vez, atendendo às recomendações internacionais – e que foi especialmente adotado no Censo Demográfico e demais pesquisas domiciliares – refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas. Entretanto, na maior parte das situações, a UC da POF coincide com a "família", segundo o conceito adotado no IBGE.

A título de exemplo, podemos mencionar que a diferença entre o total de UCs da POF 2002-2003 e de famílias da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2002 é da ordem de 5,94%, sendo que a POF registrou um total de 48 534 638 Unidades de Consumo, e a PNAD, 51 560 959 famílias. Destarte, o termo "família" na POF, muito embora não idêntico conceitualmente, é considerado como equivalente à unidade de consumo.

Para a presente publicação, foram tabulados alguns produtos relacionados ao setor cultural, que constavam do quadro de inventário de bens duráveis (Quadro 14 do Questionário de Despesa Coletiva - POF 2) para as três POFs que cobrem o período compreendido entre 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003.

É importante ressaltar que alguns produtos não foram contemplados nas três edições da pesquisa, seja pelo fato de ainda não existirem ou não estarem difundidos no mercado, como, por exemplo, os aparelhos de DVDs e os microcomputadores, seja por já terem praticamente saído do mercado, como no caso dos toca-discos de agulha¹⁹. Destarte os produtos do quadro de bens duráveis selecionados foram:

¹⁸Para uma visão mais detalhada dos indicadores derivados destas diversas informações, ver: PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Para uma análise específica do setor cultural, ver: SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18).

¹⁹ Nos casos em que o bem não foi pesquisado, adotou-se '.' como convenção nas tabelas.

- POF 1987-1988 – televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil e toca-discos de agulha;
- POF 1995-1996 – televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil, toca-discos de agulha, microcomputador, videocassete, antena parabólica e toca-discos a *laser*;
- POF 2002-2003 – televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil, microcomputador, videocassete, antena parabólica, toca-discos a *laser* e DVD.

Cabe ressaltar que nas situações onde o bem aparece discriminado individualmente, significa que no período da pesquisa referenciada ele foi pesquisado como um único item e não integrado a outro produto.

Para efeito de comparação, os dados da POF 2002-2003 foram tabulados para as mesmas áreas das POFs 1987-1988 e 1995-1996, ou seja, as nove regiões metropolitanas, Distrito Federal e Município de Goiânia. No que tange as classes de rendimento, foram considerados apenas os rendimentos monetários²⁰ e os salários mínimos vigentes no ano de referência de cada pesquisa.

As tabelas de resultados foram compostas apenas com os valores em percentuais. Entretanto, para uma visão mais completa das informações, apresentamos, nas duas tabelas, a seguir, as estimativas para o número total de famílias dos diversos estratos quem compõem os resultados.

Tabela 1 - Número total de famílias, segundo as áreas selecionadas períodos 1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003

Áreas selecionadas	Número total de famílias		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Total	11 014 088	12 544 069	15 653 706
Regiões Metropolitanas			
Belém	221 720	210 837	442 575
Fortaleza	413 524	572 575	762 139
Recife	572 017	715 938	930 893
Salvador	455 178	645 731	831 916
Belo Horizonte	732 552	935 306	1 258 899
Rio de Janeiro	2 860 879	2 957 446	3 449 377
São Paulo	3 888 185	4 291 169	5 123 050
Curitiba	487 284	601 746	768 624
Porto Alegre	777 494	914 446	1 151 589
Goiânia	226 749	270 799	340 693
Distrito Federal	378 506	428 076	593 951

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

²⁰ A POF 2002-2003 também pesquisou os rendimentos não-monetários. Para uma definição do conceito de rendimento não-monetário, ver a nota técnica, em: PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Tabela 2 - Número total de famílias, no total das áreas selecionadas, segundo as classes de rendimento mensal familiar períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003

Classes de rendimento mensal familiar (1)	Número total de famílias		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Total das áreas selecionadas	11 014 088	12 544 069	15 653 706
Até 2 salários mínimos	955 865	1 304 756	2 417 774
Mais de 2 a 3 salários mínimos	813 036	1 049 593	1 736 236
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1 804 161	1 911 708	2 942 085
Mais de 5 a 8 salários mínimos	2 002 384	2 278 954	2 649 877
Mais de 8 a 15 salários mínimos	2 454 379	2 633 818	2 755 440
Mais de 15 salários mínimos	2 984 263	3 365 240	3 152 294

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

(1) Considerou-se o salário mínimo do ano de referência de cada pesquisa.

Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem

O IBGE realiza um conjunto bastante grande de pesquisas por amostragem probabilística, tanto na área sóciodemográfica, investigando unidades domiciliares e seus moradores, como na área econômica, cujas unidades de investigação são as empresas da indústria, do comércio e de serviços.

As conclusões de uma pesquisa por amostragem devem ser apoiadas nas estimativas produzidas, que por sua vez são calculadas considerando os pesos amostrais, associados às unidades da amostra, de acordo com o plano amostral definido e com os estimadores usados. Essas estimativas têm uma variabilidade que é inerente ao processo de amostragem. Assim, a avaliação dos chamados erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão. Para cada estimativa derivada da pesquisa é possível obter uma medida de precisão que auxilia na análise e interpretação dos dados.

Os erros amostrais podem ser avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação ou dos erros padrão calculados a partir das estimativas das variâncias, que são calculadas levando em consideração o esquema de amostragem utilizado em cada pesquisa em particular.

Todas as pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE passam por um processo de avaliação da precisão de suas estimativas. Isto significa que são calculadas estimativas das variâncias, erros-padrão ou coeficientes de variação, associadas às estimativas do plano tabular de divulgação dos resultados, sendo que, em algumas pesquisas, esse cálculo é feito para todas as estimativas do plano de divulgação.

No caso deste estudo sobre indicadores culturais, que apresenta estimativas construídas para recortes específicos da abrangência de cada uma das diversas pesquisas, PIA-Empresa, PAC, PAS, POF e PNAD, são apresentados os coeficientes de variação associados a cada uma das estimativas calculadas. Ou seja, para cada célula de cada tabela, com estimativas provenientes dessas pesquisas por amostragem,

apresentada nesta publicação, há uma informação correspondente sobre a precisão da estimativa, na forma de coeficiente de variação, expresso em porcentagem.

O coeficiente de variação é utilizado para construir intervalos de confiança que conterão o valor do total populacional²¹ da variável y , com uma certa probabilidade decorrente do nível de confiança desejado na tomada de decisão.

Assim, para um nível de confiança de 95%, o intervalo de confiança para uma estimativa \hat{Y} é dado por:

$$[\hat{Y} - 1,96 \hat{c}v(\hat{Y}) \hat{Y}; \hat{Y} + 1,96 \hat{c}v(\hat{Y}) \hat{Y}]$$

onde:

\hat{Y} é a estimativa de total da variável y ;

$\hat{c}v(\hat{Y})$ é a estimativa do coeficiente de variação associado à estimativa de total \hat{Y} .

Na prática, um intervalo de confiança de 95% indica que, em cada 100 amostras selecionadas com o mesmo plano amostral, 95 produzirão estimativas \hat{Y} cujo intervalo de confiança conterá o valor verdadeiro da população e em apenas 5 amostras este valor estará fora do intervalo de confiança.

Naturalmente, quanto maior o nível de confiança, maior será a amplitude do intervalo de confiança. A decisão sobre o nível de confiança a ser usado na análise decorre do grau de certeza que o usuário necessita em seu trabalho analítico.

²¹ De um modo geral, o valor na população de uma variável y é desconhecido, exceto para as características investigadas censitariamente.

Indicadores e resultados

Economia da Cultura: análise pelo lado da oferta

Introdução

A caracterização da economia da cultura pelo lado da oferta permite apresentar a configuração do setor cultural para três segmentos econômicos: indústria, comércio e serviços. A análise foi baseada no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE e nas pesquisas estruturais econômicas do IBGE (Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio - PAC e Pesquisa Anual de Serviços - PAS).

O CEMPRE constitui-se em base de dados composta pelos dados cadastrais e econômicos do conjunto de empresas e de outras organizações formalmente constituídas no País, considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e a natureza jurídica. A partir dessa base de dados, foi possível analisar o pessoal ocupado e salários e outras remunerações, assim como a dimensão desse setor, ou seja, a sua representatividade, no total de empresas e outras organizações em relação aos três segmentos econômicos.

Nas pesquisas estruturais econômicas do IBGE, cujo universo corresponde às empresas formalmente constituídas nos três segmentos econômicos²², foi analisada, principalmente, a participação das atividades culturais em relação ao total dos segmentos econômicos considerados, para as seguintes variáveis: número de empresas, pessoal ocupado, salário médio, custo do trabalho, custos totais e receita líquida, valor adicionado e valor da transformação industrial.

²² No caso do segmento de serviços, são considerados apenas os serviços não-financeiros (ver item Notas técnicas).

Análise do Cadastro Central de Empresas

Em 2005, conforme as informações da Tabela 3, atuaram 321 mil empresas e outras organizações nas atividades aqui consideradas como culturais, o que correspondeu, a 5,7% do número total de empresas²³ que constituem o universo do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE²⁴. Estas empresas ocuparam cerca de 1,6 milhão de pessoas, das quais cerca de 70% eram assalariadas.

As pessoas ocupadas assalariadas nas atividades culturais auferiram, em média, remunerações médias mensais mais elevadas que o total de pessoas ocupadas nas empresas formalmente constituídas. O salário médio mensal registrado em 2005 foi de R\$ 1.060,48, enquanto o valor referente às atividades culturais foi de R\$ 1.565,74, ou seja, cerca de 47,64% superior.

Tabela 3 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil - 2003-2005

Ano	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
Total da atividades				
2003	5 185 573	35 674 496	28 472 834	340 789 827
2004	5 371 291	37 577 520	30 346 961	390 053 920
2005	5 668 003	39 585 647	32 224 240	444 252 611
Atividades do setor cultural				
2003	269 074	1 431 449	1 007 158	17 821 912
2004	291 321	1 512 528	1 071 395	20 595 714
2005	321 395	1 635 294	1 159 392	23 598 965
Participação do setor cultural no total das atividades (%)				
2003	5,2	4,0	3,5	5,2
2004	5,4	4,0	3,5	5,3
2005	5,7	4,1	3,6	5,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003-2005.

Durante o período 2003 a 2005, o número total de empresas formalmente constituídas, que atuavam na produção cultural brasileira, alcançaram um crescimento de 19,4%, superior ao crescimento total do número de empresas do País que atingiu 9,3% no mesmo período.

No período considerado, as atividades culturais apresentam a cada ano um crescimento na participação no número de empresas no total do CEMPRE. Os patamares das taxas de participação do setor cultural não sofreram modificações significativas no número de pessoas ocupadas (total e assalariadas) e, em relação aos salários e outras remunerações, mantiveram o percentual de 5,3%, em 2004 e 2005, alcançando o valor de 23,6 bilhões, em 2005.

²³O termo empresa está sendo usado genericamente e serve para designar as unidades empresariais, os órgãos da Administração Pública e as Entidades sem Fins Lucrativos.

²⁴O CEMPRE é um amplo banco de dados do IBGE que armazena dados cadastrais e econômicos de empresas e outras organizações formalmente constituídas no País.

No que diz respeito ao número total de pessoas ocupadas no setor cultural nota-se um crescimento de 14,2% entre 2003 e 2005, passando de 1,4 milhão para 1,6 milhão de pessoas ocupadas. O número de sócios e proprietários que em 2003 somava 424,3 mil, passou para 475,9 mil, em 2005, o que representou um crescimento de 12,2%.

No Brasil, as atividades caracterizadas como culturais registraram aumento no número de pessoas ocupadas assalariadas, de 1 milhão para 1,2 milhão, entre os anos de 2003-2005. O crescimento dos ocupados assalariados do setor cultural (15,1%) foi maior *vis-à-vis* a taxa de 13,2% referente ao total de pessoas ocupadas assalariadas relacionadas aos demais setores da economia.

Tamanho de empresa

Nas estatísticas do CEMPRE, utiliza-se como *proxy*, para identificar o tamanho das empresas, o número de pessoas ocupadas em 31 de dezembro do ano de referência, agrupadas, neste estudo, em cinco faixas de pessoal ocupado total: 0 a 4, 5 a 19, 20 a 99, 100 a 499, 500 e mais (Tabela 4).

A distribuição por faixa de pessoal ocupado total, tanto do número de empresas quanto do pessoal ocupado no setor cultural, se apresentou estável no período de 2003/2005. A faixa entre 0 e 4 pessoas ocupadas concentrou 84,9% do total de empresas culturais e ocupou 26,5% do pessoal ocupado total no setor, em 2005.

As maiores empresas, com porte de 500 ou mais pessoas ocupadas, representam apenas 0,1% das empresas que atuam nas atividades culturais, mas eram responsáveis por cerca de 23,9% do pessoal ocupado e 50,8% do total de salários pagos. Estas empresas registraram um aumento de participação no total de pessoas ocupadas no setor cultural (de 22,7%, em 2003, para 23,9%, em 2005).

Para as empresas de menor porte do setor cultural (faixa de 0 a 4 pessoas ocupadas), observou-se uma maior participação do pessoal ocupado assalariado em relação ao pessoal ocupado total, aumentando de 14,9%, em 2003, para 15,7%, em 2005. Na faixa das maiores empresas relacionadas ao setor cultural (500 e mais pessoas ocupadas), a participação do pessoal ocupado assalariado não variou entre 2003-2005 (97,6%).

Em 2005, a análise da distribuição do pessoal ocupado assalariado por porte da empresa permite observar que as menores empresas do setor cultural, situadas na faixa de 0 a 4 pessoas, embora em maior número (272 758 empresas), ocuparam o menor número de pessoas assalariadas (67 951), conforme Tabela 4. Na outra extremidade, as empresas culturais na faixa de 500 e mais pessoas ocupadas (261 empresas) absorveram cerca de 6 vezes mais pessoal assalariado que as pequenas, ocupando 381 189 pessoas assalariadas.

Tabela 4 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural, por faixas de pessoal ocupado - Brasil 2003/2005

(continua)

Especificação	Faixas de pessoal ocupado					
	Total	0 a 4	5 a 19	20 a 99	100 a 499	500 e mais
Números absolutos						
Cadastro Central de Empresas						
Número de empresas (unidade)						
2003	5 185 573	4 314 769	709 396	131 075	23 876	6 457
2004	5 371 291	4 457 436	741 913	139 707	25 325	6 910
2005	5 668 003	4 703 404	784 795	146 173	26 271	7 360
Pessoal ocupado total (pessoas)						
2003	35 674 496	6 622 558	6 084 083	4 987 342	4 978 688	13 001 825
2004	37 577 520	6 711 191	6 387 080	5 319 706	5 272 615	13 886 928
2005	39 585 647	6 882 331	6 771 566	5 565 802	5 521 670	14 844 278
Pessoal ocupado assalariado (pessoas)						
2003	28 472 834	1 326 604	4 610 615	4 689 716	4 920 788	12 925 111
2004	30 346 961	1 398 321	4 887 172	5 016 233	5 212 101	13 833 134
2005	32 224 240	1 496 703	5 188 092	5 298 717	5 461 446	14 779 282
Salários e outras remunerações (1 000 000 R\$)						
2003	340 790	9 801	28 168	39 196	55 249	208 376
2004	390 054	10 381	32 346	45 200	62 242	239 884
2005	444 253	12 143	36 805	50 876	69 842	274 587
Atividades Culturais						
Número de empresas (unidade)						
2003	269 074	227 161	34 419	6 358	904	232
2004	291 321	246 480	37 112	6 558	931	240
2005	321 395	272 758	40 355	7 024	997	261
Pessoal ocupado total (pessoas)						
2003	1 431 449	384 468	298 481	236 293	187 964	324 243
2004	1 512 528	403 591	321 298	240 860	190 966	355 813
2005	1 635 294	433 986	349 074	257 933	203 841	390 460
Pessoal ocupado assalariado (pessoas)						
2003	1 007 158	57 124	225 879	222 516	185 134	316 505
2004	1 071 395	61 144	244 552	227 089	186 785	351 825
2005	1 159 392	67 951	265 432	244 350	200 470	381 189
Salários e outras remunerações (1 000 000 R\$)						
2003	17 822	470	1 639	2 827	4 143	8 744
2004	20 596	506	1 877	3 214	4 521	10 477
2005	23 599	907	2 134	3 615	4 962	11 981

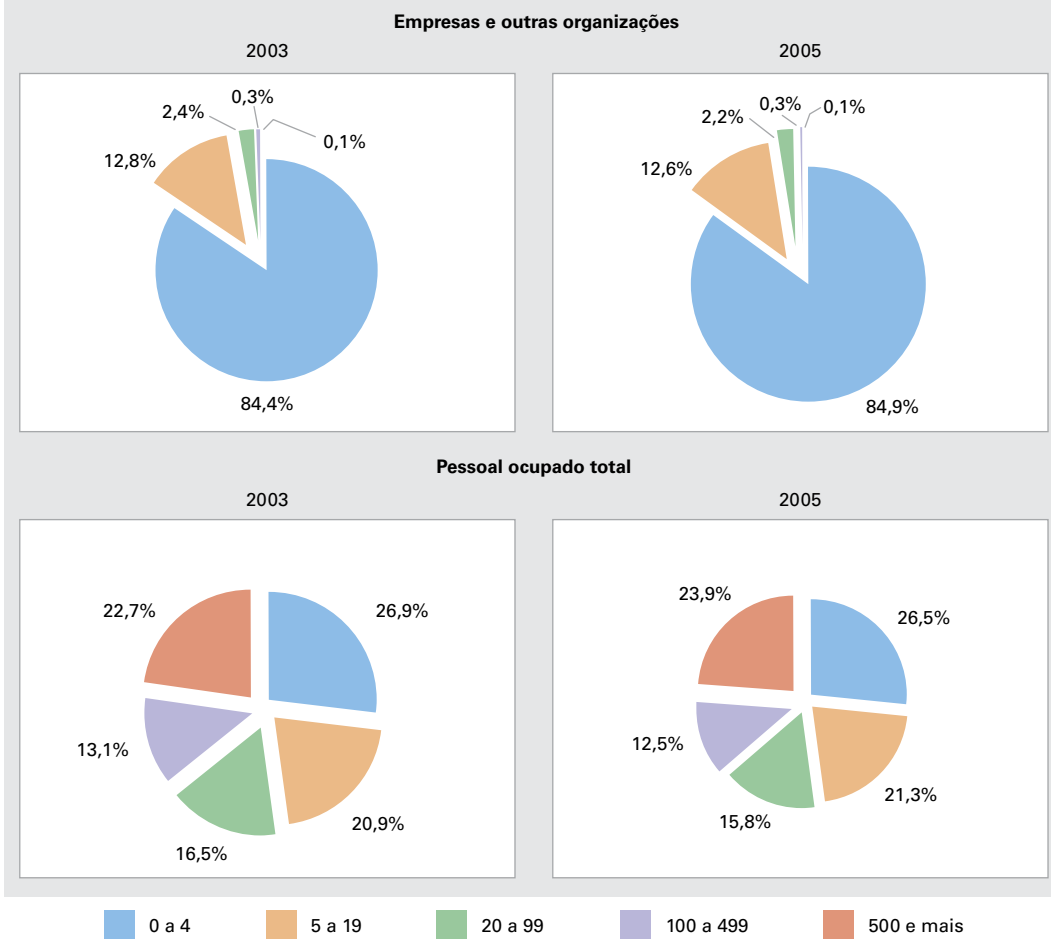
Tabela 4 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural, por faixas de pessoal ocupado - Brasil 2003/2005

(conclusão)

Especificação	Faixas de pessoal ocupado					
	Total	0 a 4	5 a 19	20 a 99	100 a 499	500 e mais
Números relativos (%)						
Cadastro Central de Empresas						
Número de empresas (unidade)						
2003	100,0	83,2	13,7	2,5	0,5	0,1
2004	100,0	83,0	13,8	2,6	0,5	0,1
2005	100,0	83,0	13,8	2,6	0,5	0,1
Pessoal ocupado total (pessoas)						
2003	100,0	18,6	17,1	14,0	14,0	36,4
2004	100,0	17,9	17,0	14,2	14,0	37,0
2005	100,0	17,4	17,1	14,1	13,9	37,5
Pessoal ocupado assalariado (pessoas)						
2003	100,0	4,7	16,2	16,5	17,3	45,4
2004	100,0	4,6	16,1	16,5	17,2	45,6
2005	100,0	4,6	16,1	16,4	16,9	45,9
Salários e outras remunerações (1 000 000 R\$)						
2003	100,0	2,9	8,3	11,5	16,2	61,1
2004	100,0	2,7	8,3	11,6	16,0	61,5
2005	100,0	2,7	8,3	11,5	15,7	61,8
Atividades Culturais						
Número de empresas (unidade)						
2003	100,0	84,4	12,8	2,4	0,3	0,1
2004	100,0	84,6	12,7	2,3	0,3	0,1
2005	100,0	84,9	12,6	2,2	0,3	0,1
Pessoal ocupado total (pessoas)						
2003	100,0	26,9	20,9	16,5	13,1	22,7
2004	100,0	26,7	21,2	15,9	12,6	23,5
2005	100,0	26,5	21,3	15,8	12,5	23,9
Pessoal ocupado assalariado (pessoas)						
2003	100,0	5,7	22,4	22,1	18,4	31,4
2004	100,0	5,7	22,8	21,2	17,4	32,8
2005	100,0	5,9	22,9	21,1	17,3	32,9
Salários e outras remunerações (1 000 000 R\$)						
2003	100,0	2,6	9,2	15,9	23,2	49,1
2004	100,0	2,5	9,1	15,6	22,0	50,9
2005	100,0	3,8	9,0	15,3	21,0	50,8

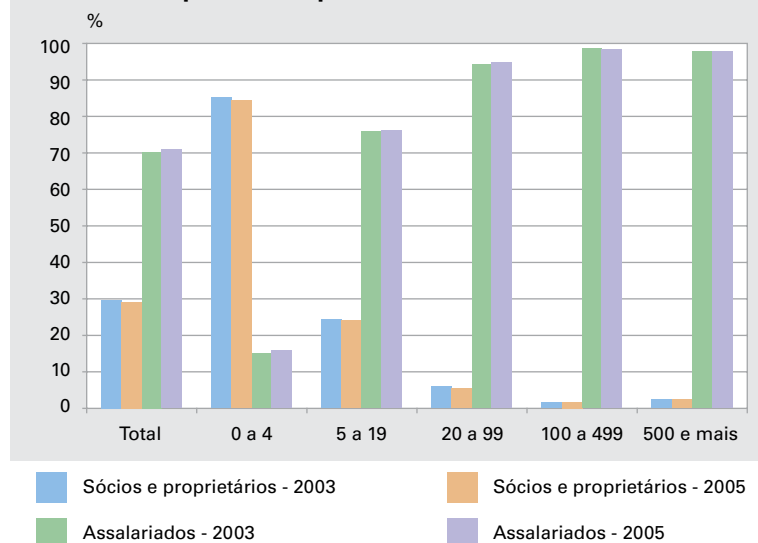
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003-2005.

Gráfico 1 - Participação percentual do número de empresas e outras organizações e do pessoal ocupado total no setor cultural, por faixas de pessoal ocupado - Brasil - 2003/2005



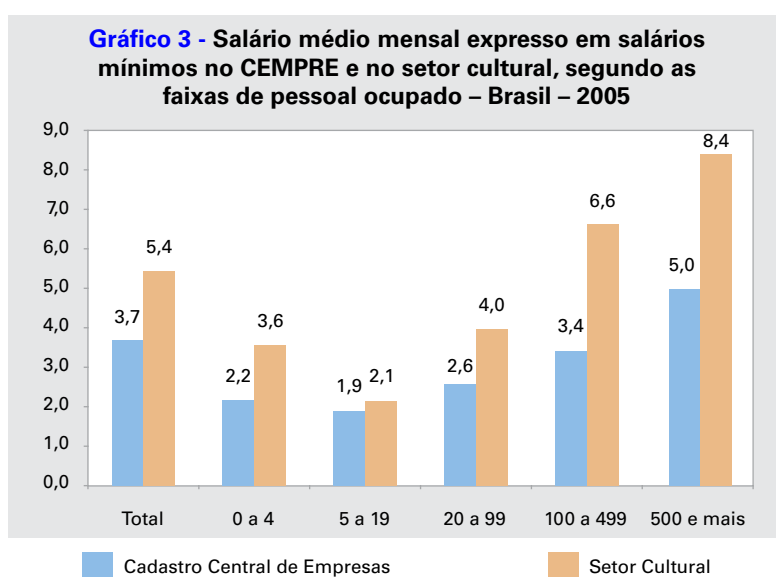
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003/2005.

Gráfico 2 - Distribuição percentual do pessoal ocupado total e assalariado no setor cultural, segundo as faixas de pessoal ocupado - Brasil - 2003/2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003/2005.

Em relação aos salários, a média global para o setor cultural, expressa em salários mínimos, foi de 5,4 salários mínimos médios mensais (SM)²⁵, acima da média geral dos demais setores da economia (3,7 SM), em 2005. A relação entre porte e salários médios nas atividades culturais tem comportamento similar ao total do universo empresarial: quanto maior o porte das empresas, maior é a média de salários pagos. A exceção, em ambos os casos, se refere às empresas que ocupam de 5 a 19 pessoas, para as quais o salário mensal médio de 2,1 SM foi menor que naquelas com até 4 pessoas ocupadas (3,6 SM). As empresas maiores, na faixa de 500 pessoas ocupadas ou mais, pagaram em média os maiores salários, 8,4 SM, em 2005 (Gráfico 3)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

Com base nos dados da Tabela 5 é possível avaliar a composição das atividades culturais, no que diz respeito aos seus principais segmentos econômicos.

Em termos de número de empresas, aproximadamente 60,3% eram prestadoras de serviços. Em menor percentual estavam as atividades de comércio, com 25,2% e as atividades industriais, com 14,4% de participação em relação ao total. Destacaram-se nos serviços, as seguintes atividades: informática e serviços relacionados, 17,5% e as atividades recreativas e culturais, com participação de 18,6% em relação ao total.

Ressalte-se que as atividades industriais foram as que apresentaram os maiores percentuais de participação tanto no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas quanto aos salários e outras remunerações pagas. Contudo, esta relação não se refletiu em termos de salário médio pago em 2005. As atividades industriais apresentaram uma das menores médias mensais de 4,9 salários mínimos.

²⁵O **salário médio mensal** corresponde à razão entre o total de salários e outras remunerações do ano de referência e o número total de pessoas ocupadas assalariadas em 31.12., dividida por 13 meses. Já o **salário mínimo médio mensal** é expresso em termos do valor médio anual do salário mínimo do ano de referência, que é obtido com base na soma de todos os valores mensais do salário mínimo ao longo do ano, dividido por 12. Seus valores foram R\$230,00 em 2003 e R\$286,67 em 2005. Desta maneira, o **salário médio mensal em salários mínimos** corresponde ao salário médio mensal dividido pelo salário mínimo médio mensal.

Tabela 5 - Número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações, tamanho médio das empresas e salários médios mensais, no total das atividades e nas atividades do setor cultural - Brasil - 2005

Especificação	Número de empresas	Participação (%)	Média do pessoal ocupado total por empresa	Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Participação (%)	Salário médio mensal
				Total	Participação (%)	Assalariado	Participação (%)			
Total das atividades	5 668 003	-	7	39 585 647	-	32 224 240	-	444 252 611	-	3,7
Atividades do setor cultural	321 395	100,0	5	1 635 294	100,0	1 159 392	100,00	23 598 965	100,00	5,4
Indústria	46 167	14,4	8	360 348	22,0	291 794	25,2	5 334 509	22,6	4,9
Comércio	81 102	25,2	3	242 472	14,8	138 100	11,9	1 487 547	6,3	2,9
Pesquisa e desenvolvimento	1 877	0,6	22	41 631	2,5	38 785	3,3	1 207 973	5,1	8,3
Atividades de informática e serviços relacionados (1)	56 402	17,5	5	282 042	17,2	182 683	15,8	5 152 778	21,8	7,5
Telecomunicações	5 899	1,8	16	92 346	5,6	83 845	7,2	3 564 888	15,1	11,4
Publicidade e atividades fotográficas	36 111	11,2	3	114 884	7,0	60 455	5,2	935 153	4,0	4,1
Educação	33 958	10,6	8	263 604	16,1	209 136	18,0	3 024 569	12,8	3,9
Demais atividades, inclusive atividades recreativas e culturais	59 879	18,6	4	237 967	14,6	154 594	13,3	2 891 549	12,3	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

(1) Compreende as atividades de consultoria em software, processamento e atividades de bancos de dados e distribuição de conteúdo

Por outro lado, as atividades de telecomunicações, que absorveram o equivalente a 7,2% do pessoal assalariado e participaram com 1,8% do total de número de empresas, detiveram as empresas com o maior tamanho médio em termos de pessoal ocupado -16 pessoas por empresa -, enquanto a média para as atividades culturais era de 5 pessoas ocupadas por empresa. As atividades de telecomunicações também se destacaram com a elevada média de salários pagos de 11,4 SM, seguida das atividades de pesquisa e desenvolvimento (8,3) e de informática e serviços relacionados (7,5 SM). Por outro lado, as atividades de comércio pagaram o menor salário médio das atividades culturais (2,9 SM) e exibiram a menor média de pessoal ocupado por empresa, 3 pessoas, no ano de 2005.

Ao final, nos anexos, consta para os anos 2003, 2004 e 2005, a relação do total do número de empresas, pessoal ocupado e a massa de salários pagos, segundo classe de atividades.

Análise das pesquisas estruturais econômicas

As pesquisas estruturais econômicas do IBGE, que permitem complementar a análise do setor cultural pelo lado da oferta, são a Pesquisa Industrial Anual – Empresa

- PIA-Empresa, a Pesquisa Anual de Comércio - PAC e a Pesquisa Anual de Serviços - PAS. Estas pesquisas representam o universo de empresas formalmente constituídas nos três segmentos econômicos: indústrias de transformação, comércio e serviços não-financeiros.

A análise do setor cultural pretende destacar a representatividade das atividades industriais culturais, atividades comerciais culturais e atividades de serviços culturais em relação ao total dos segmentos econômicos considerados. Além disso, apresenta detalhamento destas atividades culturais no âmbito das indústrias de transformação, comércio e serviços, para aquelas atividades relacionadas ao setor cultural, a partir da definição do âmbito deste setor, que considerou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE²⁶.

Para tanto, foram consideradas as seguintes variáveis: número de empresas, pessoal ocupado, salário médio, custo do trabalho, custos totais e receita líquida, valor adicionado e valor da transformação industrial.

Número de Empresas e Pessoal Ocupado Total

O percentual de empresas industriais, comerciais e de serviços que estão direta ou indiretamente relacionadas à cultura aumentou de 5,6%, em 2003, para 6,1%, em 2005, em relação ao total de empresas formado pelas indústrias de transformação, comércio e serviços. Entre 2003 e 2005, houve perda de participação no total de empresas culturais por parte das atividades industriais (de 6,6%, para 6,1%) e comerciais culturais (de 32,3%, para 24,4%). Por outro lado, as atividades de serviços culturais se tornaram ainda mais representativas dentro do total das atividades culturais, passando de 61,1%, em 2003, para 69,5%, em 2005.

Em relação à participação do pessoal ocupado nas atividades culturais em relação ao total das indústrias de transformação, comércio e serviços, percebe-se uma variação negativa de 0,1 ponto percentual, entre 2003 (5,4%) e 2005 (5,3%). Novamente, entre 2003 e 2005, perdem representatividade no total das atividades culturais as atividades industriais (de 27,9%, para 25,1%) e comerciais (de 15,6%, para 13,5%), enquanto as atividades de serviços ganham espaço, passando de 56,5%, para 61,4%.

As empresas atuantes nas atividades industriais culturais representavam 6,3% do total de empresas classificadas nas indústrias de transformação, em 2003, aumentando essa participação em 2 pontos percentuais no ano 2005, conforme Tabela 6. Por outro lado, enquanto 4,7% das pessoas ocupadas em atividades industriais trabalhavam em empresas do setor cultural, em 2003, esse percentual caiu para 4,4%, em 2005. Com isso, houve uma queda na média do pessoal ocupado por empresa das atividades industriais culturais, que era de 32 pessoas ocupadas, em 2003 e passou para 30, em 2005. Ocorreu, assim, um ligeiro aumento da distância desta média em relação às das indústrias de transformação como um todo, de 43 pessoas ocupadas, em 2003, e de 44, em 2005.

As empresas comerciais classificadas como culturais representavam 3,1% das empresas comerciais, em 2003, diminuindo essa participação para 2,6%, em 2005, conforme Tabela 6. O número de pessoas ocupadas no comércio cultural seguiu a mesma trajetória do número de empresas, em 2003, 2,6% do pessoal ocupado no comércio estavam em atividades culturais e, em 2005, 2,1%. A média do pessoal ocupado por empresa permaneceu estável, 4 pessoas ocupadas por empresa nas atividades comerciais culturais e 5 pessoas ocupadas por empresa no comércio como um todo.

²⁶ Ver item Notas técnicas.

Tabela 6 - Número de empresas e pessoal ocupado total nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

Setores econômicos total e cultural	2003	2004	2005
Número de empresas			
Total geral (IT+CO+SE)	2 298 312	2 358 242	2 526 625
Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC)	128 674	136 028	153 669
Participação das Atividades Culturais no total geral (%)	5,6	5,8	6,1
Indústrias de transformação - IT	135 948	140 952	144 339
Atividades Industriais Culturais - AIC	8 535	8 666	9 371
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC			
Na indústria de transformação (%)	6,3	6,1	6,5
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	6,6	6,4	6,1
Comércio - CO	1 323 118	1 346 425	1 438 068
Atividades Comerciais Culturais - ACC	41 535	41 985	37 487
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC			
No comércio (%)	3,1	3,1	2,6
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	32,3	30,9	24,4
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	94,6	94,0	92,2
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	5,4	6,0	7,8
Serviços - SE	839 246	870 865	944 218
Atividades de Serviços Culturais - ASC	78 604	85 377	106 811
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC			
Nos serviços (%)	9,4	9,8	11,3
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	61,1	62,8	69,5
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	85,6	88,6	82,0
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	14,4	11,4	18,0
Pessoal ocupado total			
Total geral (IT+CO+SE)	18 196 858	19 663 877	20 960 033
Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC)	984 849	1 059 345	1 117 906
Participação das Atividades Culturais no total geral (%)	5,4	5,4	5,3
Indústrias de transformação - IT	5 826 625	6 285 963	6 317 345
Atividades Industriais Culturais - AIC	274 554	278 610	280 329
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC			
Na indústria de transformação (%)	4,7	4,4	4,4
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	27,9	26,3	25,1
Comércio - CO	5 988 631	6 438 883	7 070 745
Atividades Comerciais Culturais - ACC	154 087	174 654	151 444
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC			
No comércio (%)	2,6	2,7	2,1
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	15,6	16,5	13,5
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	80,6	82,0	74,2
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	19,4	18,0	25,8
Serviços - SE	6 381 602	6 939 031	7 571 943
Atividades de Serviços Culturais - ASC	556 208	606 081	686 133
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC			
Nos serviços (%)	8,7	8,7	9,1
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	56,5	57,2	61,4
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	72,6	74,2	71,4
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	27,4	25,8	28,6

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

As atividades de serviços culturais respondiam por 9,4% do total de empresas do setor de serviços, em 2003, e por 11,3%, em 2005, conforme Tabela 6. Em 2003, 8,7% das pessoas ocupadas do setor de serviços estavam nos serviços culturais, enquanto, em 2005, essa proporção passou para 9,1%. A média do pessoal ocupado por empresa diminuiu no setor de serviços culturais, passando de 7, em 2003, para 6, em 2005, permanecendo menor do que a média para o total dos serviços que manteve-se estável em 8 pessoas ocupadas por empresa.

Observando-se a participação de cada atividade industrial no total das empresas e do pessoal ocupado no setor cultural (Gráficos 4 e 5) percebe-se que a estrutura permaneceu concentrada na passagem de 2003 para 2005. O ramo de edição e impressão em conjunto com o de impressão de jornais, revistas e livros e outros serviços gráficos participavam com 65,3% no total de empresas, em 2003, e aumentaram este percentual para 68,5%, em 2005. Em relação ao pessoal ocupado, o setor de edição e impressão continua se destacando com a maior participação, embora perca representatividade entre 2003 (47,9%) e 2005 (45,6%). Entre os ramos que tiveram ganho de participação no pessoal ocupado total nas atividades industriais culturais entre 2003 e 2005 se destacam: fabricação de computadores (de 2,5% para 3,8%); fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes (de 4,0% para 7,2%); fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo (de 8,2% para 9,5%).

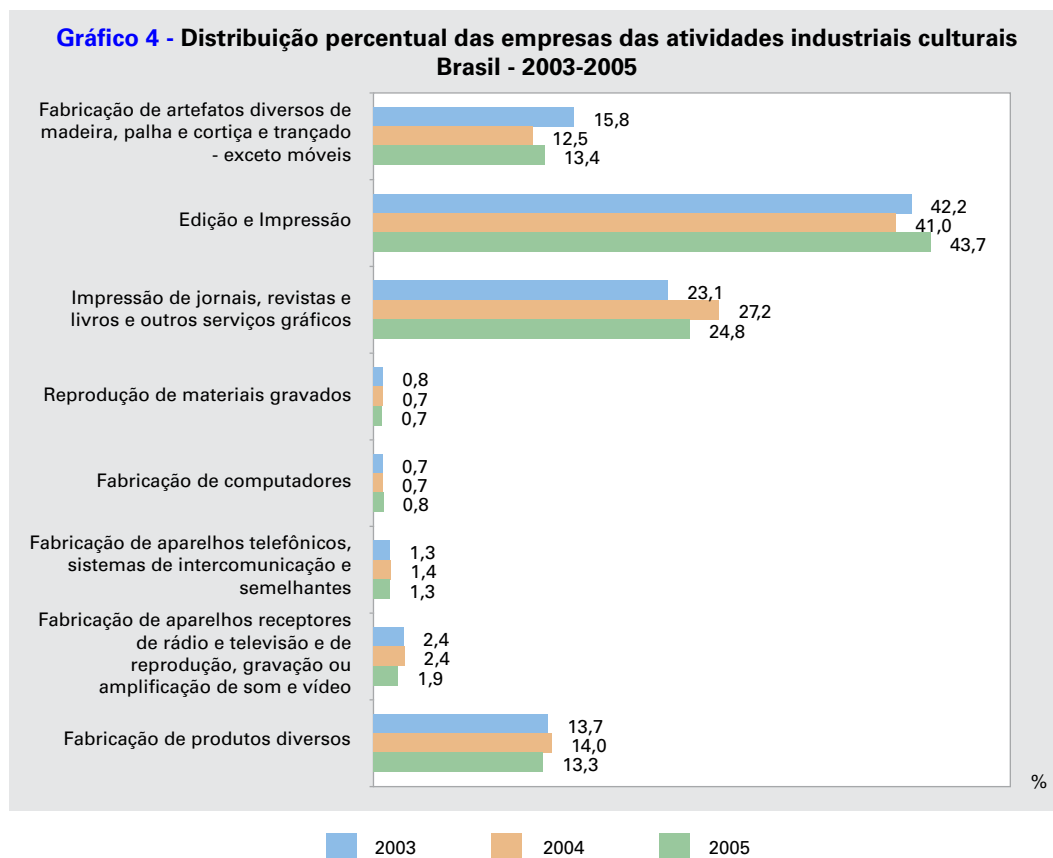
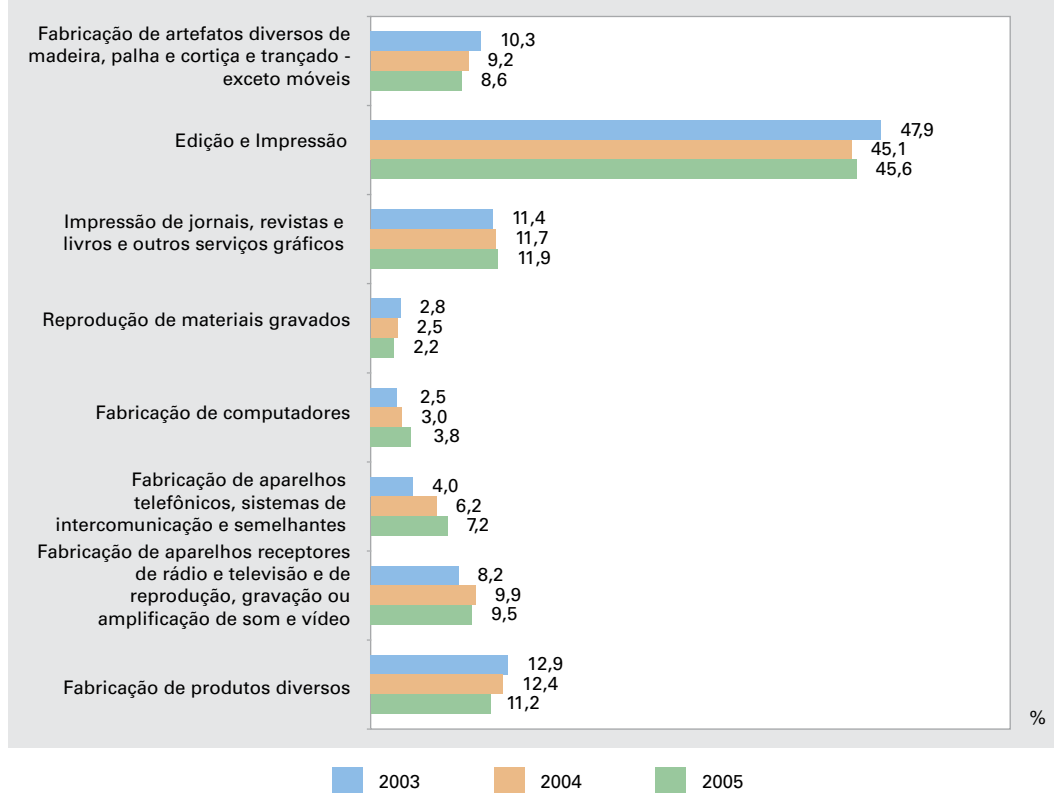


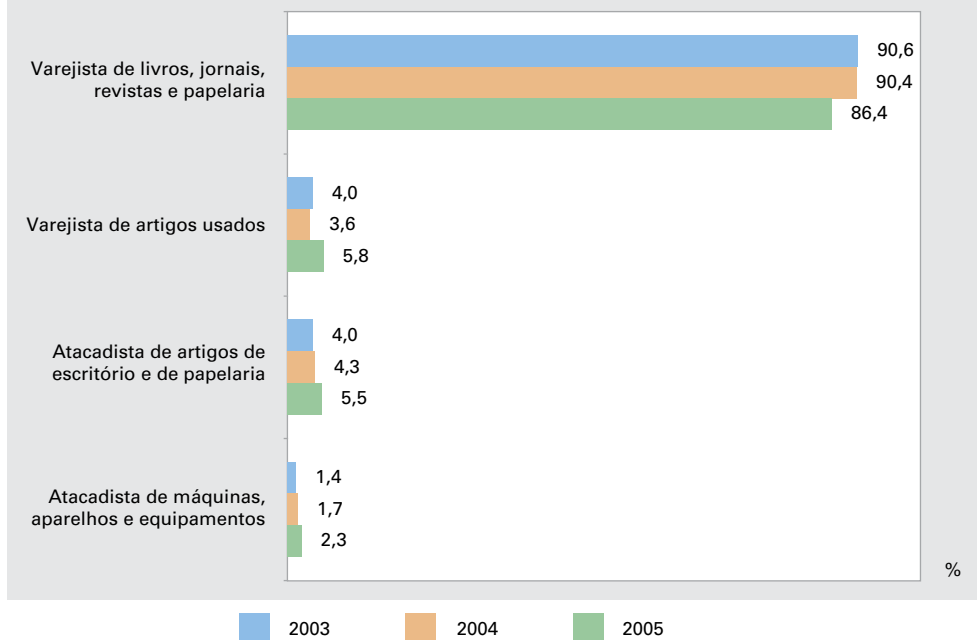
Gráfico 5 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades industriais culturais Brasil - 2003-2005

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005.

A distribuição do número de empresas e do pessoal ocupado dentre as atividades do comércio cultural em 2003 e 2005 manteve-se concentrada (Gráficos 6 e 7). O comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria participava com 90,6% do número de empresas, em 2003, diminuindo essa participação para 86,4%, em 2005. As demais atividades ganharam participação, em 2005, com destaque para Comércio de artigos usados que obteve um aumento de 1,8 ponto percentual no período, passando a responder por 5,8% das empresas comerciais culturais, em 2005.

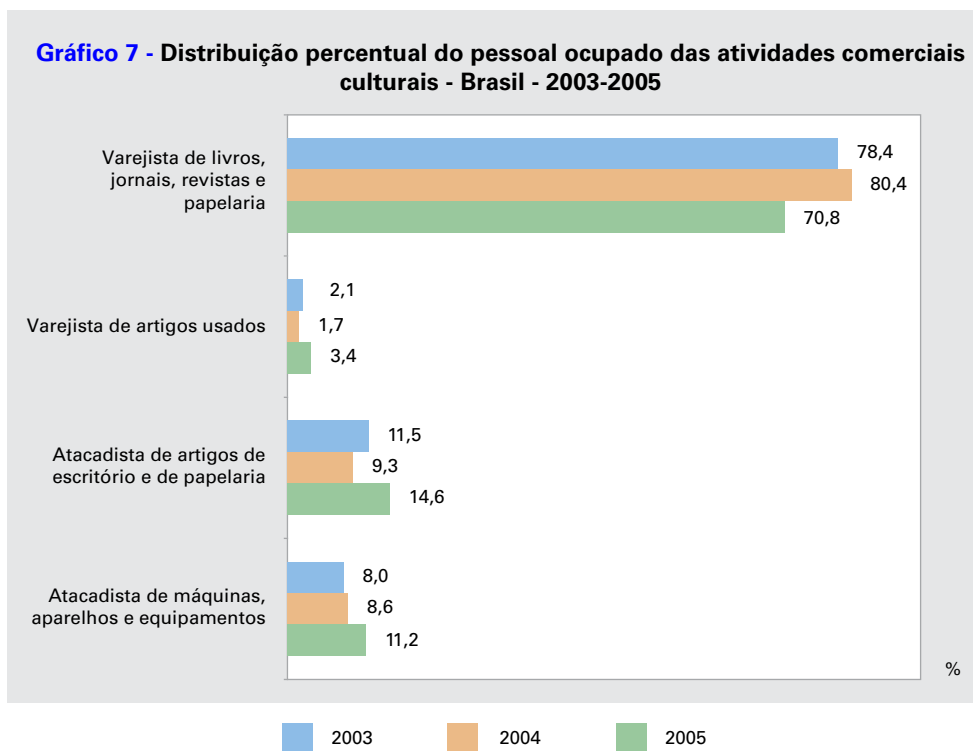
Em relação ao pessoal ocupado, o Comércio varejista de livros, jornais e revistas e papelaria empregava 78,4% do total do comércio cultural, em 2003, diminuindo para 70,8% em 2005. Observa-se o crescimento da participação do pessoal ocupado das atividades de Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças (de 8,0%, em 2003, para 11,2%, em 2005) e Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (de 11,5%, em 2003, para 14,6%, em 2005).

Gráfico 6 - Distribuição percentual das empresas das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005



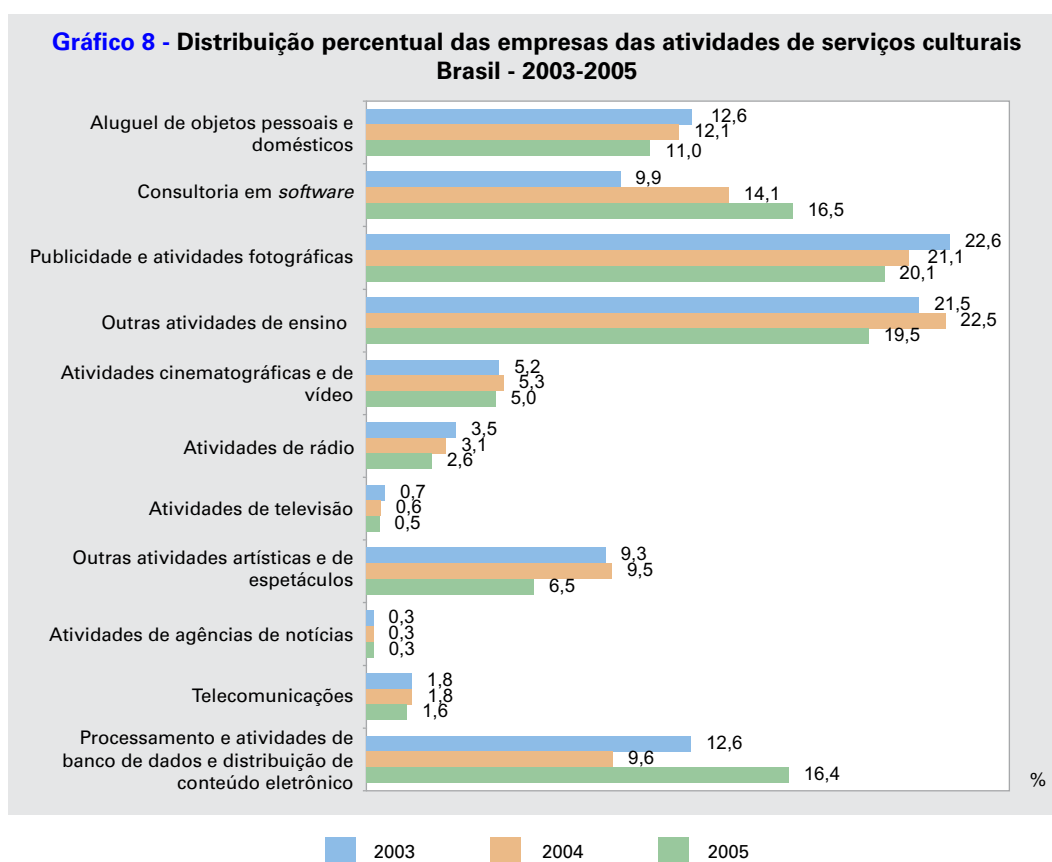
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Gráfico 7 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005



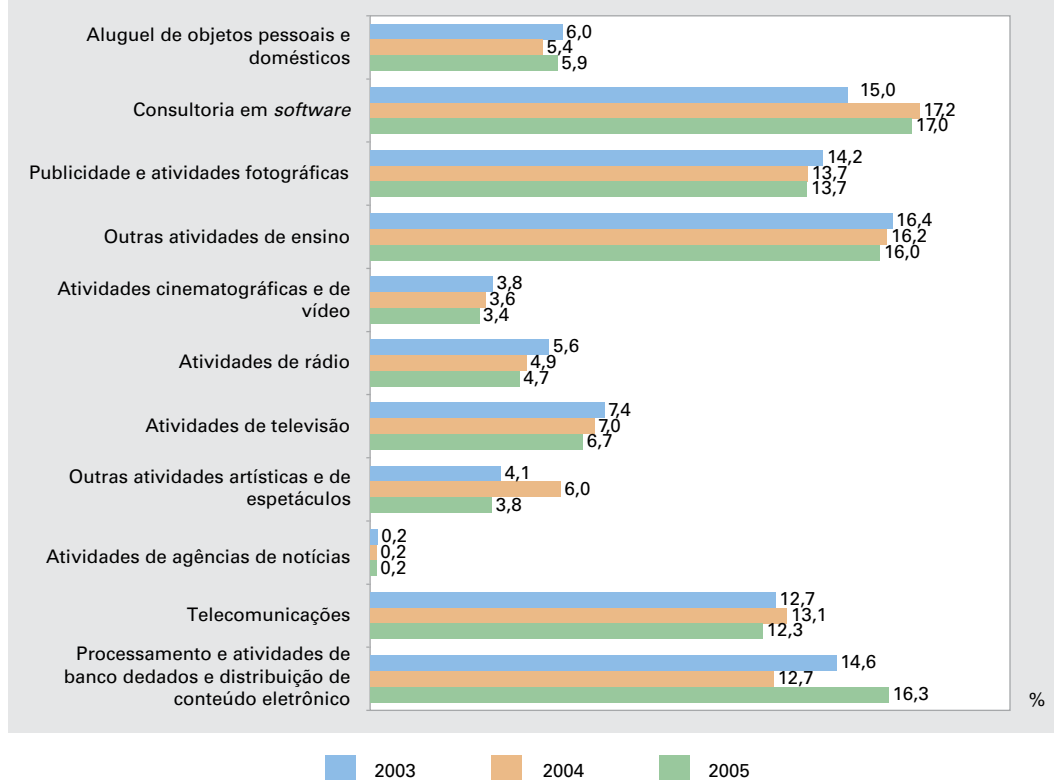
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Analisando a participação de cada atividade dos serviços culturais no número de empresas, observa-se que Publicidade e atividades fotográficas e Outras atividades de ensino permaneceram com o maior número de empresas, embora ambas tenham perdido participação (Gráfico 8). Publicidade e atividades fotográficas representavam 22,6% das empresas de serviços culturais, em 2003, passando para 20,1%, em 2005. Em 2003, 21,5% das empresas de serviços culturais estavam classificadas como Outras atividades de ensino, percentual que caiu para 19,5%, em 2005. Em contraste, Consultoria em *software*, que respondia por 9,9% das empresas de serviços culturais, em 2003, passou a representar 16,5%, em 2005. Processamento e atividades de banco de dados e distribuição de conteúdo eletrônico também aumentou sua participação no número de empresas do setor de serviços culturais, de 12,6%, em 2003, para 16,4%, em 2005.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005.

A distribuição do pessoal ocupado nas atividades dos serviços culturais, em 2005, sofreu algumas alterações, em relação a 2003, conforme o Gráfico 9. Consultoria em *software* passou a ser, em 2005, a atividade que mais empregava no setor de serviços culturais, respondendo por 17,0% do pessoal ocupado neste ano, contra 15,0%, em 2003. Outras atividades de ensino, que respondiam por 16,4% do pessoal ocupado, em 2003, sendo a atividade que mais empregava pessoal no setor, passou a ser a segunda atividade em número de pessoal ocupado, respondendo por 16,0%, em 2005. Processamento e atividades de banco de dados e distribuição de conteúdo eletrônico aumentou sua participação em 2,1 pontos percentuais, mantendo a terceira posição (16,3%), em 2005.

Gráfico 9 - Distribuição percentual do pessoal ocupado das atividades de serviços culturais Brasil - 2003-2005

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005.

Salário Médio e Custo do Trabalho²⁷

De acordo com dados do salário médio mensal (em número de salários mínimos - SM) pago pelo conjunto dos segmentos econômicos (indústria de transformação, comércio e serviços), percebe-se que o montante pago diminuiu de 3,3 SM, em 2003, para 3,0 SM, em 2005. O mesmo movimento ocorreu com as atividades culturais, que tinham uma média salarial de 5,4 SM, em 2003, e passou para 5,0 SM, em 2005, embora estes valores ainda continuem acima da média geral do setor econômico considerado.

O salário médio mensal pago pelas atividades industriais culturais era de 5,4 salários mínimos (SM), em 2003, e passou para 5,1 SM, em 2005, mantendo-se, assim, a distância de 0,2 SM em relação às indústrias de transformação, que passaram de 4,6 SM para 4,4 SM (Tabela 7). Os setores que apresentaram maior queda na média salarial, entre 2003 e 2005, e se aproximaram da média do total das atividades industriais culturais foram: fabricação de computadores (de 9,5 SM para 7,0 SM); fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes (de 10,4 SM para 9,0 SM); e fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo (de 6,1 SM para 5,2 SM).

²⁷ Houve um erro na impressão do valor do custo do trabalho para o Total Geral (IT + CO + SE) na Tabela 7 da edição anterior da publicação. O verdadeiro valor para o indicador custo do trabalho para o Total Geral é 13,9%, e não 23,9%, como foi impresso na p. 53. Ver: SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 124 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18).

Para as atividades comerciais culturais, o salário médio mensal era de 2,5 SM, em 2003, e passou para 2,8 SM, em 2005, aumentando sua distância em relação ao salário médio mensal pago pela atividade de comércio como um todo que era de 2,1 SM, em 2003, e passou para 2,0 SM, em 2005 (Tabela 7). O aumento no salário médio das atividades comerciais culturais é explicado pela combinação da queda de pessoal ocupado e aumento no montante pago em salários entre 2003 e 2005. Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria registrou aumento no salário médio (de 1,6 SM, em 2003, para 1,7 SM, em 2005), contrastando com Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças que registrou queda no salário médio mensal pago (de 10,6 SM, em 2003, para 9,4 SM, em 2005).

O salário médio mensal das atividades de serviços culturais era de 6,2 SM, em 2003, e passou para 5,5 SM, em 2005, aproximando-se da média dos serviços que era de 3,2 SM, em 2003, e 2,9 SM, em 2005 (Tabela 7). O maior salário das atividades de serviços culturais indica a utilização de mão-de-obra mais qualificada nessas atividades em relação aos serviços como um todo. As atividades de serviços culturais que apresentaram maior queda na média salarial foram as de Agências de notícias (de 15,2 SM, em 2003, para 12,7 SM, em 2005) e de Telecomunicações (de 14,2 SM, em 2003, para 11,3 SM, em 2005).

O indicador de custo do trabalho mede o percentual de gastos de pessoal em relação à receita líquida²⁸, logo quanto maior, menos competitivo é o setor, no que se refere aos gastos com trabalhador. O setor cultural diminuiu o seu custo do trabalho de 14,2, em 2003, para 13,8, em 2005, porém se manteve acima do custo do trabalho para o total dos segmentos econômicos considerados, que de 13,3, em 2003, passou para 13,1, em 2005.

Na indústria de transformação, o custo do trabalho se manteve em 12,6% entre 2003 e 2005, enquanto que para as atividades industriais culturais houve queda, de 14,4%, em 2003, para 12,8%, em 2005. Como resultado, houve uma maior aproximação da competitividade, em termos de custo do trabalho, das atividades industriais culturais em relação à média geral da Indústria de transformação, de acordo com dados apresentados na Tabela 7. Nas atividades industriais culturais destacam-se dois ramos que se tornaram mais competitivos, no período 2003-2005: fabricação de artefatos diversos de madeira, palha e cortiça e material trançado – exceto móveis (de 20,9% para 16,0%); e reprodução de materiais gravados (de 13,7% para 9,6%). Alguns setores continuam apresentando, em 2005, os maiores níveis de custo do trabalho, acima da média das atividades industriais culturais (12,8%), com percentuais em torno de 20% e, portanto, menos competitivos: edição e impressão (24,4%); impressão de jornais, revistas e livros e outros serviços gráficos (23,9%); e fabricação de produtos diversos (25,2%).

O custo do trabalho das atividades comerciais culturais era de 11,5%, em 2003, diminuindo para 10,4%, em 2005, conforme Tabela 7. As atividades comerciais culturais ganharam competitividade, em termos de custo do trabalho, enquanto para o comércio como um todo esse indicador manteve-se estável. A atividade comercial cultural que registrou a maior queda no custo do trabalho, entre 2003 e 2005, foi Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças (de 8,6% para 7,7%) seguida por Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (de 9,4% para 9,0%).

²⁸ Receita líquida de vendas, no caso da indústria de transformação; receita operacional líquida, no caso do comércio e dos serviços.

Tabela 7 - Salário médio mensal e custo do trabalho nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

Setores econômicos total e cultural	Salário médio mensal (em salários mínimos) (1)			Custo do trabalho (%) (2)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Total geral (IT+CO+SE)	3,3	3,2	3,0	13,3	12,9	13,1
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	5,4	5,3	5,0	14,2	13,6	13,8
Indústrias de transformação - IT	4,6	4,5	4,4	12,6	12,0	12,6
Atividades Industriais Culturais - AIC	5,3	5,5	5,1	14,4	13,4	12,8
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha e cortiça e material trançado - exceto móveis	2,2	2,3	2,2	20,9	17,9	16,0
Edição e impressão	6,1	6,5	5,8	23,9	25,1	24,4
Impressão de jornais, revistas e livros e outros serviços gráficos	3,4	3,4	3,3	23,6	22,7	23,9
Reprodução de materiais gravados	7,3	7,7	6,8	13,7	11,1	9,6
Fabricação de computadores	9,5	8,3	7,0	6,6	6,2	5,9
Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	10,4	10,8	9,0	4,7	5,5	5,4
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	6,1	5,5	5,2	8,7	7,8	7,7
Fabricação de produtos diversos	2,8	2,9	2,8	22,7	24,2	25,2
Comércio - CO	2,1	2,1	2,0	7,6	7,5	7,5
Atividades Comerciais Culturais - ACC	2,5	2,7	2,8	11,5	11,0	10,4
Atividades Comerciais Culturais - ACC diretamente ligadas à cultura	1,6	1,6	1,7	18,1	17,6	18,7
Varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	1,6	1,6	1,7	18,0	17,5	18,6
Varejista de artigos usados	1,2	1,3	1,2	24,9	24,6	26,7
Atividades Comerciais Culturais - ACC indiretamente ligadas à cultura	6,3	7,7	5,9	8,8	8,4	8,0
Atacadista de artigos de escritório e de papelaria	3,3	3,4	3,2	9,4	9,1	9,0
Atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças	10,6	12,3	9,4	8,6	8,2	7,7
Serviços - SE	3,2	3,1	2,9	26,9	26,6	26,3
Atividades de Serviços Culturais - ASC	6,2	5,9	5,5	14,4	14,1	14,7
Atividades de Serviços Culturais - ASC diretamente ligadas à cultura	4,9	4,7	4,7	26,3	25,9	26,3
Aluguel de objetos pessoais e domésticos	1,5	1,6	1,5	36,2	36,5	35,0
Consultoria em <i>software</i>	9,1	8,4	8,5	27,0	28,6	30,0
Publicidade e atividades fotográficas	4,1	3,6	3,7	30,2	27,4	26,6
Outras atividades de ensino	1,9	1,8	1,8	45,7	43,5	46,8
Atividades cinematográficas e de vídeo	4,0	3,5	3,8	15,0	14,3	17,5
Atividades de rádio	3,4	3,5	3,1	45,4	42,8	40,1
Atividades de televisão	10,0	10,0	9,4	20,8	19,1	18,2
Outras atividades artísticas e de espetáculos	2,5	2,0	2,5	23,0	32,1	25,1
Atividades de agências de notícias	15,2	15,7	12,7	47,1	46,9	45,3
Atividades de Serviços Culturais - ASC indiretamente ligadas à cultura	9,6	9,5	7,5	9,1	8,7	8,8
Telecomunicações	14,2	13,0	11,3	6,8	6,4	6,3
Processamento e atividades de banco de dados e distribuição de conteúdo eletrônico	5,7	5,9	4,7	48,8	50,1	45,7

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura

(1) O salário médio mensal é calculado pela divisão dos salários, retiradas e outras remunerações, do ano corrente, pelo salário mínimo anual, cujo cálculo inclui o décimo terceiro salário, e, em seguida, pelo total de pessoal ocupado nas empresas, em 31 de dezembro. O cálculo do salário mínimo anual resultou no valor de R\$ 3 000 para 2003, R\$ 3 300 para 2004 e R\$ 3 740 para 2005. (2) O custo do trabalho na indústria corresponde à relação entre os gastos com pessoal e receita líquida de vendas; no comércio e nos serviços, corresponde à relação entre gastos com pessoal e a receita operacional líquida.

Nos serviços, o indicador de custo do trabalho apresentou uma queda, passando de 26,9%, em 2003, para 26,3%, em 2005. Por outro lado, para as atividades de serviços culturais, o indicador do custo do trabalho registrou um aumento, 14,4%, em 2003, e 14,7%, em 2005. Como resultado, houve uma aproximação da competitividade, em termos de custo do trabalho, dos serviços culturais em relação à média geral dos serviços, embora as atividades de serviços culturais tenham permanecido, em média, mais competitivos.

As atividades de serviços culturais que apresentaram o maior aumento no percentual da receita destinado ao gasto com pessoal, entre 2003 e 2005, foram Consultoria em *software* (de 27,0% para 30,0%) e Atividades cinematográficas e de vídeo (de 15,0% para 17,5%). Algumas atividades de serviços culturais apresentaram, em 2005, custo do trabalho abaixo da média do segmento de serviços e portanto, foram mais competitivas: Telecomunicações (6,3%); Atividades cinematográficas e de vídeo (17,5%); Atividades de televisão (18,2%); e Outras atividades artísticas e de espetáculo (25,1%).

Custos Totais²⁹ e Receita Líquida

O conjunto dos setores culturais apresentaram ligeira queda no total de custos em relação ao conjunto da indústria de transformação, comércio e serviços, entre 2003 (8,8%) e 2005 (8,5%). Já em relação à receita líquida, a participação das atividades culturais se manteve estável (8,5%) em relação ao total geral.

Os custos totais das atividades industriais culturais correspondiam a 4,8% do total de custos da indústria de transformação, em 2003, e aumentaram essa participação para 5,2%, em 2005. Já a participação na receita líquida de vendas, que era de 4,7% em 2003 passou para 5,0%, em 2005 (Tabela 8).

A participação das atividades culturais nos custos totais e receita operacional líquida do comércio manteve-se estável, entre 2003 e 2005, de acordo com a Tabela 8. Os custos totais das atividades comerciais culturais representaram 2,2% do total dos custos das atividades comerciais, em 2003 e 2005. Já a participação das atividades comerciais culturais no total da receita operacional líquida do comércio aumentou em 1 ponto percentual entre 2003 e 2005.

Os custos totais das atividades de serviços culturais correspondiam a 31,3% dos custos totais dos serviços, em 2003, mantendo um patamar semelhante, em 2005 (30,8%), conforme Tabela 8. A participação das atividades de serviços culturais no total da receita operacional líquida da atividade de serviços exibiu uma pequena queda, passando de 32,6%, em 2003, para 31,2%, em 2005.

A distribuição dos custos totais e da receita líquida de vendas nos ramos industriais culturais (Gráficos 10 e 11) mostra que dois deles se destacam com os maiores ganhos de participação relativa no custo e na receita totais das atividades industriais culturais entre 2003 e 2005: fabricação de computadores; e fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes. Por outro lado, a atividade que teve maior queda de representatividade neste total foi edição e impressão.

²⁹Houve uma mudança na forma do cálculo do custo total para as atividades de comércio e de serviços em relação à publicação anterior. Na atual publicação, foram incorporados ao conceito de custo total, no comércio e nos serviços, os gastos com pessoal, o custo da mercadoria vendida, as despesas financeiras e a depreciação. Para maiores detalhes, consultar o item Glossário da publicação corrente e da publicação anterior.

**Tabela 8 - Custos totais e receita líquida
nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005**

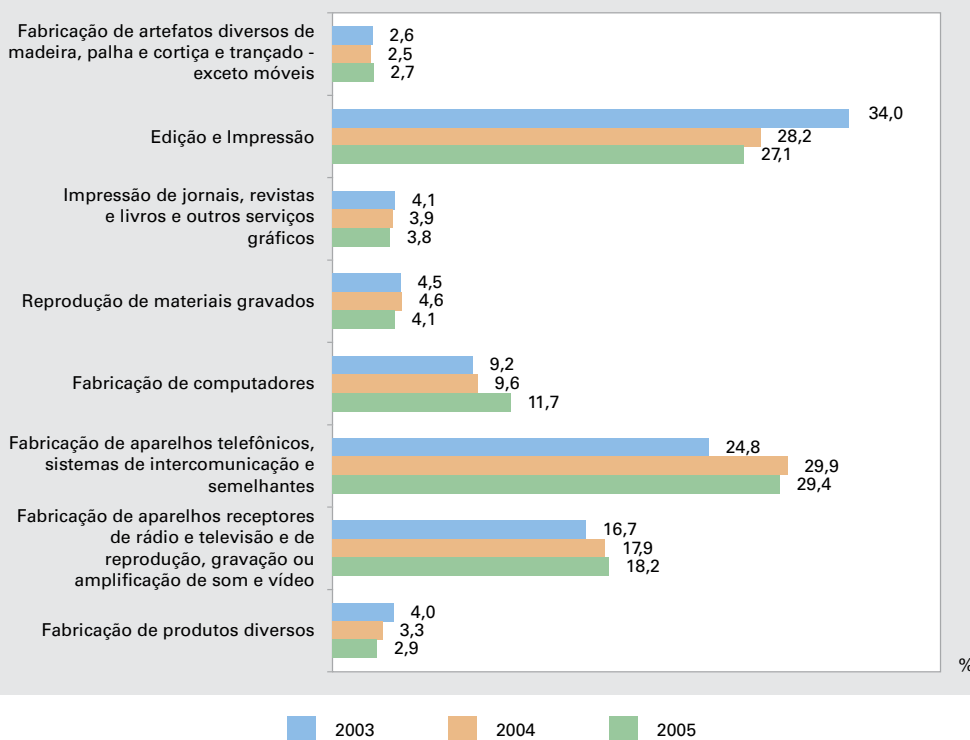
Setores econômicos total e cultural	2003	2004	2005
Custos totais (1 000 R\$) (1)			
Total geral (IT+CO+SE)	1 980 504 314	2 271 048 691	2 552 354 159
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	173 311 885	193 964 343	217 487 749
Participação das atividades culturais no total geral (%)	8,8	8,5	8,5
Indústrias de transformação - IT	977 967 843	1 128 598 117	1 200 792 990
Atividades Industriais Culturais - AIC	47 184 317	58 039 018	62 524 069
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC Na Indústria de transformação (%)	4,8	5,1	5,2
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	27,2	29,9	28,7
Comércio - CO	645 408 361	760 806 617	912 946 996
Atividades Comerciais Culturais - ACC	14 372 162	18 039 305	19 954 993
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC No comércio (%)	2,2	2,4	2,2
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	8,3	9,3	9,2
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	27,9	28,4	22,3
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	72,1	71,6	77,7
Serviços - SE	357 128 110	381 643 957	438 614 173
Atividades de Serviços Culturais - ASC	111 755 406	117 886 020	135 008 687
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC Nos serviços (%)	31,3	30,9	30,8
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	64,5	60,8	62,1
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC	27,9	28,5	29,3
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC	72,1	71,5	70,7
Receita líquida (1 000 R\$) (2)			
Total geral (IT+CO+SE)	1 943 105 724	2 311 243 219	2 606 121 359
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	165 299 936	197 410 564	221 901 044
Participação das atividades culturais no total geral (%)	8,5	8,5	8,5
Indústrias de transformação - IT	958 232 420	1 146 072 052	1 217 588 453
Atividades Industriais Culturais - AIC	45 135 019	56 008 482	61 129 699
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC Na Indústria de transformação (%)	4,7	4,9	5,0
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	27,3	28,4	27,5
Comércio - CO	659 385 852	783 964 025	939 692 553
Atividades Comerciais Culturais - ACC	14 082 470	18 925 616	20 753 403
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC No comércio (%)	2,1	2,4	2,2
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	8,5	9,6	9,4
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	29,0	28,4	22,3
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	71,0	71,6	77,7
Serviços - SE	325 487 452	381 207 142	448 840 353
Atividades de Serviços Culturais - ASC	106 082 447	122 476 466	140 017 942
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC Nos serviços (%)	32,6	32,1	31,2
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	64,2	62,0	63,1
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC	30,9	31,6	33,4
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC	69,1	68,4	66,6

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

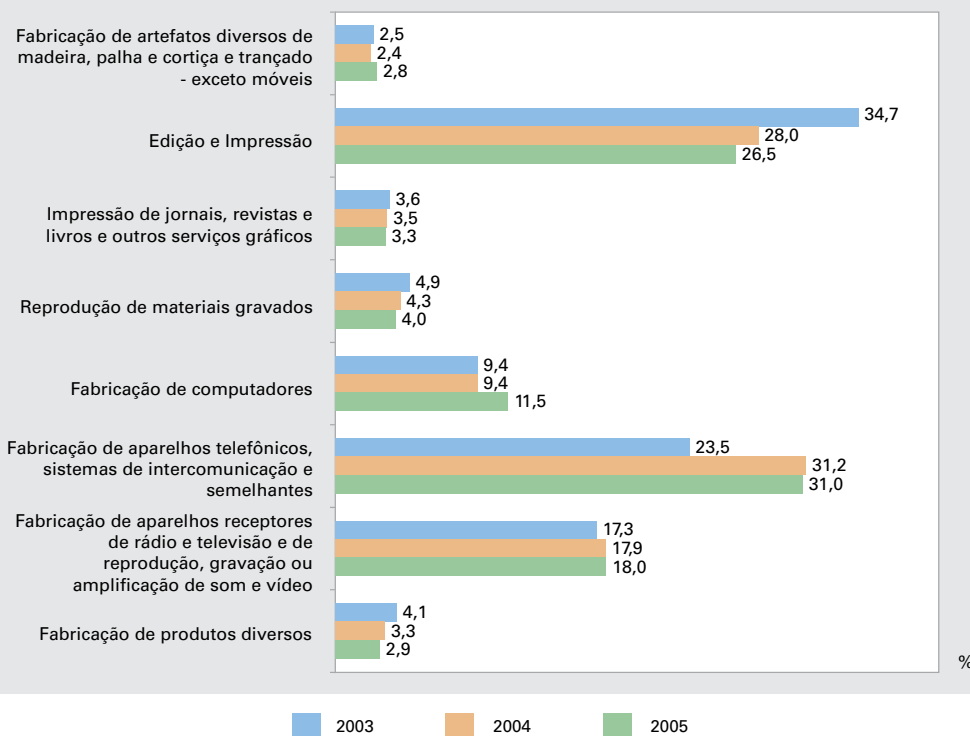
(1) Os custos totais da indústria, dos serviços e do comércio são auferidos de forma diferenciada. As particularidades do indicador em cada caso podem ser consultadas no glossário. (2) No caso da indústria, utiliza-se a receita líquida de vendas; no comércio e serviços, utiliza-se a receita operacional líquida. As diferenças dos indicadores podem ser consultadas no glossário.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos custos totais das atividades industriais culturais Brasil - 2003-2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005.

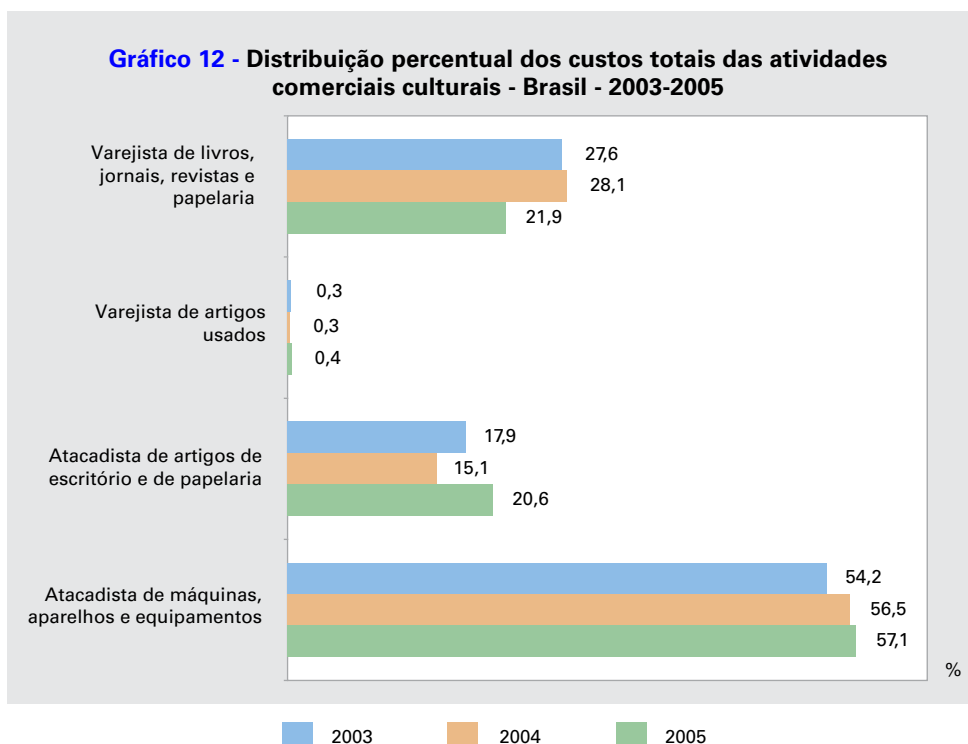
Gráfico 11 - Distribuição percentual da receita líquida de vendas das atividades industriais culturais - Brasil - 2003-2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005.

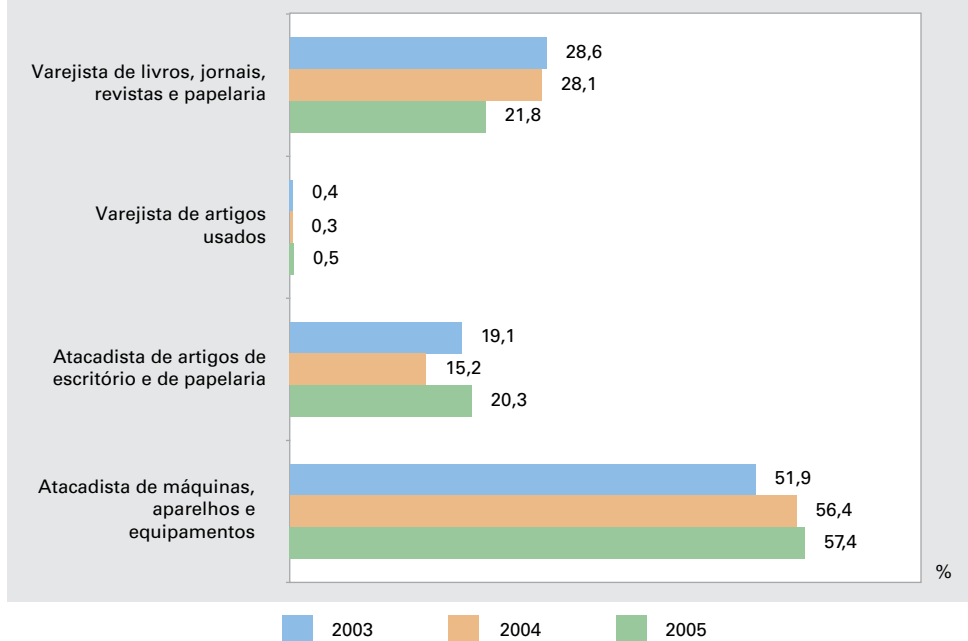
Em relação aos custos totais e à receita operacional líquida, as atividades comerciais culturais mantiveram uma estrutura concentrada nos anos 2003 e 2005, conforme Gráficos 12 e 13. O comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças participava com 54,2% dos custos totais, em 2003, aumentando para 57,1%, em 2005. Em relação à receita operacional líquida, Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças gerou 51,9% da receita das atividades comerciais culturais, em 2003, aumentando para 57,4%, em 2005. Comércio varejista de livros, jornais, revista e papelaria perdeu participação no período, tanto no custo total (de 27,6%, em 2003, para 21,9%, em 2005) quanto na receita operacional líquida (de 28,6%, em 2003, para 21,8%, em 2005).

A distribuição dos custos totais e da receita operacional líquida entre as atividades de serviços culturais manteve-se estável nos anos 2003 e 2005 e concentrada na atividade de Telecomunicações (Gráficos 14 e 15). Destaca-se, na distribuição da receita operacional líquida, um pequeno aumento de participação das atividades Consultoria em *software* (de 11,4%, em 2003, para 12,8%, em 2005) e das atividades de Televisão (de 9,3%, em 2003, para 10,0%, em 2005).



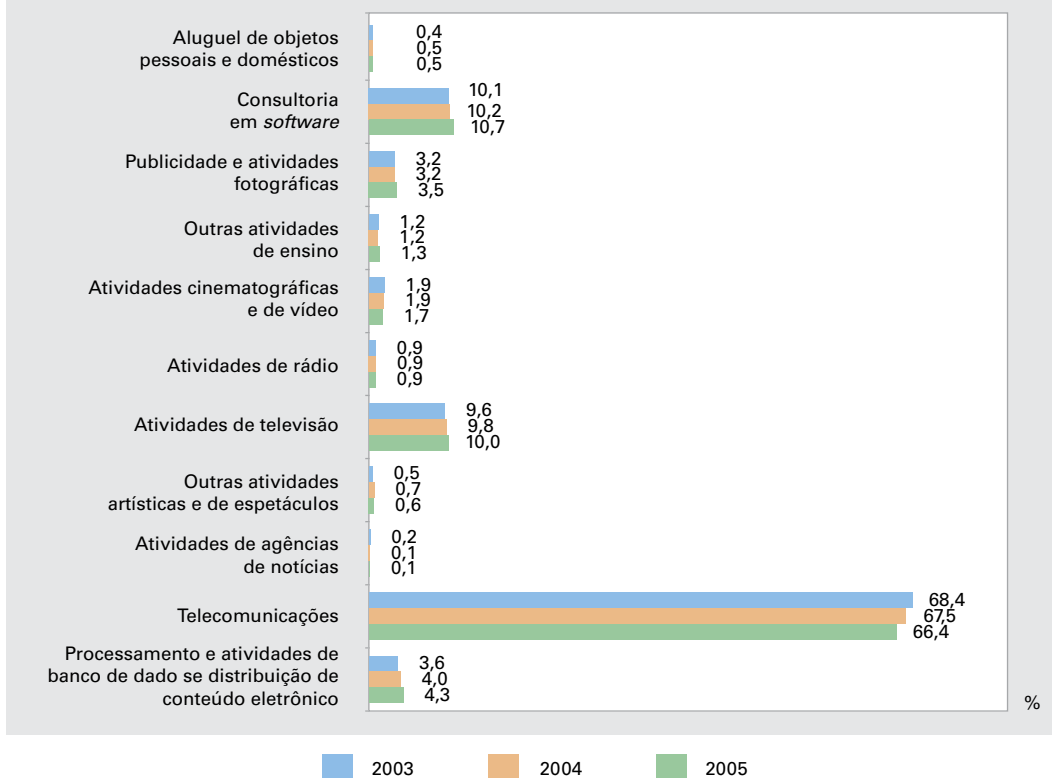
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Gráfico 13 - Distribuição percentual da receita operacional líquida das atividades comerciais culturais - Brasil - 2003-2005

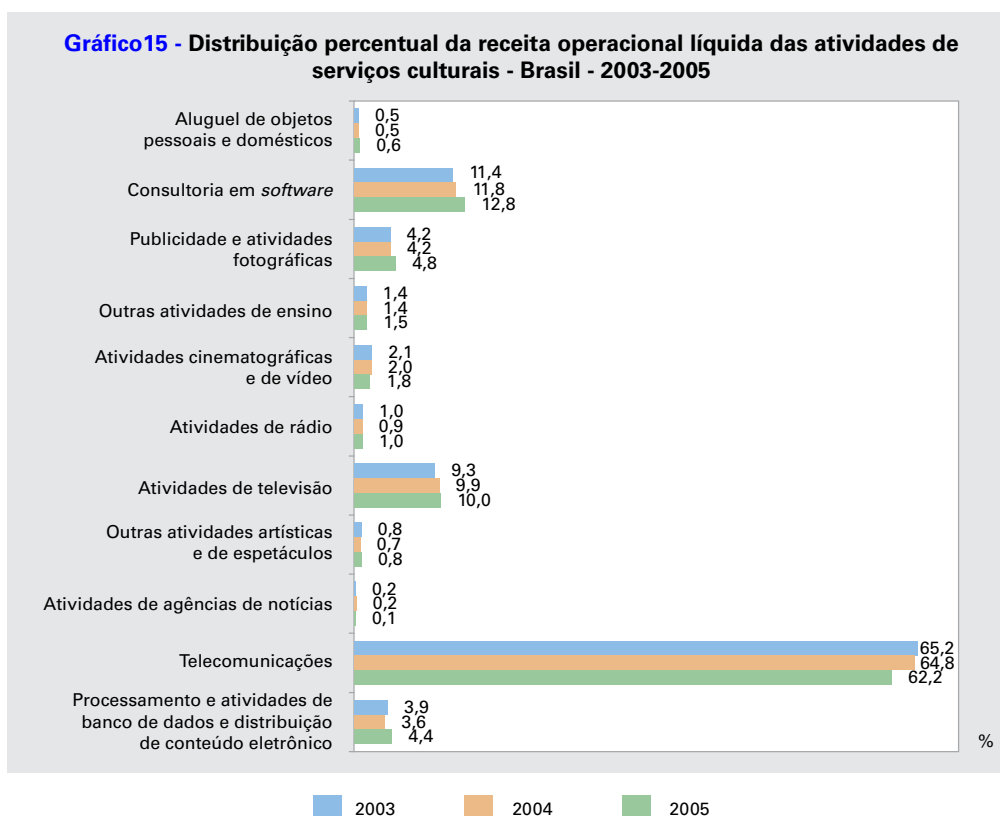


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Gráfico 14 - Distribuição percentual dos custos totais das atividades de serviços culturais Brasil - 2003-2005



Fonte: BGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005.



Valor Adicionado e Valor da Transformação Industrial³⁰

O somatório do total do valor adicionado (VA) com o valor da transformação industrial (VTI) das atividades culturais manteve participação estável em relação ao total geral, entre 2003 e 2005, já que o percentual foi de 11,1% em ambos os períodos.

OVTI das atividades industriais culturais representava 4,6% do total da indústria de transformação, em 2003, aumentando este percentual para 4,8% em 2005 (Tabela 9). O valor adicionado das atividades comerciais culturais correspondeu a 2,8% do total do comércio, em 2003, e a 3,0%, em 2005. Em relação às atividades de serviços culturais, o valor adicionado representava 30,6% do total do VA dos serviços, em 2003, percentual que diminuiu para 28,6% em 2005.

Uma análise mais detalhada destes dados, em relação à participação de cada ramo no total das atividades industriais culturais, evidencia que o valor da transformação industrial (VTI) continua bastante concentrado na atividade de edição e impressão, embora esta perca participação no total do VTI entre 2003 e 2005, passando de 49,5% para 44,9% (Gráfico 16). Por outro lado, as atividades que se destacam com os maiores ganhos de participação no total do VTI das atividades industriais culturais, entre 2003 e 2005, foram: fabricação de computadores (de 4,5% para 5,8%); fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes (de 14,6% para 16,8%); e fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo (de 11,2% para 13,8%).

³⁰ No caso da indústria, utiliza-se o valor da transformação industrial; no comércio e nos serviços, utiliza-se o valor adicionado. As diferenças entre os indicadores podem ser consultadas no Glossário.

Tabela 9 - Valor bruto da produção, custos das operações industriais ou consumo intermediário, valor da transformação industrial e valor adicionado nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

(continua)

Setores econômicos total e cultural	Valor bruto da produção (1)		
	1 000 R\$		
	2003	2004	2005
Total geral (IT+CO+SE)	1 375 775 404	1 650 616 502	1 809 695 178
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	150 521 203	179 516 479	199 746 956
Participação das Atividades Culturais no total geral (%)	10,9	10,9	11,0
Indústrias de transformação - IT	910 379 142	1 103 073 235	1 157 654 830
Atividades Industriais Culturais - AIC	42 434 471	54 262 713	57 098 532
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC			
Na Indústria de transformação (%)	4,7	4,9	4,9
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	28,2	30,2	28,6
Comércio - CO	144 045 490	171 622 521	209 703 667
Atividades Comerciais Culturais - ACC	4 518 012	6 178 942	6 908 030
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC			
No comércio (%)	3,1	3,6	3,3
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	3,0	3,4	3,5
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	32,7	31,5	27,5
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	67,3	68,5	72,5
Serviços - SE	321 350 772	375 920 746	442 336 681
Atividades de Serviços Culturais - ASC	103 568 720	119 074 824	135 740 394
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC			
Nos Serviços (%)	32,2	31,7	30,7
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	68,8	66,3	68,0
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	31,0	31,7	34,6
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	69,0	68,3	65,4

Tabela 9 - Valor bruto da produção, custos das operações industriais ou consumo intermediário, valor da transformação industrial e valor adicionado nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

Setores econômicos total e cultural	(continuação)		
	Custos das operações industriais ou consumo intermediário (2)		
	1 000 R\$		
	2003	2004	2005
Total geral (IT+CO+SE)	724 671 411	876 266 621	946 470 956
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	78 313 288	93 054 743	104 067 368
Participação das Atividades Culturais no total geral (%)	10,8	10,6	11,0
Indústrias de transformação - IT	519 468 247	639 306 573	668 241 512
Atividades Industriais Culturais - AIC	24 485 325	31 717 889	33 609 851
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC			
Na Indústria de transformação (%)	4,7	5,0	5,0
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	31,3	34,1	32,3
Comércio - CO	52 853 049	61 030 163	73 964 754
Atividades Comerciais Culturais - ACC	1 981 640	2 376 758	2 775 188
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC			
No comércio (%)	3,7	3,9	3,8
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	2,5	2,6	2,7
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	27,5	26,2	24,6
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	72,5	73,8	75,4
Serviços - SE	152 350 115	175 929 885	204 264 690
Atividades de Serviços Culturais - ASC	51 846 323	58 960 096	67 682 329
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC			
Nos Serviços (%)	34,0	33,5	33,1
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	66,2	63,4	65,0
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	31,4	30,1	30,2
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	68,6	69,9	69,8

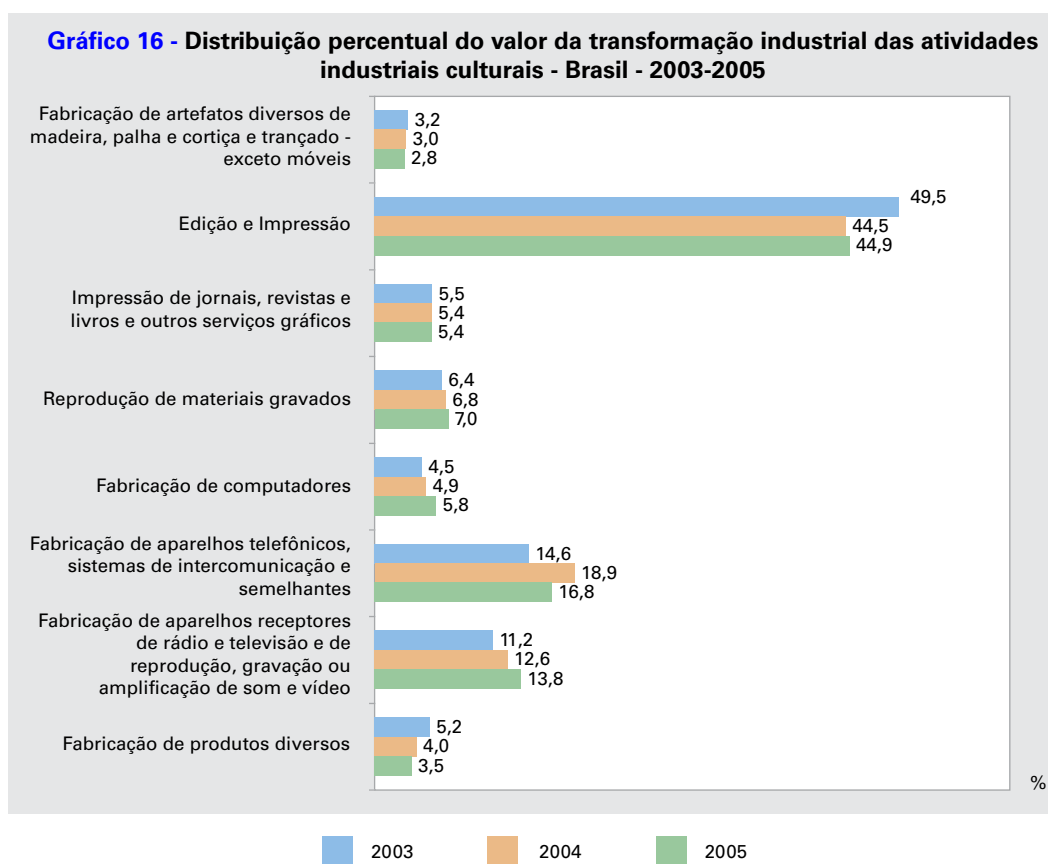
Tabela 9 - Valor bruto da produção, custos das operações industriais ou consumo intermediário, valor da transformação industrial e valor adicionado nos setores econômicos total e cultural - Brasil - 2003-2005

Setores econômicos total e cultural	(conclusão)		
	Valor da transformação industrial ou valor adicionado (3)		
	1 000 R\$		
	2003	2004	2005
Total geral (IT+CO+SE)	651 104 792	774 397 312	863 228 601
Atividades culturais (AIC+ACC+ASC)	72 207 915	86 461 737	95 679 588
Participação das Atividades Culturais no total geral (%)	11,1	11,2	11,1
Indústrias de transformação - IT	390 911 693	463 814 093	489 417 697
Atividades Industriais Culturais - AIC	17 949 146	22 544 825	23 488 681
Participação das Atividades Industriais Culturais - AIC			
Na Indústria de transformação (%)	4,6	4,9	4,8
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	24,9	26,1	24,5
Comércio - CO	91 192 441	110 592 358	135 738 913
Atividades Comerciais Culturais - ACC	2 536 372	3 802 184	4 132 842
Participação das Atividades Comerciais Culturais - ACC			
No comércio (%)	2,8	3,4	3,0
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	3,5	4,4	4,3
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	36,8	34,8	29,4
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades Comerciais Culturais - ACC (%)	63,2	65,2	70,6
Serviços - SE	169 000 658	199 990 861	238 071 991
Atividades de Serviços Culturais - ASC	51 722 397	60 114 728	68 058 065
Participação das Atividades de Serviços Culturais - ASC			
Nos Serviços (%)	30,6	30,1	28,6
No total das Atividades Culturais (AIC+ACC+ASC) (%)	71,6	69,5	71,1
Participação das atividades ligadas diretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	30,6	33,3	39,1
Participação das atividades ligadas indiretamente à cultura no total das Atividades de Serviços Culturais - ASC (%)	69,4	66,7	60,9

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

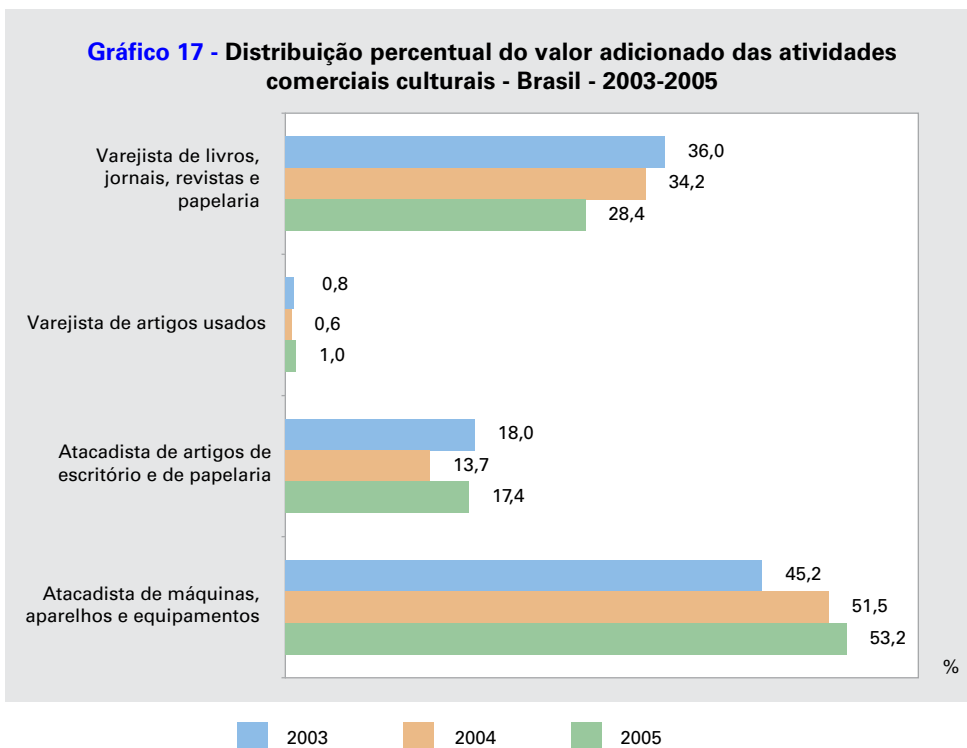
(1) Os valores brutos da produção da indústria, do comércio e dos serviços são auferidos de forma diferenciada. As particularidades do indicador em cada caso podem ser consultadas no glossário. (2) No caso da indústria, utilizam-se os custos das operações industriais; no comércio e nos serviços, utiliza-se o consumo intermediário. As diferenças entre os indicadores podem ser consultadas no glossário. (3) No caso da indústria, utiliza-se o valor da transformação industrial; no comércio e nos serviços, utiliza-se o valor adicionado. As diferenças entre os indicadores podem ser consultadas no glossário.



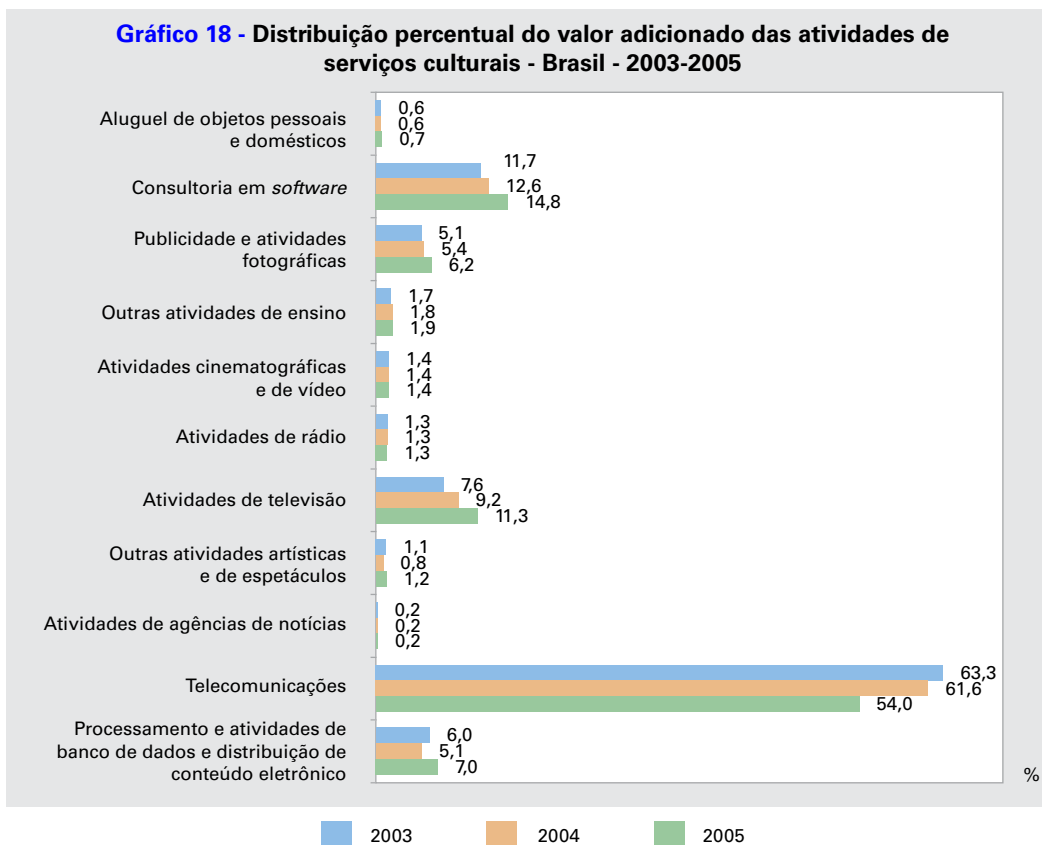
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005.

A distribuição do valor adicionado entre as atividades comerciais culturais tornou-se mais concentrada no período, de acordo com o Gráfico 17. Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças aumentou sua participação, de 45,2%, em 2003, para 53,2%, em 2005. Em contrapartida, Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria diminuiu sua participação de 36,0%, em 2003, para 28,4%, em 2005.

Analisando a distribuição do valor adicionado entre as atividades de serviços culturais, observa-se uma estrutura concentrada na atividade de Telecomunicações, embora esta tenha perdido participação no VA cultural, entre 2003 e 2005, conforme Gráfico 18. Destacaram-se com maiores ganhos de participação no VA das atividades de serviços culturais, as atividades de Televisão (de 7,6%, em 2003, para 11,3%, em 2005) e de Consultoria em *software* (de 11,7%, de 2003, para 14,8%, em 2005).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005.

Análise dos gastos da administração pública

A apresentação dos resultados relativos aos gastos governamentais com a cultura tem como principal objetivo mostrar o padrão de alocação destas despesas referente ao período 2003 a 2005, pelas três esferas de governo.

A captação dos dados da administração pública difere dos outros setores da economia, tendo em vista que a função principal do governo na economia é a produção de bens e serviços não-mercantis. A produção não-mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos custos de produção³¹, por não ser objeto de transação no mercado.

Sendo assim, nesta análise sobre a participação do governo no setor cultural serão utilizadas as informações sobre despesas orçamentárias no período 2003 a 2005 das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados pela difusão da cultura, preservação do patrimônio histórico e os de promoção das artes.

A seguir, são apresentados os dados consolidados para a administração pública e por esfera de governo, sendo analisados os gastos governamentais em cultura.

Administração pública consolidada

Com os resultados apresentados, observou-se que o total dos gastos públicos alocados no setor cultural aumentou de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões no ano de 2003 para aproximadamente R\$ 3,1 bilhões no ano 2005³². O governo federal, que respondia por 14,4% do total destes gastos em 2003, aumentou a sua participação para 16,7%, em 2005, enquanto os governos estaduais passaram de 31,7% em 2003, para 36,0% em 2005. Os governos municipais, que totalizavam 54,0%, em 2003, continuaram a ser a esfera de governo que mais utilizou seu orçamento com o setor cultural, mas tiveram sua participação reduzida para 47,2%, em 2005³³. Esta redução na participação dos municípios contraria a tendência historicamente observada que aponta para uma crescente participação em face dos estados e da União.

A participação do setor cultural no total de gastos públicos consolidados das três esferas de governo mostrou uma variação de 0,01 p.p, passando de 0,19% em 2003 para 0,20% em 2005. Enquanto a União e os estados apresentaram variações positivas da participação da cultura no total de seus gastos (de 0,04% em 2003 para 0,05% em 2005 no governo federal; e de 0,36% em 2003 para 0,41% em 2005 nos governos estaduais), os municípios apresentaram variações negativas nesta participação em aproximadamente 0,07% (de 1,00% em 2003 para 0,93% em 2005).

³¹ Conforme orientado pelo *System of national accounts - SNA 1993*, manual de referência internacional para Contas Nacionais, item 6.91.

³² Salienta-se que todas as informações sobre gastos públicos apresentadas neste estudo são em valores correntes.

³³ Ressalta-se a importância de que, futuramente, seja realizada a desagregação dos dados ora apresentados e sua tradução para uma linguagem específica de Contas Nacionais. Com o devido tratamento das receitas e despesas dos órgãos públicos ligados à cultura e a eliminação dos fluxos de transferências intergovernamentais, mensurar-se-ia exatamente a participação de cada esfera no setor cultural.

Tabela 10 - Despesa total com cultura, segundo as esferas de governo - Brasil - 2003-2005

Esferas de governo	Despesa total com cultura					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)
Total	2 358 264	100,0	2 581 670	100,0	3 129 414	100,0
Federal	338 746	14, 4	395 926	15, 3	523 338	16,7
Estadual	746 851	31, 7	836 716	32, 4	1 127 768	36,0
Municipal	1 272 667	54,0	1 349 028	52, 3	1 478 308	47,2

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007; Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Tabela 11 - Participação da despesa orçamentária com cultura no total da despesa Brasil - 2003-2005

Esferas	Cultura (1 000 R\$)	Total (1 000 R\$)	Participação da cultura (%)
2003			
Total	2 358 084	1 208 814 474	0,2
Federal	338 566	876 456 652	0,0
Estadual	746 851	205 044 675	0,4
Municipal	1 272 667	127 313 147	1,0
2004			
Total	2 581 670	1 282 899 039	0,2
Federal	395 926	908 148 769	0,0
Estadual	836 716	239 836 314	0,3
Municipal	1 349 028	134 913 956	1,0
2005			
Total	3 129 414	1 538 810 372	0,2
Federal	523 338	1 106 790 731	0,0
Estadual	1 127 768	273 529 892	0,4
Municipal	1 478 308	158 489 749	0,9

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007; Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Uma comparação consolidada das três esferas de governo, mostrou a participação da cultura no total das despesas por funções. A tabela 12 apresenta o total das funções saúde, educação e cultura nos três anos e seus respectivos percentuais em relação aos gastos públicos totais, o que possibilita uma comparação da representatividade da cultura diante de outras funções governamentais.

**Tabela 12 - Análise comparativa das despesas por funções consolidadas pelas três esferas de governo, segundo o tipo de função
Brasil - 2003-2005**

Tipo de função	Análise comparativa das despesas por funções consolidadas pelas três esferas de governo					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1 000 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 000 R\$)	Participação percentual (%)
Total	1 210 274	100,0	1 279 221	100,0	1 533 676	100,0
Saúde	75 057	6,2	91 412	7,1	99 340	6,5
Educação	87 370	7,2	89 928	7,0	102 037	6,7
Cultura	2 359	0,2	2 582	0,2	3 129	0,2
Outras	1 045 488	86,4	1 095 299	85,6	1 329 170	86,7

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007; Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

A Tabela 13 mostra os dados de despesa *per capita* com cultura por Grandes Regiões nos anos 2003 a 2005, consolidados os gastos das três esferas de governo. Observa-se que a despesa *per capita* total passa de R\$12,9 em 2003 para R\$17,00 em 2005 e, que a região do País que mais se destacou na análise da série foi a Centro-Oeste, o que se deve à concentração dos gastos da União nesta região, mais precisamente no Distrito Federal, que sedia a maior parte dos órgãos do governo federal.

Tabela 13 - Despesa *per capita* consolidada com cultura, segundo as Grandes Regiões - 2003-2005

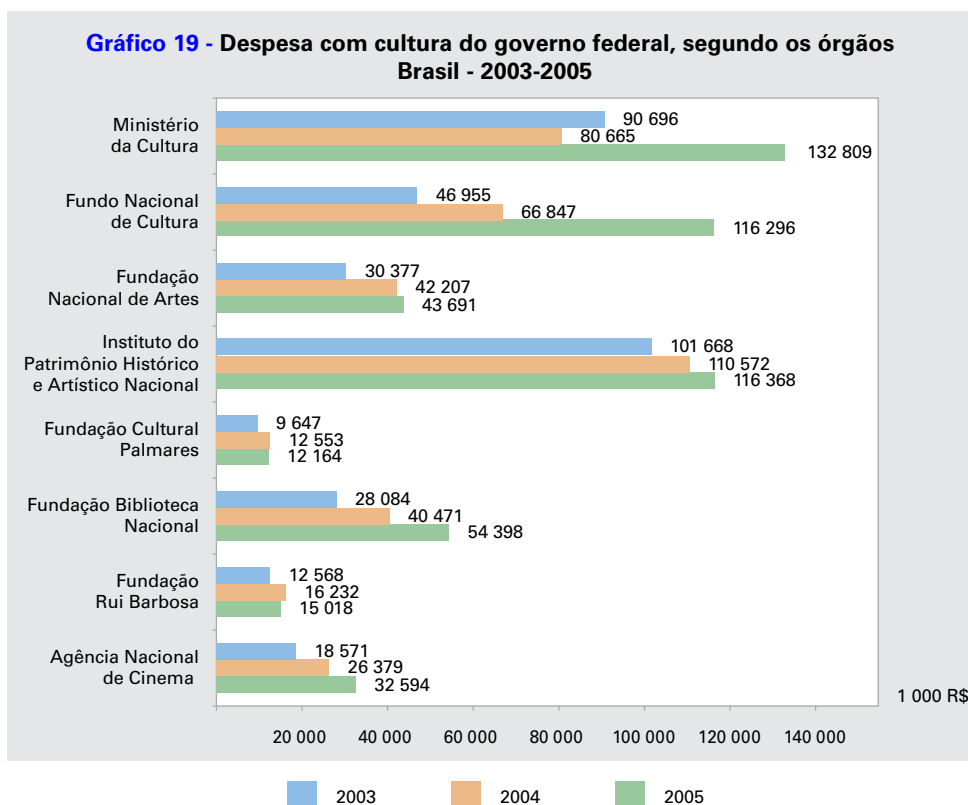
Grandes Regiões	Despesa <i>per capita</i> consolidada com cultura (R\$)		
	2003	2004	2005
Brasil	12,91	14,22	16,99
Norte	11,09	15,53	17,04
Nordeste	9,63	10,47	12,76
Sudeste	14,78	15,18	17,78
Sul	10,38	9,98	11,90
Centro-Oeste	25,72	30,57	39,31

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007; Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Análise por esfera de governo

Esfera federal

Dentre as três esferas de governo, a União continuou sendo a que menos alocou recursos orçamentários no setor cultural (16,7% em 2005), apesar do incremento de aproximadamente 55% dos gastos alocados no setor. A repartição do montante dos dispêndios culturais do governo federal pelos seus respectivos órgãos é ilustrada pelo Gráfico 19.



Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Observa-se no gráfico que, no ano 2005, o Ministério da Cultura, órgão central voltado para a coordenação e gestão de recursos do setor cultural federal, obteve a participação mais elevada no total dos gastos com cultura da União. Nos anos 2003 e 2004 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que conta com 15 superintendências regionais, foi o órgão com maior representatividade.

Esfera estadual

A esfera estadual foi a que apresentou o maior ganho na participação dos gastos públicos no setor cultural, passando de 31,7%, em 2003, para 36,0%, em 2005. Uma análise destes gastos por Unidade da Federação mostrou que São Paulo, Goiás e Bahia foram os estados que mais incrementaram em valores absolutos os seus gastos no setor cultural entre 2003 e 2005. Em contrapartida, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul apresentaram reduções nos seus respectivos dispêndios, como ilustra a Tabela 14.

**Tabela 14 - Despesas com cultura dos Governos Estaduais,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2003-2005**

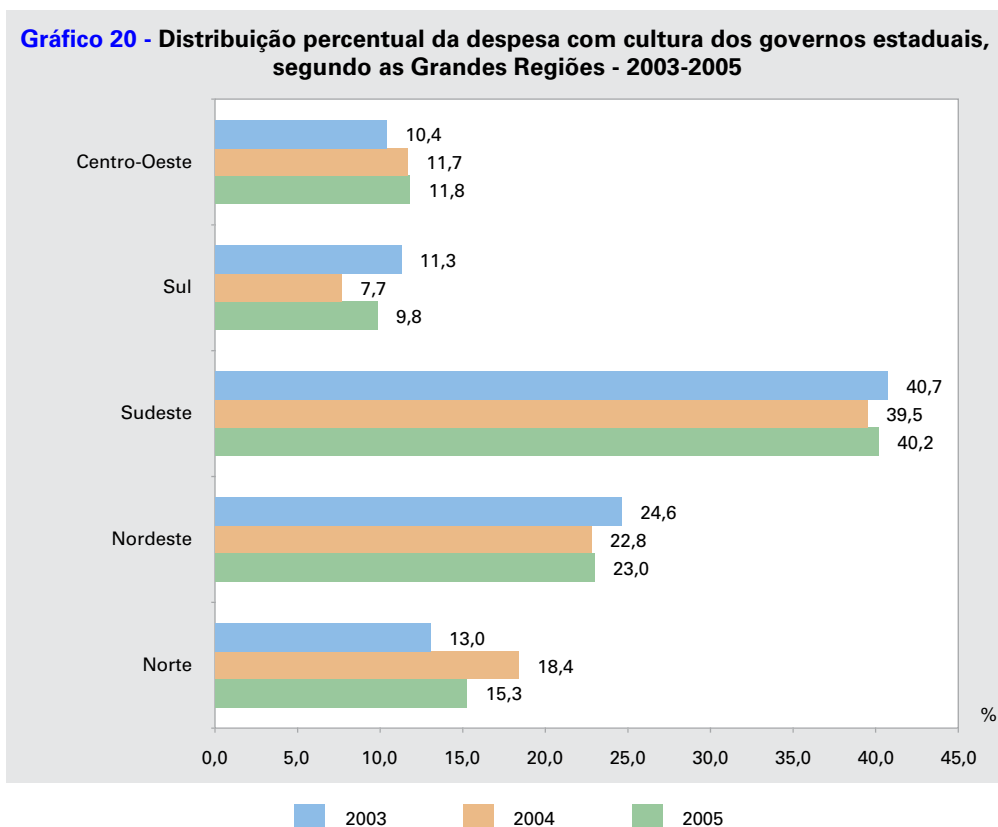
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Despesas com cultura dos Governos Estaduais					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)
Brasil	746 851	100,0	836 716	100,0	1 127 768	100,0
Norte	97 301	13,0	153 806	18,4	172 033	15,3
Rondônia	248	0,0	1 409	0,2	1 674	0,1
Acre	7 160	1,0	9 498	1,1	11 069	1,0
Amazonas	45 887	6,1	79 994	9,6	69 556	6,2
Roraima	655	0,1	1 723	0,2	2 794	0,2
Pará	37 898	5,1	52 295	6,3	71 310	6,3
Amapá	4 164	0,6	4 299	0,5	5 656	0,5
Tocantins	1 288	0,2	4 587	0,5	9 976	0,9
Nordeste	183 766	24,6	190 613	22,8	258 939	23,0
Maranhão	34 387	4,6	25 490	3,0	26 011	2,3
Piauí	5 144	0,7	1 058	0,1	8 403	0,7
Ceará	16 153	2,2	24 015	2,9	40 201	3,6
Rio Grande do Norte	14 795	2,0	17 142	2,0	26 124	2,3
Paraíba	9 162	1,2	8 167	1,0	8 851	0,8
Pernambuco	13 030	1,7	24 145	2,9	23 654	2,1
Alagoas	7 388	1,0	5 613	0,7	5 342	0,5
Sergipe	4 705	0,6	4 730	0,6	6 377	0,6
Bahia	79 002	10,6	80 252	9,6	113 977	10,1
Sudeste	304 132	40,7	330 583	39,5	453 099	40,2
Minas Gerais	27 376	3,7	38 986	4,7	53 997	4,8
Espírito Santo	4 460	0,6	6 252	0,7	8 121	0,7
Rio de Janeiro	61 404	8,2	66 815	8,0	68 014	6,0
São Paulo	210 892	28,2	218 531	26,1	322 967	28,6
Sul	84 088	11,3	64 205	7,7	110 720	9,8
Paraná	32 837	4,4	17 481	2,1	59 563	5,3
Santa Catarina	11 642	1,6	12 053	1,4	14 062	1,2
Rio Grande do Sul	39 609	5,3	34 670	4,1	37 095	3,3
Centro-Oeste	77 564	10,4	97 510	11,7	132 977	11,8
Mato Grosso do Sul	20 331	2,7	26 456	3,2	21 145	1,9
Mato Grosso	3 600	0,5	4 979	0,6	4 484	0,4
Goiás	14 155	1,9	19 161	2,3	58 870	5,2
Distrito Federal	39 479	5,3	46 913	5,6	48 478	4,3

Fonte: Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007.

A distribuição percentual dos gastos da esfera estadual com cultura por Unidades da Federação mostrou que São Paulo e Bahia foram os estados brasileiros com maior participação nos gastos em cultura, e ambos mantiveram essa superioridade durante os três anos da série de 2003 a 2005. São Paulo obteve uma variação positiva na participação (de 28,2% em 2003 para 28,6% em 2005) enquanto a Bahia apresentou uma variação negativa (de 10,6% em 2003 para 10,1% em 2005). O Rio de Janeiro, que em 2003 vinha logo a seguir, com 8,2% do total, teve sua participação reduzida para 6,0% em 2005, enquanto o Estado do Pará, cuja participação era de 5,1% em 2003, passou a representar 6,3% em 2005.

Uma análise por Grandes Regiões mostra que a Região Sudeste foi a mais representativa no total dos dispêndios em cultura, mas apresentou uma variação negativa da sua participação de 2003 a 2005 (de 40,7% para 40,2%). Em contrapartida,

a Região Centro-Oeste, que em 2003 era a menos representativa com 10,4% do total, obteve um ganho de participação em 2005, passando a representar 11,8% e deixando a Região Sul com a menor participação nos gastos estaduais com cultura. O Gráfico 20 ilustra essas mudanças na distribuição percentual por Grandes Regiões.



Fonte: Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007

Esfera municipal

Apesar da perda na participação no total dos gastos públicos alocados no setor cultural, os municípios continuaram a ser a esfera governamental com maior representatividade neste total, com aproximadamente 47,2% no ano 2005 (em 2003 essa participação era de 54,0%).

A distribuição percentual dos gastos da esfera municipal com cultura por Unidade da Federação mostrou a maior representatividade dos municípios de São Paulo, apesar da perda de participação no período analisado (passam de 32,0% em 2003 para 28,0% em 2005). O Rio de Janeiro, que vinha logo a seguir em 2003 com 14,8%, perdeu participação em 2005 passando para 10,1%, e Minas Gerais, cujos municípios representavam 7,3% em 2003, aumentaram sua participação para 11,4% em 2005, ocupando assim a posição que antes era do Rio de Janeiro. Essas mudanças na estrutura de participação na despesa municipal com cultura são apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15 - Despesas com cultura dos governos municipais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2003-2005

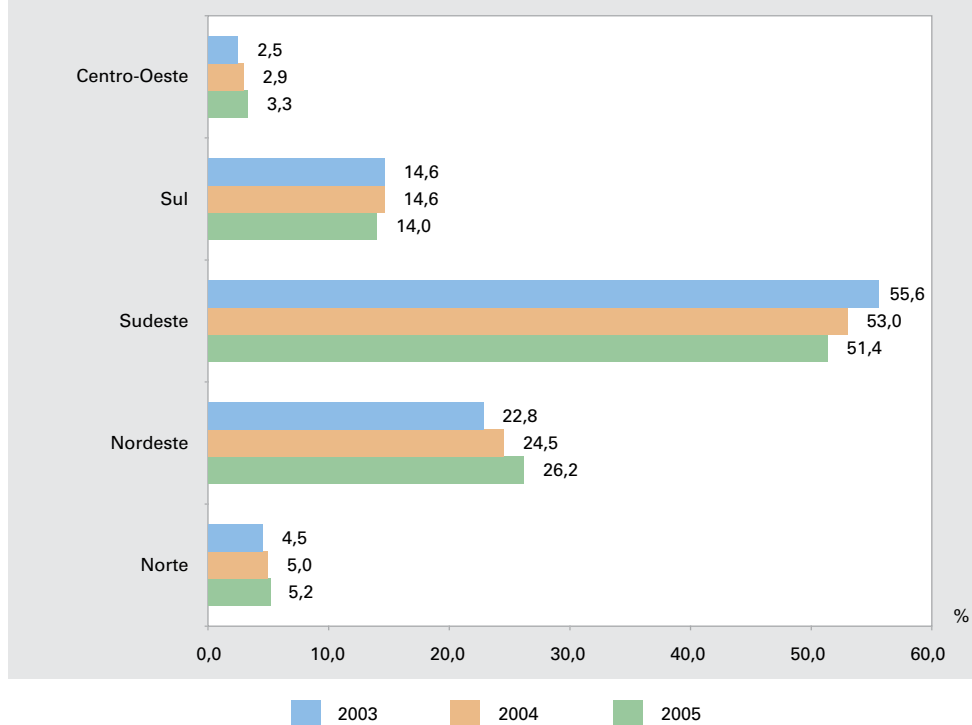
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Despesas com cultura dos governos municipais					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação percentual (%)
Brasil	1 272 667	100,0	1 349 028	100,0	1 478 308	100,0
Norte	57 720	4,5	66 819	5,0	76 736	5,2
Rondônia	1 319	0,1	2 103	0,2	1 951	0,1
Acre	1 884	0,1	2 731	0,2	2 607	0,2
Amazonas	11 924	0,9	10 413	0,8	18 123	1,2
Roraima	8 006	0,6	4 632	0,3	8 139	0,6
Pará	32 012	2,5	40 646	3,0	37 666	2,5
Amapá	918	0,1	1 268	0,1	1 997	0,1
Tocantins	1 657	0,1	5 026	0,4	6 253	0,4
Nordeste	290 234	22,8	330 746	24,5	386 836	26,2
Maranhão	21 327	1,7	24 484	1,8	17 562	1,2
Piauí	10 709	0,8	14 866	1,1	17 477	1,2
Ceará	33 727	2,7	35 935	2,7	39 699	2,7
Rio Grande do Norte	19 716	1,5	23 840	1,8	24 283	1,6
Paraíba	14 224	1,1	18 757	1,4	23 326	1,6
Pernambuco	77 552	6,1	86 227	6,4	116 766	7,9
Alagoas	13 279	1,0	16 274	1,2	20 289	1,4
Sergipe	12 775	1,0	15 640	1,2	22 151	1,5
Bahia	86 925	6,8	94 723	7,0	105 283	7,1
Sudeste	707 055	55,6	714 932	53,0	759 224	51,4
Minas Gerais	93 556	7,4	126 736	9,4	169 058	11,4
Espírito Santo	18 367	1,4	24 354	1,8	27 868	1,9
Rio de Janeiro	188 357	14,8	167 181	12,4	148 568	10,0
São Paulo	406 775	32,0	396 661	29,4	413 730	28,0
Sul	186 020	14,6	197 015	14,6	206 964	14,0
Paraná	74 593	5,9	75 756	5,6	76 961	5,2
Santa Catarina	38 238	3,0	44 715	3,3	49 516	3,3
Rio Grande do Sul	73 189	5,8	76 545	5,7	80 487	5,4
Centro-Oeste	31 638	2,5	39 516	2,9	48 548	3,3
Mato Grosso do Sul	9 567	0,8	11 284	0,8	12 940	0,9
Mato Grosso	6 704	0,5	9 024	0,7	12 729	0,9
Goiás	15 367	1,2	19 208	1,4	22 879	1,5

Fontes: Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Através de uma análise dos gastos municipais com cultura por Grandes Regiões, observou-se que apesar de ainda ser a mais representativa, a Região Sudeste mostrou uma redução da sua participação de 55,6% em 2003 para 51,4% em 2005. Por outro lado, as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram ganhos nessa participação, como ilustra o Gráfico 21.

A Tabela 16 mostra o percentual dos gastos com cultura divididos por classes de tamanho da população dos municípios. Observou-se, com os dados apresentados, que os gastos foram mais representativos nos 266 municípios brasileiros com população acima de 100 mil habitantes, que respondiam por 55,1% do total de gastos com cultura no ano 2005. Por outro lado, os municípios com população abaixo de 10 mil habitantes, apesar de apresentarem um ganho de participação no período, representavam apenas 8,0% do total das despesas com cultura no mesmo ano.

Gráfico 21 - Distribuição percentual da despesa com cultura dos governos municipais, segundo as Grandes Regiões - 2003-2005



Fontes: Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Tabela 16 - Distribuição percentual da despesa municipal com cultura, segundo as classes de tamanho da população dos municípios Brasil - 2003-2005

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de municípios	Distribuição percentual da despesa municipal com cultura (%)		
		2003	2004	2005
Até 5 000	1 371	2,8	2,9	3,4
De 5 001 a 10 000	1 290	4,0	4,2	4,4
De 10 001 a 20 000	1 292	9,2	9,2	10,0
De 20 001 a 50 000	1 033	14,6	15,1	16,6
De 50 001 a 100 000	311	10,7	10,8	10,5
De 100 001 a 500 000	231	25,8	25,1	23,3
Mais de 500 000	35	33,0	32,7	31,8

Fontes: Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Inventário dos bens duráveis das famílias

Uma das formas que caracterizam a disseminação de conteúdos simbólicos em nossa cultura contemporânea é a sua presença no domínio doméstico, cada vez mais diversificada. Isto ocorre em função de uma maior quantidade de equipamentos que permitem uma ampliação de opções de acesso à cultura, arte e lazer, pela aquisição das famílias.

Daí a importância da informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003, que investigou em suas três versões a posse de bens duráveis pelas famílias brasileiras. Entre estes bens, alguns foram selecionados como relacionados à cultura: televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil, microcomputador, videocassete, antena parabólica, toca-discos, toca-discos a *laser* e DVD³⁴. A Tabela 17 mostra a distribuição de famílias por posse destes bens.

Tabela 17 - Distribuição de famílias, no total das áreas selecionadas, por posse de bens duráveis, segundo os bens duráveis relacionados à cultura períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003

Bens duráveis relacionados à cultura	Distribuição de famílias, por posse de bens duráveis (%)								
	Nenhum			1 bem			2 ou mais		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003
TV									
Em cores	42,6	17,1	6,8	47,0	55,5	57,2	10,4	27,4	36,0
Em preto e branco	51,2	74,5	94,1	46,1	24,4	5,8	2,7	1,1	0,1
Conjunto de som	54,2	36,1	33,2	43,3	57,7	59,8	2,4	6,2	6,9
Gravador e toca-fitas	80,6	82,3	89,8	17,5	16,0	9,6	1,9	1,6	0,6
Rádio de mesa	60,5	64,1	79,4	34,8	30,6	17,6	4,7	5,3	3,0
Rádio portátil	62,0	71,7	79,6	31,7	23,1	17,7	6,3	5,2	2,7
Microcomputador	..	93,1	78,1	..	6,7	20,0	..	0,2	1,9
Videocassete	..	62,2	52,6	..	35,0	43,9	..	2,8	3,5
Antena parabólica	..	98,3	95,5	..	1,7	4,5	..	0,0	0,0
Toca-discos a <i>laser</i>	..	92,2	92,9	..	7,0	6,5	..	0,8	0,7
Toca-discos	87,2	94,9	..	12,3	5,0	..	0,4	0,1	..
DVD	93,4	6,4	0,2

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

Podemos observar que a TV em cores foi o bem que mais se difundiu no período compreendido entre as três pesquisas. Enquanto em 1987-1988, 42,6% das famílias não possuíam este bem, em 2003 este percentual caiu para 6,8%. Chama ainda a atenção o fato de que, das mais de 92% de famílias que possuíam TV em cores, 36% tinham mais de um aparelho.

Como um sinal evidente de mudança de padrão tecnológico, no caso da TV em preto e branco se deu o inverso: 46,1% das famílias possuíam pelo menos um destes aparelhos, ao passo que, em 2003, este percentual foi de apenas 5,8%.

³⁴ Ver o item Notas técnicas.

A posse de conjunto de som apresentou igualmente um crescimento considerável. Se considerarmos o total das famílias que possuíam este bem veremos que entre 1987 e 2003 o percentual de famílias subiu de 45,8% para 66,8%, sendo que este item foi o segundo que mostrou um percentual significativo, em torno de 7%, entre as famílias que possuíam dois ou mais.

No que tange à posse de gravador e toca-fitas, rádio de mesa e rádio portátil, muito embora tenha havido uma queda no percentual de famílias que declararam possuir estes bens, eles ainda mostraram em 2003 serem itens relevantes (10,2% para gravador e toca-fitas, 20,6% para rádio de mesa e 20,4% para o rádio portátil). Aqui devemos novamente levar em conta uma mudança de padrão tecnológico, mas de uma maneira diversa ao que parece ter se dado com a TV em preto e branco. Enquanto neste último caso podemos observar uma substituição de padrão, no caso dos três itens mencionados houve uma integração destes em um único item, o conjunto de som. Este ponto pode ser estendido ao toca-discos a *laser*, que acabou apresentando quase o mesmo percentual de famílias entre 1996 e 2003, passando de 7% para 6,5% para aquelas que possuíam um destes itens. Isto parece indicar que, a despeito de sua consolidação como padrão, esta se deu de forma integrada no conjunto de som.

Com o toca-discos de agulha, que já apresentava o menor percentual entres os itens selecionados na POF 1987-1988 (12,7%), parece ter se dado uma confluência entre os dois processos mencionados acima. Devemos, portanto, considerar tanto sua incorporação aos conjuntos de som, bem como sua progressiva substituição pelo toca-discos a *laser*. Em 1996, 94,9% das famílias não possuíam toca-discos como um bem durável de forma isolada, ou seja, não integrado ao conjunto de som.

Os aparelhos de videocassete apresentaram um aumento no percentual de famílias entre 1996 e 2003. Em 1996, 35% das famílias possuíam videocassete, enquanto, em 2003, este número sobe para 43,9%, sendo que 3,5% possuíam mais de um deste item. Este foi um aumento significativo, considerando-se o efeito da entrada dos aparelhos de DVDs no mercado no período entre as duas pesquisas. Quanto ao aparelho DVD, que só foi pesquisado na POF 2002-2003, apenas 6,6% do total de famílias possuíam esse item, tendo-se constatado a sua maior posse entre as famílias após esse período, principalmente pelo barateamento dos aparelhos reprodutores como da mídia.

No que diz respeito à posse de microcomputador, o percentual do total de famílias que possuíam este bem subiu de 6,9%, em 1996, para 21,9%, em 2003, um crescimento de 15 pontos percentuais.

O percentual de famílias que não possuíam antena parabólica foi bastante elevado (98,3%, em 1996, e 95,5%, em 2003). É importante ressaltar que os dados da Tabela 1 se restringem às Regiões Metropolitanas, Distrito Federal e ao Município de Goiânia³⁵, áreas onde, provavelmente, os problemas relacionados à recepção do sinal de TV não eram relevantes. Também é preciso destacar o surgimento e posterior ampliação dos serviços de TV por assinatura nestas áreas³⁶.

A Tabela 18 apresenta a participação das famílias que possuíam bens duráveis relacionados à cultura nas áreas selecionadas.

³⁵Ver o item Notas técnicas.

³⁶A POF 2002-2003 estimou em R\$3,68 o gasto médio mensal do total das famílias brasileiras com o serviço de TV por assinatura. Para um maior detalhamento dos gastos com os itens relacionados à cultura, ver: SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 124 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18).

Tabela 18 - Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura, segundo as áreas selecionadas períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003

(continua)

Áreas selecionadas	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura (%)									
	TV em cores			TV em preto e branco			Conjunto de som			
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	
Total	57,4	82,9	93,2	48,8	25,5	5,9	45,8	63,9	66,8	
Regiões Metropolitanas										
Belém	47,3	72,8	89,3	46,6	28,2	4,6	38,3	52,9	51,8	
Fortaleza	38,4	63,7	86,1	43,1	36,8	8,6	38,5	52,5	59,9	
Recife	39,3	66,3	91,0	46,6	33,6	6,5	44,5	64,2	65,9	
Salvador	41,3	70,7	88,1	42,3	32,2	8,8	48,4	60,2	63,2	
Belo Horizonte	48,7	79,1	92,3	54,2	34,4	7,3	42,3	70,3	67,8	
Rio de Janeiro	56,0	86,8	94,4	48,9	18,8	5,3	45,3	64,0	67,2	
São Paulo	67,7	88,0	95,0	49,1	22,3	4,7	48,3	63,9	70,4	
Curitiba	56,9	81,6	92,8	49,7	35,1	6,5	44,0	59,5	66,2	
Porto Alegre	54,5	84,2	93,4	55,8	33,1	8,7	43,4	65,4	63,8	
Distrito Federal	61,7	88,8	95,0	41,5	18,4	3,3	51,5	77,1	66,2	
Goiânia	54,0	80,4	92,5	41,3	18,4	4,0	38,8	64,5	62,5	
Áreas selecionadas	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura (%)									
	Gravador e toca-fitas			Rádio de mesa			Rádio portátil			
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	
Total	19,4	17,7	10,2	39,5	35,9	20,6	38,0	28,3	20,4	
Regiões Metropolitanas										
Belém	19,7	30,8	18,7	25,9	12,4	5,6	24,2	21,1	11,0	
Fortaleza	14,9	23,2	12,5	15,8	14,0	10,5	38,4	26,6	22,7	
Recife	15,0	20,8	13,6	25,1	25,1	13,8	37,1	24,0	22,4	
Salvador	11,9	12,5	12,7	15,3	22,3	12,4	33,9	23,5	19,2	
Belo Horizonte	17,2	20,7	12,9	48,4	51,7	22,5	38,3	31,4	15,5	
Rio de Janeiro	16,9	13,2	7,0	37,1	26,6	22,5	41,7	34,4	21,0	
São Paulo	22,5	17,9	9,7	45,6	44,4	25,2	35,7	24,6	19,2	
Curitiba	21,5	22,4	9,0	52,5	37,4	24,0	35,9	30,4	22,9	
Porto Alegre	21,3	19,0	10,6	50,6	53,5	19,2	47,7	36,4	30,5	
Distrito Federal	23,8	21,9	9,8	30,0	28,3	14,4	32,5	21,6	20,7	
Goiânia	21,2	13,7	13,8	29,4	22,6	11,7	31,5	22,1	14,5	

Tabela 18 - Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura, segundo as áreas selecionadas períodos 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003

(conclusão)

Áreas selecionadas	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura (%)								
	Microcomputador			Videocassete			Antena parabólica		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Total	..	6,9	21,9	..	37,8	47,4	..	1,7	4,5
Regiões Metropolitanas									
Belém	..	3,8	9,1	..	24,1	29,1	..	1,3	1,2
Fortaleza	..	2,7	12,1	..	17,6	27,4	..	0,5	2,1
Recife	..	3,3	11,2	..	25,2	38,5	..	0,9	2,1
Salvador	..	4,7	14,5	..	26,3	32,8	..	1,3	4,0
Belo Horizonte	..	7,7	20,6	..	38,3	44,3	..	2,0	4,6
Rio de Janeiro	..	6,0	21,9	..	38,8	52,8	..	2,0	6,7
São Paulo	..	8,8	27,1	..	43,3	54,8	..	1,8	4,6
Curitiba	..	8,3	26,1	..	37,2	45,3	..	1,5	4,0
Porto Alegre	..	7,2	21,5	..	42,2	47,6	..	1,5	4,4
Distrito Federal	..	8,9	25,9	..	44,3	40,9	..	3,7	3,5
Goiânia	..	4,4	18,6	..	28,7	36,6	..	1,1	1,6

Áreas selecionadas	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por bens duráveis relacionados à cultura (%)								
	Toca-discos a laser			Toca-discos			DVD		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Total	..	7,8	7,1	12,8	5,1	6,6
Regiões Metropolitanas									
Belém	..	3,8	8,1	8,3	2,3	2,5
Fortaleza	..	4,1	3,2	8,1	4,7	3,5
Recife	..	6,6	3,5	13,8	7,4	3,3
Salvador	..	5,2	6,6	11,4	5,6	3,3
Belo Horizonte	..	9,3	5,2	17,5	6,6	4,6
Rio de Janeiro	..	9,4	9,5	15,3	6,6	7,1
São Paulo	..	6,3	6,7	10,1	3,3	8,9
Curitiba	..	11,6	7,5	13,9	6,3	6,9
Porto Alegre	..	10,6	11,7	16,8	7,1	5,1
Distrito Federal	..	10,2	3,6	11,4	3,4	7,8
Goiânia	..	7,7	3,6	10,8	2,3	5,2

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

ATV em cores apresentou crescimento em todas as áreas, com destaque para a Região Metropolitana de Recife, na qual o percentual subiu de 39,3%, em 1987-1988, para 91%, em 2003, enquanto a TV em preto e branco apresentou queda. Neste dois casos seguiu-se a mesma tendência apresentada pelo total das áreas.

Quando consideramos o conjunto de som, podemos observar que Distrito Federal, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre e o Município de Goiânia apresentaram uma pequena queda no percentual das famílias que possuíam este bem entre 1996 e 2003. Destaque para o Distrito Federal, cuja variação foi de 77,1% para 66,2%.

O gravador e toca-fitas e o rádio de mesa apresentaram percentuais de sua posse pelas famílias com uma tendência diferente da mostrada no total das áreas, em algumas regiões metropolitanas. No caso do gravador e toca-fitas, Belém, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte apresentaram primeiramente um aumento do percentual entre 1987 e 1996, seguido de uma acentuada queda entre 1996 e 2003. Na Região Metropolitana de Belém, estes percentuais foram de 19,7% a 30,8% entre 1987 e 1996, para cair até 18,7% em 2003. Situação análoga se deu com o rádio de mesa nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Curitiba. Destaque, neste caso, para a Região Metropolitana de Salvador, com 15,3% em 1987, 22,3% em 1996 e 12,4% em 2003. Podemos ressaltar, ainda, que entre 1996 e 2003 a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentou uma queda de 29,2 pontos percentuais relativa à posse deste bem, variando de 51,7% a 22,5%.

No caso da posse de microcomputadores, todas as áreas apresentaram crescimento com destaque para as Regiões Metropolitanas das Regiões Sudeste e Sul e para o Distrito Federal.

A posse de aparelho de videocassete apresentou igualmente crescimento em quase todas as áreas com exceção do Distrito Federal (de 44,3% em 1996 para 40,9% em 2003). Por outro lado, esta área foi também a que mostrou um dos maiores percentuais de famílias que possuíam aparelho de DVD (7,8% em 2003), sendo superada apenas pela Região Metropolitana de São Paulo (8,9% em 2003).

Os percentuais referentes aos toca-discos a *laser* apresentaram tendências muito variadas entre as áreas, sendo que em algumas houve crescimento e em outras queda. Este fato provavelmente se deve a já mencionada integração deste bem no conjunto de som.

A posse de rádio portátil, antena parabólica e toca-discos seguiu em geral a tendência mostrada no total das áreas.

A Tabela 19 apresenta a participação das famílias que possuíam bens duráveis relacionados à cultura por tipo, segundo estratos de renda familiar.

Os resultados confirmam o fato, já mencionado, de que a TV em cores se mostrou como o bem durável relacionado à cultura mais difundido. Em 2003, em todos os estratos, o percentual da sua posse supera os 80%, sendo que no primeiro estrato (até dois salários mínimos) este percentual subiu de 15%, em 1987, para 80,9%, em 2003.

Tabela 19 - Participação das famílias que possuíam bens duráveis, no total das áreas selecionadas, por classes de rendimento mensal familiar, segundo os bens duráveis relacionados à cultura - períodos 1987-1998, 1995-1996 e 2002-2003

Bens duráveis relacionados à cultura	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por classes de rendimento mensal familiar (%) (1)								
	Total			Até 2 salários mínimos			Mais de 2 a 3 salários mínimos		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003
TV									
Em cores	57,4	82,9	93,2	15,9	45,2	80,9	20,5	60,4	89,5
Em preto e branco	48,8	25,5	5,9	46,6	41,1	8,0	59,1	32,8	7,5
Conjunto de som	45,8	63,9	66,8	16,2	33,0	45,6	18,5	49,0	54,4
Gravador e toca-fitas	19,4	17,7	10,2	4,5	11,9	9,6	8,7	11,4	9,9
Rádio de mesa	39,5	35,9	20,6	27,7	22,1	16,2	28,7	25,1	17,6
Rádio portátil	38,0	28,3	20,4	30,2	25,5	15,3	35,6	22,8	16,0
Microcomputador	..	6,9	21,9	..	1,1	2,1	..	0,2	1,6
Videocassete	..	37,8	47,4	..	5,4	14,7	..	7,9	22,1
Antena parabólica	..	1,7	4,5	..	0,2	2,1	..	0,6	1,2
Toca-discos a laser	..	7,8	7,1	..	0,4	3,1	..	1,3	3,4
Toca-discos	12,8	5,1	..	6,2	4,8	..	9,8	4,6	..
DVD	6,6	0,5	0,9

Bens duráveis relacionados à cultura	Participação das famílias que possuíam bens duráveis, por classes de rendimento mensal familiar (%) (1)											
	Mais de 3 a 5 salários mínimos			Mais de 5 a 8 salários mínimos			Mais de 8 a 15 salários mínimos			Mais de 15 salários mínimos		
	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003	1987-1988	1995-1996	2002-2003
TV												
Em cores	31,9	74,8	93,4	48,7	86,8	94,6	71,5	94,1	97,9	90,6	97,6	99,0
Em preto e branco	60,1	30,4	5,9	54,2	21,8	5,2	44,3	20,8	3,7	39,9	20,5	5,8
Conjunto de som	31,7	54,8	63,5	40,8	62,5	69,3	53,7	70,6	76,1	68,0	81,4	82,6
Gravador e toca-fitas	11,7	16,5	9,8	14,6	15,6	10,0	20,9	17,3	9,7	33,8	24,2	12,0
Rádio de mesa	28,2	28,1	17,5	35,7	34,7	21,3	42,0	38,8	18,5	53,7	47,5	29,6
Rádio portátil	33,1	23,1	16,0	36,7	24,9	20,1	37,3	28,8	23,4	45,4	36,2	28,5
Microcomputador	..	0,2	7,4	..	1,1	12,4	..	3,3	30,7	..	21,9	62,1
Videocassete	..	13,3	40,0	..	26,5	47,0	..	45,6	64,1	..	75,2	79,1
Antena parabólica	..	0,5	4,3	..	1,0	4,4	..	1,8	6,9	..	3,9	6,4
Toca-discos a laser	..	2,1	5,3	..	3,2	6,2	..	6,8	8,7	..	19,9	13,4
Toca-discos	11,2	4,6	..	13,4	4,8	..	12,8	4,9	..	16,1	6,1	..
DVD	0,8	2,5	7,4	22,5

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo".

(1) Considerou-se o salário mínimo do ano de referência de cada pesquisa.

Outros dois bens que apresentaram crescimento considerável foram o conjunto de som e o videocassete. No caso específico do conjunto de som, sua posse subiu de 16,2%, em 1987, para 45,6%, em 2003, no primeiro estrato. No estrato seguinte, com o rendimento médio familiar entre dois e três salários mínimos, os percentuais subiram de 18,5%, em 1987, para 54,4%, em 2003. Para a posse de videocassete, o estrato com rendimento médio entre três e cinco salários mínimos com percentuais de 13,3%, em 1996 e 40%, em 2003, foi o que apresentou maior crescimento.

Com relação a posse de microcomputadores, muito embora todos os estratos tenham apresentado crescimento, são as famílias onde a renda é maior que tiveram maior acesso aos computadores pessoais, evidenciando uma diferenciação no acesso aos conteúdos multimídia e digital. Na faixa de mais de 8 a 15 salários mínimos a posse de microcomputadores passou de 3,3% para 30,7% (acima de 8 e até 15 salários) e de 21,9% para 62,1% (mais de 15 salários mínimos).

A posse de rádio e gravador, que não apresentou um padrão constante entre as regiões metropolitanas, considerando a renda familiar mostra-se um equipamento doméstico ainda importante. Afirma-se desta forma que no País, ainda existe um mercado expressivo ligado à música que utiliza este equipamento mais tradicional.

A obtenção de aparelhos de DVD apresentou-se bem restrita entre as famílias. Enquanto os três primeiros estratos de renda apresentaram percentuais abaixo de 1%, os dois estratos mais altos mostraram percentuais de 7,4% e 22,5%, respectivamente.

Análise socioeconômica

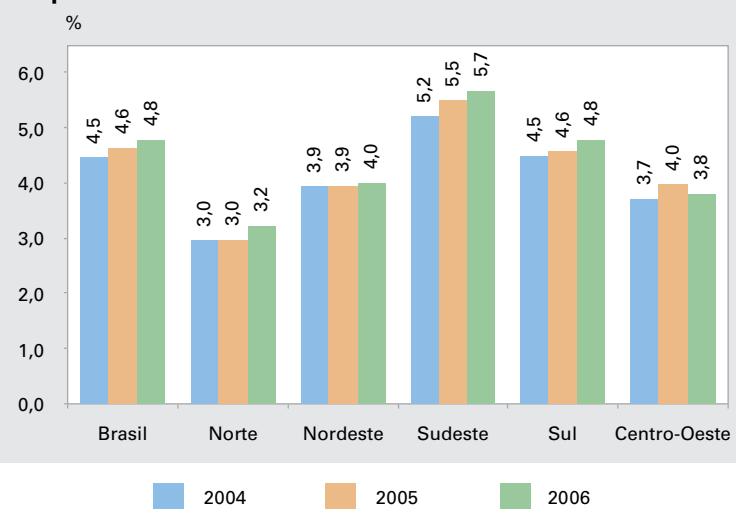
Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2006, dos 89,3 milhões de trabalhadores com 10 anos ou mais de idade no Brasil, 4,2 milhões estavam vinculados a ocupações ou atividades relacionadas à cultura.

Os dados da PNAD mostram, de 2005 para 2006, a população ocupada no Brasil cresceu 2,4%, enquanto que nas ocupações ou atividades relacionadas à cultura, verificou-se um crescimento maior (5,4%).

Do total de pessoas ocupadas no Brasil, no ano de 2006, 4,8% exerciam ocupações relacionadas às atividades culturais. Em 2005, representava 4,6% do total de ocupados e, em 2004, 4,5%.

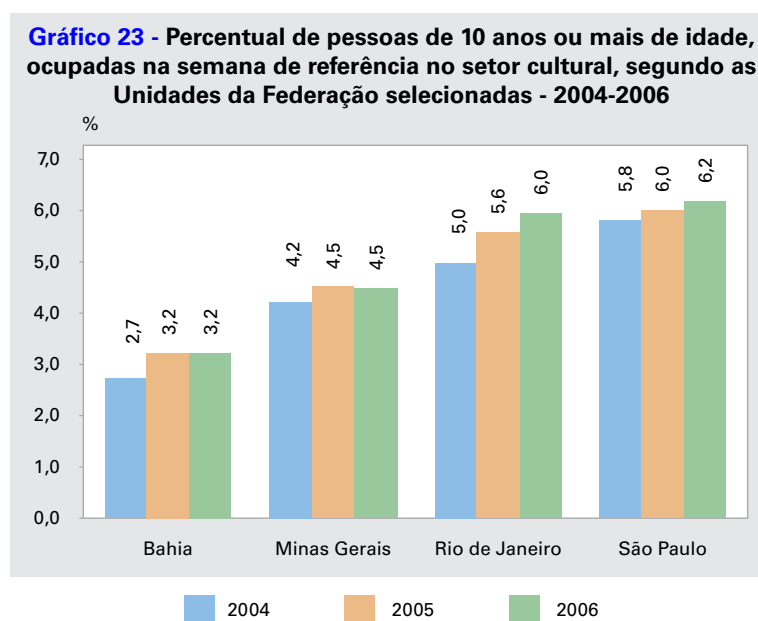
A Região Sudeste apresentou a maior proporção de ocupados nessas atividades em 2006 (5,7%), seguida pela Região Sul (4,8%). Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o setor cultural representava 3,2%, 4,0% e 3,8% da população ocupada, respectivamente.

Gráfico 22 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no setor cultural - 2004-2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2004-2006.

Nas Unidades da Federação analisadas³⁷ os resultados mostram que, em 2006, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram uma proporção de trabalhadores em ocupações e atividades relacionadas à cultura de aproximadamente 6,0%, enquanto em Minas Gerais e Bahia os percentuais situaram-se em 4,5% e 3,2%. O Rio de Janeiro se destaca em relação aos demais estados selecionados, com um crescimento 0,6 ponto percentual de 2004 para 2005 e 0,4 ponto percentual entre 2005-2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2004-2006.

No conjunto de pessoas ocupadas no setor cultural, observou-se o predomínio do sexo masculino (51,5%). Nota-se que a participação da mulher no mercado de trabalho, em geral, vem crescendo gradativamente. Em 2004, elas representavam 41,8% dos ocupados, em 2005, 42,1% e em 2006, 42,5%. Esta tendência de feminilização do mercado de trabalho se reflete, parcialmente, no setor da cultura, com participação de 48,0% em 2004, 48,9% em 2005 e 48,5% em 2006.

A análise regional mostrou que, embora os homens fossem maioria na população ocupada total em todas as regiões, o mesmo não ocorria no setor cultural, nas Regiões Nordeste e Sul foi verificada uma ligeira predominância das mulheres (51,0% e 50,2%, respectivamente).

Nas quatro Unidades da Federação em análise, os homens eram maioria no setor cultural.

³⁷Buscando ampliar o nível de divulgação para as Unidades da Federação, foi realizado um estudo de avaliação da precisão das estimativas, considerando-se, para tal, apenas as Unidades da Federação com pelo menos 6 milhões de trabalhadores com 10 anos ou mais de idade. Apenas quatro Unidades da Federação atenderam a exigência de representatividade estatística: Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ressaltamos que algumas estimativas com um nível de desagregação maior não foram divulgadas para alguns recortes regionais menores em função da perda de precisão.

Tabela 20 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e o sexo - 2004-2006

Grandes Regiões e sexo	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Homem	49 242	50 494	51 400	1 960	2 058	2 190
Mulher	35 354	36 696	37 918	1 809	1 974	2 060
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Homem	3 967	4 009	4 080	103	108	110
Mulher	2 472	2 587	2 604	88	88	105
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Homem	13 317	13 653	13 770	424	415	458
Mulher	9 097	9 552	9 661	456	496	476
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Homem	20 348	21 198	21 709	993	1 056	1 146
Mulher	15 142	15 709	16 565	848	970	1 023
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Homem	8 010	7 984	8 088	316	341	344
Mulher	6 103	6 245	6 435	315	310	347
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Homem	3 600	3 651	3 753	125	139	133
Mulher	2 541	2 604	2 653	102	108	110

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 21 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e o sexo - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e sexo	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Homem	3 766	3 831	3 818	94	102	115
Mulher	2 462	2 588	2 622	76	105	93
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Homem	5 187	5 482	5 601	188	208	225
Mulher	3 878	4 039	4 271	196	225	220
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Homem	3 739	3 834	3 911	192	209	219
Mulher	2 869	2 830	2 966	139	165	191
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Homem	10 464	10 918	11 189	579	603	660
Mulher	7 692	8 125	8 579	479	547	565

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Os trabalhadores de cor branca representavam aproximadamente metade dos ocupados brasileiros, em 2006. Restringindo ao setor cultural, esta representação era maior, quase 60%, ou seja, a participação de trabalhadores pretos e pardos no setor cultural era inferior à sua proporção na população ocupada.

Tabela 22 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça - 2004-2006

Grandes Regiões e cor ou raça	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Branca	44 310	44 322	45 458	2 228	2 379	2 506
Preta/parda	39 755	42 206	43 139	1 514	1 619	1 709
Outras	527	656	719	26	34	34
Não-determinados e sem declaração	4	5	2	-	-	1
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Branca	1 556	1 578	1 612	53	57	63
Preta/parda	4 854	4 973	5 023	136	138	150
Outras	29	45	49	1	1	2
Não-determinados e sem declaração	1	-	-	-	-	-
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Branca	6 531	6 652	6 697	282	286	302
Preta/parda	15 788	16 471	16 626	592	621	628
Outras	95	82	108	6	5	4
Não-determinados e sem declaração	-	-	1	-	-	-
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Branca	21 788	21 668	22 634	1 238	1 378	1 446
Preta/parda	13 405	14 861	15 225	591	628	699
Outras	295	373	414	12	20	23
Não-determinados e sem declaração	3	4	1	-	-	1
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Branca	11 773	11 649	11 704	544	533	576
Preta/parda	2 277	2 478	2 718	81	113	111
Outras	63	100	100	6	5	3
Não-determinados e sem declaração	-	1	1	-	-	-
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Branca	2 663	2 774	2 810	111	125	118
Preta/parda	3 431	3 423	3 547	114	119	122
Outras	46	57	48	2	3	2
Não-determinados e sem declaração	0	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 23 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas, a cor ou raça e o sexo - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas, cor ou raça e sexo	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Branca	1 339	1 350	1 331	43	50	56
Homem	797	771	780	22	25	27
Mulher	542	579	551	21	25	29
Preta/parda	4 854	5 050	5 072	124	155	151
Homem	2 949	3 048	3 017	70	75	88
Mulher	1 905	2 002	2 054	54	80	63
Outras	35	19	37	3	1	1
Não-determinados e sem declaração	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Branca	4 370	4 441	4 597	213	239	246
Homem	2 465	2 497	2 544	102	102	118
Mulher	1 905	1 944	2 053	111	137	128
Preta/parda	4 655	5 063	5 243	167	194	196
Homem	2 702	2 974	3 041	85	106	105
Mulher	1 953	2 089	2 201	82	88	90
Outras	40	15	31	3	-	2
Não-determinados e sem declaração	-	1	1	-	-	1
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Branca	3 827	3 610	3 790	226	244	264
Homem	2 138	2 062	2 112	125	133	129
Mulher	1 690	1 548	1 678	101	111	135
Preta/parda	2 765	3 029	3 057	104	128	143
Homem	1 593	1 757	1 783	66	75	88
Mulher	1 172	1 271	1 273	38	53	55
Outras	13	25	29	0	2	3
Não-determinados e sem declaração	3	-	-	-	-	-
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Branca	12 829	12 931	13 475	768	862	898
Homem	7 343	7 352	7 563	412	446	475
Mulher	5 486	5 578	5 912	356	416	423
Preta/parda	5 087	5 779	5 947	283	269	310
Homem	2 982	3 389	3 436	161	149	176
Mulher	2 104	2 391	2 510	122	120	135
Outras	239	330	347	8	19	17
Não-determinados e sem declaração	-	3	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

No Brasil, em 2006, o percentual dos jovens (10 a 24 anos de idade) trabalhando em ocupações ou atividades relacionadas à cultura (28,8%) é superior ao dos jovens da mesma faixa etária, na população ocupada (22,4%). É interessante mencionar que este fato se confirma para todas as regiões e todas as Unidades da Federação em análise. Na Região Nordeste, em função de apresentar em sua composição etária uma população mais jovem, foi a que apresentou maior participação de jovens entre os ocupados no setor cultural (31,9%). Na Bahia este percentual era ainda maior, 33,0%. Acompanhando este raciocínio, mas por razão oposta, o Rio de Janeiro foi a Unidade da Federação que apresentou maior proporção de pessoas com 50 anos ou mais de idade no setor cultural (20,8%).

O aumento do contingente de ocupados com 50 anos ou mais de idade foi de 7,2%. No setor cultural, a evolução deste contingente cresceu 16,2% de 2004 para 2005 e 9,7% de 2005 para 2006.

Tabela 24 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2004-2006

Grandes Regiões e grupos de idade	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
10 a 24 anos	19 946	20 350	19 968	1 141	1 155	1 223
25 a 49 anos	49 439	50 701	52 087	2 110	2 274	2 368
50 ou mais	15 207	16 097	17 264	518	602	660
Não-determinados e sem declaração	4	42	-	-	2	-
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
10 a 24 anos	1 799	1 746	1 717	59	54	60
25 a 49 anos	3 669	3 851	3 906	109	117	126
50 ou mais	970	996	1 061	23	24	29
Não-determinados e sem declaração	1	3	-	-	0	-
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
10 a 24 anos	6 057	6 282	5 992	290	294	298
25 a 49 anos	12 207	12 572	12 951	469	484	506
50 ou mais	4 150	4 349	4 489	121	133	130
Não-determinados e sem declaração	0	1	-	-	-	-
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
10 a 24 anos	7 459	7 759	7 745	535	557	596
25 a 49 anos	21 757	22 325	22 990	1 062	1 150	1 220
50 ou mais	6 273	6 786	7 539	244	317	352
Não-determinados e sem declaração	1	36	-	-	2	-
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
10 a 24 anos	3 172	3 127	3 078	186	174	195
25 a 49 anos	8 101	8 170	8 349	343	381	384
50 ou mais	2 838	2 931	3 096	102	97	111
Não-determinados e sem declaração	2	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
10 a 24 anos	1 459	1 435	1 436	71	76	74
25 a 49 anos	3 705	3 783	3 891	127	141	131
50 ou mais	976	1 034	1 079	28	30	37
Não-determinados e sem declaração	-	2	-	-	0	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 25 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os grupos de idade - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e grupos de idade	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
10 a 24 anos	1 700	1 772	1 646	54	77	69
25 a 49 anos	3 402	3 483	3 593	93	106	109
50 ou mais	1 126	1 164	1 201	23	24	30
Não-determinados e sem declaração	0	-	-	-	-	-
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
10 a 24 anos	2 111	2 208	2 218	114	122	138
25 a 49 anos	5 256	5 440	5 600	215	240	238
50 ou mais	1 698	1 867	2 054	55	70	69
Não-determinados e sem declaração	-	6	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
10 a 24 anos	1 135	1 127	1 090	69	80	87
25 a 49 anos	4 140	4 134	4 252	204	222	237
50 ou mais	1 333	1 398	1 534	57	72	85
Não-determinados e sem declaração	-	4	-	-	-	-
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
10 a 24 anos	3 821	4 021	4 029	332	336	342
25 a 49 anos	11 389	11 781	12 124	607	648	702
50 ou mais	2 945	3 216	3 616	119	164	181
Não-determinados e sem declaração	1	25	-	-	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Entre os trabalhadores no setor cultural, prevalece um nível de escolaridade mais alto que o observado entre os ocupados no mercado de trabalho em geral. Enquanto no mercado de trabalho, entre os ocupados em geral o percentual de trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo (o que significa ter pelo menos o ensino médio completo) era de 37,6%, para os ocupados no setor cultural este percentual ultrapassou aos 55,0%. Isto sinaliza maior absorção do contingente populacional mais instruído em atividades relacionadas à cultura, principalmente nos grandes centros urbanos, onde concentram-se setores mais organizados de produção e disseminação de cultura do País, gerando postos de trabalho, tanto que a Região Sudeste apresentou o maior percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo vinculadas a atividades da cultura (62,0%).

Tabela 26 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os anos de estudo - 2004-2006

Grandes Regiões e anos de estudo	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	8 453	8 308	7 771	139	141	135
De 1 a 7 anos	33 190	33 468	33 001	978	1 001	959
De 8 a 10 anos	14 161	14 303	14 808	785	798	798
De 11 anos ou mais	28 543	30 864	33 543	1 859	2 085	2 350
Não-determinados e sem declaração	250	246	195	9	7	9
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	818	800	769	7	11	8
De 1 a 7 anos	2 919	2 858	2 732	57	61	57
De 8 a 10 anos	995	1 088	1 099	40	43	44
De 11 anos ou mais	1 678	1 815	2 057	87	80	105
Não-determinados e sem declaração	31	36	27	1	1	0
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	4 600	4 525	4 247	84	77	70
De 1 a 7 anos	9 728	10 055	9 860	312	313	297
De 8 a 10 anos	2 874	2 923	3 170	176	162	177
De 11 anos ou mais	5 166	5 654	6 117	305	355	388
Não-determinados e sem declaração	45	47	37	4	3	2
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 837	1 855	1 709	28	31	39
De 1 a 7 anos	12 284	12 413	12 396	398	403	399
De 8 a 10 anos	6 529	6 624	6 716	381	404	383
De 11 anos ou mais	14 762	15 923	17 393	1 030	1 187	1 345
Não-determinados e sem declaração	78	91	61	3	1	3
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	713	668	609	11	13	9
De 1 a 7 anos	5 783	5 696	5 620	151	161	149
De 8 a 10 anos	2 673	2 612	2 705	141	144	145
De 11 anos ou mais	4 860	5 192	5 533	326	331	384
Não-determinados e sem declaração	85	60	56	1	2	3
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	485	460	436	9	8	9
De 1 a 7 anos	2 476	2 447	2 393	61	62	57
De 8 a 10 anos	1 090	1 056	1 118	47	46	49
De 11 anos ou mais	2 077	2 280	2 444	111	132	127
Não-determinados e sem declaração	11	12	14	-	0	0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

No Rio de Janeiro, o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo (48,9%) é inferior ao observado em São Paulo (50,6%), mas quando restringimos ao setor cultural o Rio de Janeiro apresenta maior participação dos mais escolarizados (68,1%). Em São Paulo eles representavam 64,2%.

Tabela 27 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os anos de estudo - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e anos de estudo	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 280	1 165	1 092	8	7	10
De 1 a 7 anos	2 708	2 812	2 726	51	61	48
De 8 a 10 anos	810	840	878	36	39	41
De 11 anos ou mais	1 426	1 593	1 736	75	98	108
Não-determinados e sem declaração	4	9	8	-	2	1
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	687	715	718	6	10	8
De 1 a 7 anos	3 997	4 113	4 079	121	123	117
De 8 a 10 anos	1 539	1 613	1 677	73	93	86
De 11 anos ou mais	2 815	3 059	3 374	183	206	232
Não-determinados e sem declaração	26	20	25	1	0	2
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	238	263	226	4	3	4
De 1 a 7 anos	2 158	2 065	2 007	61	65	59
De 8 a 10 anos	1 264	1 270	1 266	59	71	67
De 11 anos ou mais	2 933	3 053	3 366	206	234	279
Não-determinados e sem declaração	16	12	11	1	-	1
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	772	758	642	15	17	24
De 1 a 7 anos	5 477	5 588	5 654	197	201	202
De 8 a 10 anos	3 423	3 439	3 443	233	228	213
De 11 anos ou mais	8 450	9 204	10 007	612	704	786
Não-determinados e sem declaração	33	54	23	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Observando a população de 10 anos ou mais de idade ocupada no Brasil, os resultados de 2006 confirmam o movimento de expansão da parcela mais escolarizada. Esse movimento de crescimento, já observado em anos anteriores, fica bem mais acentuado na parcela de pessoas ocupadas no setor cultural.

No Brasil, de acordo com a forma de inserção no mercado de trabalho, observou-se que os trabalhadores por conta própria representavam pouco mais de um quinto da população ocupada. Restringindo ao setor cultural, a participação destes trabalhadores era substancialmente superior, aproximadamente um terço. Os empregados com carteira de trabalho assinada representavam cerca de um terço dos ocupados no setor cultural, enquanto os empregados sem carteira pouco mais de um quinto. Esta distribuição mostra que em cada cinco postos de trabalho no setor cultural, aproximadamente três eram ocupados por empregados sem carteira ou trabalhadores por conta própria. Nas Regiões Norte e Nordeste este quadro era ainda mais acentuado.

Tabela 28 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a posição na ocupação do trabalho principal - 2004-2006

Grandes Regiões e posição na ocupação do trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Empregado com carteira	25 692	27 078	28 344	1 285	1 333	1 436
Militar, estatutário	5 571	5 497	5 901	96	78	89
Outros empregados sem carteira	15 436	15 467	15 810	910	904	967
Empregador	3 479	3 688	3 977	164	183	200
Conta-própria	18 575	18 853	18 924	1 193	1 391	1 439
Não-remunerado	5 883	5 920	5 402	122	143	119
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Empregado com carteira	1 147	1 249	1 298	40	41	40
Militar, estatutário	509	497	544	6	7	6
Outros empregados sem carteira	1 319	1 351	1 393	59	48	51
Empregador	235	235	220	9	5	10
Conta-própria	1 704	1 701	1 784	71	86	99
Não-remunerado	707	730	627	6	9	8
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Empregado com carteira	3 838	4 110	4 316	175	164	166
Militar, estatutário	1 354	1 304	1 433	19	20	20
Outros empregados sem carteira	4 731	4 921	5 012	231	222	251
Empregador	639	690	724	28	33	27
Conta-própria	6 146	6 119	6 112	379	426	421
Não-remunerado	2 816	2 742	2 471	49	45	50
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Empregado com carteira	13 998	14 749	15 572	753	784	889
Militar, estatutário	2 328	2 256	2 506	40	27	43
Outros empregados sem carteira	6 183	6 134	6 282	425	438	469
Empregador	1 595	1 708	1 920	86	104	108
Conta-própria	6 606	6 964	6 814	490	606	621
Não-remunerado	870	1 031	960	47	67	39
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Empregado com carteira	4 951	5 065	5 168	251	264	263
Militar, estatutário	806	827	841	19	12	13
Outros empregados sem carteira	1 939	1 870	1 915	132	135	140
Empregador	727	749	784	28	27	43
Conta-própria	2 907	2 898	2 967	186	196	217
Não-remunerado	1 225	1 141	1 116	15	18	14
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Empregado com carteira	1 759	1 906	1 990	66	81	78
Militar, estatutário	574	613	579	11	11	8
Outros empregados sem carteira	1 264	1 191	1 209	64	61	57
Empregador	283	305	329	14	14	10
Conta-própria	1 211	1 171	1 247	68	76	81
Não-remunerado	265	277	226	4	4	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Em São Paulo, a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor cultural (45,9%) era mais que o dobro da observada na Bahia (20,9%).

Tabela 29 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e a posição na ocupação do trabalho principal - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e posição na ocupação do trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Empregado com carteira	1 123	1 191	1 276	38	41	43
Militar, estatutário	304	309	350	4	5	4
Outros empregados sem carteira	1 445	1 493	1 498	47	52	59
Empregador	172	179	188	7	7	8
Conta-própria	1 662	1 676	1 609	67	92	88
Não-remunerado	891	765	615	7	9	5
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Empregado com carteira	2 843	3 057	3 218	132	148	155
Militar, estatutário	607	619	657	10	6	10
Outros empregados sem carteira	1 729	1 697	1 750	73	69	88
Empregador	438	428	476	23	19	18
Conta-própria	1 721	1 856	1 833	134	170	164
Não-remunerado	379	432	427	11	20	10
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Empregado com carteira	2 486	2 611	2 695	130	133	147
Militar, estatutário	630	541	624	12	9	15
Outros empregados sem carteira	1 010	984	1 058	66	80	91
Empregador	251	257	306	11	19	19
Conta-própria	1 475	1 501	1 399	105	122	132
Não-remunerado	69	94	81	5	10	7
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Empregado com carteira	8 166	8 546	9 031	474	482	562
Militar, estatutário	980	1 000	1 126	16	11	15
Outros empregados sem carteira	3 074	3 092	3 108	260	275	267
Empregador	815	938	1 066	47	60	66
Conta-própria	3 136	3 308	3 293	234	289	295
Não-remunerado	299	379	337	27	33	19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

A despeito do maior número de anos de estudo, o rendimento médio real mensal do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade ocupada no setor cultural, estimado em R\$ 846,00 em 2006, é muito similar à média encontrada para a população ocupada total (R\$ 848,00). O rendimento apresenta um crescimento ao longo dos três anos, em ambas as distribuições para todas as regiões do Brasil. Em quase todas as regiões, o rendimento médio mensal recebido pelos trabalhadores no setor cultural era inferior ao recebido pela população ocupada total.

Na Bahia e no Rio de Janeiro, o rendimento médio mensal recebido pelos trabalhadores do setor cultural era superior ao recebido pela população ocupada total naquelas regiões.

Tabela 30 - Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões - 2004-2006

Grandes Regiões	Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada (R\$)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	758	791	848	760	803	846
Norte	614	634	674	614	532	650
Nordeste	457	478	530	402	408	499
Sudeste	886	926	991	939	997	999
Sul	856	892	941	747	785	878
Centro-Oeste	879	926	975	845	919	886

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 31 - Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas	Rendimento médio real do trabalho principal da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada (R\$)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	459	480	541	467	487	586
Minas Gerais	661	677	747	641	603	678
Rio de Janeiro	912	940	1 038	1 220	1 124	1 122
São Paulo	998	1 054	1 105	987	1 115	1 098

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Em 2006, na distribuição da população ocupada por classes de rendimento do trabalho principal, 72,3% ganhava até dois salários mínimos. Para os ocupados no setor cultural este percentual reduz para 68,0%.

Na distribuição da população ocupada por classes de rendimento do trabalho principal, segundo as quatro Unidades da Federação, a faixa de até dois salários mínimos apresentou a Bahia com 86,4% para o total geral e 79,8% no setor cultural, Minas Gerais com 77,8% e 75,8%, Rio de Janeiro com 60,5% e 54,4%, e São Paulo com 56,9% e 56,0%.

Tabela 32 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e as classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência - 2004-2006

Grandes Regiões e classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Até 1 salário mínimo	33 388	37 314	37 928	1 338	1 591	1 614
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24 230	25 038	26 612	1 085	1 144	1 276
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8 477	8 630	9 344	355	411	483
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9 111	8 052	6 462	460	432	340
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5 319	4 923	5 408	287	271	317
Mais de 10 salários mínimos	2 877	2 312	2 377	156	121	125
Não-determinados e sem declaração	1 195	920	1 186	88	62	94
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Até 1 salário mínimo	3 125	3 370	3 443	87	99	110
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1 805	1 872	1 881	51	55	58
Mais de 2 a 3 salários mínimos	543	540	580	17	17	17
Mais de 3 a 5 salários mínimos	526	458	371	21	16	14
Mais de 5 a 10 salários mínimos	285	235	286	8	6	12
Mais de 10 salários mínimos	121	98	90	5	1	3
Não-determinados e sem declaração	35	23	34	2	1	1
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Até 1 salário mínimo	14 918	16 175	16 110	553	610	616
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4 383	4 247	4 398	192	181	176
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1 006	955	1 118	37	40	55
Mais de 3 a 5 salários mínimos	991	873	758	46	44	34
Mais de 5 a 10 salários mínimos	578	556	624	30	25	33
Mais de 10 salários mínimos	328	261	269	12	6	12
Não-determinados e sem declaração	209	137	155	11	5	7
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Até 1 salário mínimo	8 948	10 702	11 115	452	606	586
Mais de 1 a 2 salários mínimos	11 495	12 322	13 299	560	611	728
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4 577	4 740	5 066	206	242	293
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5 070	4 459	3 547	264	258	201
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2 935	2 737	3 022	181	175	201
Mais de 10 salários mínimos	1 623	1 299	1 368	109	88	82
Não-determinados e sem declaração	841	649	857	68	47	76
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Até 1 salário mínimo	4 494	4 844	4 987	177	197	210
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4 453	4 559	4 889	213	221	242
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1 681	1 737	1 860	72	89	86
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1 812	1 644	1 289	94	80	73
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1 073	945	1 011	51	40	55
Mais de 10 salários mínimos	517	413	400	18	16	18
Não-determinados e sem declaração	84	86	86	5	8	6
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Até 1 salário mínimo	1 904	2 223	2 274	69	79	93
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2 093	2 038	2 145	69	77	72
Mais de 2 a 3 salários mínimos	670	658	720	23	23	31
Mais de 3 a 5 salários mínimos	712	618	497	34	33	18
Mais de 5 a 10 salários mínimos	448	451	466	18	24	15
Mais de 10 salários mínimos	288	242	250	12	10	9
Não-determinados e sem declaração	26	25	53	2	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 33 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e as classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência - 2004-2006

Unidades da Federação e classes de rendimento do trabalho principal da semana de referência	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Até 1 salário mínimo	3 989	4 369	4 296	90	125	120
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1 311	1 227	1 266	47	48	46
Mais de 2 a 3 salários mínimos	317	293	333	10	11	15
Mais de 3 a 5 salários mínimos	287	269	231	10	12	10
Mais de 5 a 10 salários mínimos	160	153	178	7	6	10
Mais de 10 salários mínimos	81	66	74	2	2	3
Não-determinados e sem declaração	83	42	63	5	2	4
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Até 1 salário mínimo	3 903	4 410	4 583	155	199	199
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2 795	2 934	3 102	118	129	138
Mais de 2 a 3 salários mínimos	774	795	855	31	39	49
Mais de 3 a 5 salários mínimos	789	694	564	40	30	21
Mais de 5 a 10 salários mínimos	484	413	493	22	24	23
Mais de 10 salários mínimos	234	199	206	12	6	8
Não-determinados e sem declaração	88	75	69	5	6	6
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Até 1 salário mínimo	1 313	1 607	1 677	59	94	91
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2 227	2 346	2 485	93	103	132
Mais de 2 a 3 salários mínimos	889	871	943	38	42	59
Mais de 3 a 5 salários mínimos	963	811	652	44	53	37
Mais de 5 a 10 salários mínimos	579	537	578	44	45	47
Mais de 10 salários mínimos	332	244	282	31	21	21
Não-determinados e sem declaração	306	247	259	22	15	23
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Até 1 salário mínimo	3 055	3 965	4 105	210	283	254
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5 949	6 510	7 135	327	360	433
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2 776	2 920	3 098	133	154	175
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3 173	2 810	2 211	173	168	138
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1 768	1 699	1 855	111	102	126
Mais de 10 salários mínimos	1 001	819	846	65	59	53
Não-determinados e sem declaração	434	320	518	40	25	46

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Nas horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, os trabalhadores do setor cultural apresentaram uma proporção de dedicação ao trabalho inferior ao total geral nos três anos analisados.

Em 2006, as Regiões Sul com 49,5% no total geral e 42,3% no setor cultural e a Região Sudeste com 49,3% para o total geral e 41,2% para o setor cultural, foram as que apresentaram um maior percentual de trabalhadores na faixa de 41 ou mais horas trabalhadas no trabalho principal

Tabela 34 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e os grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal - 2004-2006

Grandes Regiões e grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
00 a 20 horas	12 171	13 372	13 633	759	912	904
21 a 40 horas	33 048	34 014	34 701	1 564	1 589	1 714
41 horas ou mais	39 339	39 777	40 939	1 444	1 529	1 630
Ignorado	38	26	45	2	2	3
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
00 a 20 horas	1 018	1 027	1 093	49	52	58
21 a 40 horas	2 515	2 618	2 774	71	73	92
41 horas ou mais	2 905	2 950	2 816	70	71	65
Ignorado	2	2	1	-	-	-
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
00 a 20 horas	4 952	5 406	5 334	246	283	295
21 a 40 horas	8 801	8 982	9 110	346	348	351
41 horas ou mais	8 651	8 814	8 979	288	280	288
Ignorado	10	2	9	0	-	-
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
00 a 20 horas	3 462	4 020	4 148	308	387	361
21 a 40 horas	14 636	14 976	15 236	815	832	911
41 horas ou mais	17 377	17 893	18 862	716	808	894
Ignorado	14	17	28	1	1	2
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
00 a 20 horas	2 004	2 163	2 269	115	147	143
21 a 40 horas	4 953	5 079	5 062	234	230	255
41 horas ou mais	7 149	6 984	7 185	282	274	292
Ignorado	6	2	6	-	0	0
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
00 a 20 horas	735	756	788	41	44	47
21 a 40 horas	2 142	2 360	2 518	98	107	104
41 horas ou mais	3 258	3 137	3 097	88	96	91
Ignorado	5	2	2	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Entre as Unidades da Federação, a proporção de trabalhadores na faixa de até 40 horas trabalhadas no trabalho principal do setor cultural, também, foi inferior ao total geral, com a Bahia apresentando o menor percentual nessa faixa, em ambas as distribuições.

A maior participação de trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira de trabalho assinada no setor cultural influenciam de forma direta na baixa participação de pessoas ocupadas contribuindo para previdência. No Brasil, em 2006, 48,6% da população ocupada contribuía para previdência social. Restringindo ao setor cultural, esta participação cai para 45,3%.

Entre as regiões, a população ocupada que contribuía para previdência social apresentou 34,6% para a Região Norte, 30,3% para o Nordeste, 59,6% para o Sudeste, 54,9% para o Sul e 49,8% para o Centro-Oeste, com o setor cultural apresentando percentuais inferiores em todas as regiões

Tabela 35 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e os grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
00 a 20 horas	1 316	1 508	1 382	47	64	55
21 a 40 horas	2 535	2 613	2 619	63	84	81
41 horas ou mais	2 375	2 297	2 438	60	59	72
Ignorado	2	0	2	0	-	-
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
00 a 20 horas	1 261	1 457	1 545	80	95	108
21 a 40 horas	3 289	3 486	3 496	146	157	155
41 horas ou mais	4 511	4 575	4 829	157	181	182
Ignorado	4	3	2	-	-	-
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
00 a 20 horas	637	715	705	53	81	75
21 a 40 horas	2 819	2 892	3 110	159	160	186
41 horas ou mais	3 150	3 050	3 056	118	132	149
Ignorado	3	7	5	1	1	1
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
00 a 20 horas	1 344	1 618	1 642	162	192	157
21 a 40 horas	7 871	7 962	7 949	480	491	535
41 horas ou mais	8 934	9 456	10 157	417	467	531
Ignorado	7	7	19	-	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Entre as Unidades da Federação analisadas, a população ocupada que contribuía para previdência social apresentou 31,3% para a Bahia, 50,6% para Minas Gerais, 60,9% para o Rio de Janeiro e 64,4% para São Paulo, com o setor cultural apresentando percentuais inferiores em todas as Unidades da Federação.

Tabela 36 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Grandes Regiões e a condição de contribuição para a previdência - 2004-2006

Grandes Regiões e condição de contribuição para a previdência	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Brasil	84 596	87 189	89 318	3 769	4 032	4 250
Contribui	39 180	41 136	43 372	1 703	1 759	1 926
Não contribui	45 415	46 053	45 946	2 066	2 273	2 324
Ignorado	1	-	-	-	-	-
Norte	6 440	6 596	6 684	191	196	215
Contribui	1 999	2 204	2 310	56	59	56
Não contribui	4 440	4 392	4 374	135	137	159
Ignorado	0	-	-	-	-	-
Nordeste	22 414	23 204	23 432	880	911	934
Contribui	6 253	6 594	7 095	229	215	235
Não contribui	16 161	16 610	16 337	651	696	699
Ignorado	-	-	-	-	-	-
Sudeste	35 490	36 906	38 274	1 840	2 026	2 168
Contribui	20 621	21 610	22 806	982	1 032	1 179
Não contribui	14 868	15 296	15 468	859	994	989
Ignorado	1	-	-	-	-	-
Sul	14 113	14 228	14 523	631	651	691
Contribui	7 445	7 642	7 971	342	345	355
Não contribui	6 667	6 586	6 551	289	306	335
Ignorado	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	6 140	6 255	6 405	227	248	242
Contribui	2 862	3 087	3 189	94	109	101
Não contribui	3 278	3 168	3 216	132	139	141
Ignorado	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Tabela 37 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo as Unidades da Federação selecionadas e a condição de contribuição para a previdência - 2004-2006

Unidades da Federação selecionadas e condição de contribuição para a previdência	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada (1 000 pessoas)					
	Total			Setor cultural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Bahia	6 228	6 419	6 440	170	207	208
Contribui	1 757	1 873	2 017	54	57	65
Não contribui	4 471	4 546	4 423	116	150	143
Ignorado	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	9 065	9 521	9 872	383	433	445
Contribui	4 505	4 751	4 992	181	201	208
Não contribui	4 560	4 770	4 880	202	231	237
Ignorado	1	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6 608	6 664	6 876	331	374	410
Contribui	3 897	3 955	4 190	189	195	209
Não contribui	2 710	2 708	2 686	142	179	201
Ignorado	1	-	-	-	-	-
São Paulo	18 155	19 043	19 768	1 058	1 150	1 225
Contribui	11 428	12 098	12 724	588	609	727
Não contribui	6 727	6 945	7 044	470	541	498
Ignorado	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Considerações finais

A análise da oferta de bens e serviços culturais mostra um crescimento, entre 2003 e 2005, da representatividade das atividades culturais em termos de número de empresas (de 5,6% para 6,1%), enquanto observa-se relativa estabilidade no que tange ao pessoal ocupado (de 5,4% para 5,3%) e ao valor adicionado³⁸ (11,1%). No entanto, se for excluído o setor de telecomunicações, esse percentual cai para 6,1% em 2003 e 6,8% em 2005. Essa participação das atividades culturais é observada em relação ao conjunto das empresas formalmente constituídas³⁹ na indústria, comércio e serviços.

Entre os anos 2003 e 2005, as atividades culturais intensificaram a concentração no segmento de serviços tanto em número de empresas (de 61,1% de participação no total das atividades culturais para 69,5%) quanto de pessoal ocupado (de 56,5% para 61,4%). Isso ocorreu devido às perdas de representatividade das atividades industriais culturais (de 6,6% para 6,1%, em relação ao número de empresas, e de 27,9% para 25,1%, no que se refere ao pessoal ocupado) e das atividades comerciais culturais (de 32,3% para 24,4% e de 15,6% para 13,5%, respectivamente).

Já em relação ao valor adicionado, observa-se crescimento apenas na participação da atividade de comércio cultural no total das atividades culturais entre 2003 e 2005, de 3,5% para 4,3%. Porém, este segmento continua sendo o de menor representatividade, pois,

³⁸ Valor Adicionado nos casos do comércio e dos serviços; Valor da Transformação Industrial no caso da indústria.

³⁹ Representa o segmento formal das atividades de indústria, comércio e serviços, não significando, portanto, a participação do setor no total do PIB.

em 2005, as atividades industriais culturais abrangiam 24,5% do total das atividades culturais e as atividades de serviços culturais, 71,1%.

Analisando separadamente o setor industrial cultural, observa-se que houve ligeiro aumento, entre 2003 e 2005, da participação das atividades industriais culturais no total da indústria de transformação no que tange ao número de empresas (de 6,3% para 6,5%) e ao valor da transformação industrial (de 4,6% para 4,8%). Já a participação no total do pessoal ocupado apresentou pequena queda, de 4,7% para 4,4%.

O setor cultural do comércio diminuiu sua participação em relação ao conjunto das atividades de comércio, entre 2003 e 2005, no total do número de empresas (de 3,1% para 2,6%) e pessoal ocupado (de 2,6% para 2,1%). Em relação ao valor adicionado, o setor cultural registrou um pequeno aumento de participação no total do comércio no período (de 2,8% para 3,0%).

Por fim, os serviços culturais aumentaram sua participação no total das atividades de serviços, entre 2003 e 2005, para número de empresas (de 9,4% para 11,3%) e pessoal ocupado (de 8,7% para 9,1%). Os serviços culturais diminuíram sua participação no total do valor adicionado dos serviços não-financeiros (de 30,6% para 28,6%), embora mantenham uma participação importante. Apesar de o salário médio mensal pago ao trabalhador dos serviços culturais ter caído no período (de 6,2 SM para 5,5 SM), esse permaneceu acima da média dos serviços (3,2 SM, em 2003, e 2,9 SM, em 2005).

De acordo com as informações do CEMPRE, a comparação dos dados para o período entre 2003 e 2005 evidencia, para os dois conjuntos analisados – entidades ligadas ao setor cultural e universo de todas as entidades do cadastro -, um maior crescimento relativo daquelas ligadas à cultura, atingindo 321 mil entidades e 1,5 milhão de ocupados, em 2005. O CEMPRE é representativo do setor formal, considerando entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

Para o setor cultural, as variáveis - número de empresas, pessoal ocupado e salários - apresentaram percentuais de participação relativamente estáveis em relação aos totais do CEMPRE, apresentando, em geral, variação positiva no ano 2005.

No período analisado, as empresas de menor porte, 0 a 4 pessoas ocupadas, foram as principais responsáveis pela ocupação, concentrando o maior número de sócios e proprietários, enquanto nas maiores empresas, com porte de 500 ou mais pessoas, o maior número de pessoas assalariadas.

No que diz respeito à atividade econômica, os serviços de telecomunicações e de informática foram os que apresentaram melhores performances, tanto em termos de ocupação quanto em termos de salário médio, embora tenham um número pequeno de empresas, o que indica uma concentração do segmento. Por outro lado, foram as atividades comerciais que apresentaram o maior número de empresas, enquanto na Indústria estava o maior contingente de pessoal ocupado assalariado.

Os gastos públicos no setor cultural, consolidados nas três esferas de governo⁴⁰, representam aproximadamente 0,2% do total das despesas consolidadas da administração pública, para o ano de 2005.

⁴⁰A despesa consolidada nas três esferas de governo teve como referência a publicação *Finanças públicas do Brasil 2002-2003*.

O estudo mostra que o governo federal ampliou seu volume de gastos no setor cultural no período estudado. Ainda é a esfera governamental menos representativa tradicionalmente, mas cabe ressaltar que os dados coletados são referentes apenas às despesas orçamentárias (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), não sendo incluídos os dados referentes aos incentivos fiscais concedidos a empresas que investem em projetos culturais (Lei Rouanet, Art. 41).

Dentre as três esferas, os governos estaduais apresentaram ganhos mais destacados na participação dos gastos públicos com cultura. Estados com gastos representativos em 2003, casos como o de São Paulo, Bahia e Amazonas, aumentaram consideravelmente tais despesas em 2005, levando a essa melhoria na participação da esfera estadual. Outros destaques são os Estados de Rondônia e Roraima, que apesar de suas pequenas participações no total, apresentaram os maiores incrementos em termos percentuais de 2003 a 2005 (aproximadamente 570% e 330% de aumento, respectivamente).

Os municípios, apesar da perda na participação, continuam sendo os principais entes governamentais no que diz respeito ao total de gastos públicos com cultura. A maior importância dos municípios pode ser explicada pela proximidade desta instância com a população e suas respectivas demandas culturais, por parte de gestores, produtores e consumidores de bens e serviços culturais.

Analisando-se o tamanho da população dos municípios, observou-se que este afeta diretamente o montante dos gastos com cultura. Apenas 266 municípios brasileiros (4,8% do total), com população acima de 100 mil habitantes, responderam por 55,1% dos gastos.

Os dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 relativos à posse de alguns bens duráveis relacionados à cultura indicam mudanças de padrão tecnológico. No caso das TVs em cores e em preto e branco, há uma clara substituição da segunda pela primeira, sendo que a TV em cores se tornou, no período coberto pelas pesquisas, o bem durável mais difundido entre todos os itens selecionados.

No que tange ao rádio – tanto o de mesa quanto o portátil -, o gravador e toca-fitas e o toca-discos a *laser*, os dados indicam que pode ter havido uma integração ao conjunto de som. Mesmo assim alguns destes itens, no período 2002-2003, ainda apresentavam percentuais significativos referentes à sua posse como itens individuais.

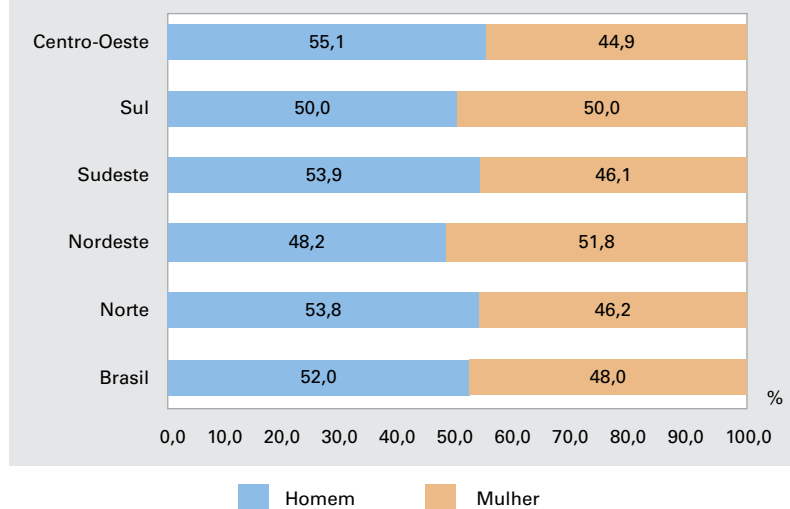
A posse de microcomputadores apresentou um expressivo crescimento, muito embora ainda continuassem, assim como os aparelhos de DVD, itens restritos aos estratos de rendimento familiar mais elevados.

A participação dos trabalhadores vinculados ao setor cultural da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, em relação ao total no Brasil, apresentou um percentual de 4,8%, em 2006, gerando uma estimativa que ultrapassa os 4,2 milhões de trabalhadores neste setor. Essa estimativa manteve-se próxima ao longo dos anos 2004 e 2005, com uma ligeira elevação a cada ano.

A predominância dos trabalhadores no setor cultural ainda é do sexo masculino, apesar de a participação do trabalho feminino estar crescendo ao longo desses três anos.

⁴¹ Estima-se que o total de incentivos fiscais concedidos no ano de 2005 tenha sido de aproximadamente R\$ 700 milhões (Fonte: Ministério da Cultura).

Gráfico 24 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência no setor cultural, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2004-2006.

No Brasil, em 2006, a maior concentração desses trabalhadores da cultura foi da cor branca (59,0%), sendo que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram uma predominância de pretos ou pardos. Entre as quatro Unidades da Federação analisadas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais apresentaram um percentual maior de brancos e a Bahia com destaque para pretos ou pardos (72,7%).

Na distribuição por faixa etária, o setor cultural apresentou uma população mais jovem (10 anos a 24 anos), quando comparada com o total geral. Entretanto, a faixa etária das pessoas ocupadas com mais de 50 anos no setor cultural vem aumentando ao longo dos três anos analisados.

Quanto ao nível de instrução, a incidência de pessoas ocupadas no setor cultural no grupo de 11 anos ou mais de estudo (o que significa ter pelo menos o ensino médio completo) é bem superior ao do total de ocupados, apresentando, em 2006, uma diferença de 17,7 pontos percentuais a seu favor. Região Norte é a que apresenta a maior diferença (18,3 pontos percentuais) e, entre as quatro Unidades da Federação, a Bahia destaca-se com 24,8 pontos percentuais.

Na forma de inserção no mercado de trabalho no ano 2006, a proporção dos empregados com carteira de trabalho assinada e dos trabalhadores por conta própria foi superior ao total geral. Num nível mais desagregado, essa tendência se repetiu nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e para as Unidades da Federação de Minas Gerais e Bahia.

O Setor Cultural apresentou, em 2006, um rendimento médio real mensal do trabalho principal da população ocupada de 10 anos ou mais de idade ligeiramente inferior ao total geral, sendo que, em ambas as distribuições, houve crescimento ao longo dos três anos analisados. Nas Unidades da Federação da Bahia e Rio de Janeiro essa situação se inverteu, com o setor cultural apresentando um valor maior que o do total geral.

Nas horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, os trabalhadores do setor cultural apresentaram uma dedicação ao trabalho inferior ao total geral.

Por fim, a participação de pessoas ocupadas na cultura que contribuíram para a previdência em 2006 foi inferior ao total geral, atestando a significativa informalidade do setor.

Este trabalho não esgota as fontes de dados existentes e a sua continuidade significará avançar também nos arcaouços conceitual e metodológico que permitam dotar de maior coerência e sentido lógico as informações existentes. Será também importante a identificação das lacunas de informações primárias e a definição de estratégias que permitam superá-las. O presente estudo representa mais um passo no sentido da organização e sistematização de informações em um tema tão complexo e amplo como a cultura.

Alguns trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo IBGE irão contribuir para a construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores culturais. Pode-se destacar a revisão da CNAE em 2007, que permitirá identificar mais apropriadamente as atividades relativas ao setor ligado às tecnologias de informação e comunicação, em consonância com as classificações internacionais. Um outro projeto, realizado em parceria com o MinC, obteve informações sobre a atividade cultural nos municípios brasileiros através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em especial, através do suplemento de 2006⁴².

O IBGE considera conveniente, em seguida, como desdobramento deste trabalho, a análise das informações aqui apresentadas em um nível geográfico mais desagregado, observando-se a significância estatística das informações, o que permitirá identificar atividades culturais com impactos importantes nas economias locais, difíceis de quantificar no cenário nacional.

A perspectiva de mais longo prazo será a de expandir a capacidade de análise com a construção de uma conta satélite de cultura⁴³, para que, dentre os vários resultados possíveis, se possa mensurar o peso dessa atividade no Produto Interno Bruto nacional.

A perspectiva de dedicação permanente e contínua a este projeto de construção de um sistema de informações estatísticas para o setor cultural será fortalecida com as contribuições dos gestores públicos, especialistas e estudiosos do tema. Neste sentido, as críticas e observações que serão feitas a este trabalho irão estimular a sua continuidade e aprimoramento. Em especial, é de extrema importância que a delimitação da cultura, enquanto atividade econômica geradora de bens e serviços, seja objeto de debate para que se possa encontrar uma definição que atenda às necessidades de informação do País.

⁴² Informações sobre a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>.

⁴³ Está em construção a elaboração do *Manual metodológico para la implementación de cuentas satélites de cultura en Latinoamérica*, pelo Convênio Andrés Bello da Colombia e o Banco Interamericano de Desarrollo - BID.

Referências

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA FRANCE 2005. Paris: INSSE, v. 108. 2005.

ANUARIO ESTADÍSTICO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA 2002-2003. Buenos Aires: INDEC, 2003.

ANUARIO ESTADÍSTICO DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS 1999. México: INEGI, 1999.

BARBOSA, F. *Os dispêndios com políticas públicas culturais em 2003*. IPEA. Brasília, 2005. Relatório.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher, c2005. 274 p.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./ jun. 2001.

_____. A política cultural e o plano das idéias. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Manual de elaboração do orçamento programa*. Anexo II.1. Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o Inciso I do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/legislacao/portarias>>. Acesso em: nov. 2004.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: _____. *Políticas culturais: diálogo indispensável: colóquio 2003*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005. 80 p. (Coleção FCRB, 1).

CANADAYEARBOOK 1994. Ottawa: Statistics Canada, 1994.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 326 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae1.0/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2004.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. In: CONCLA. Sistema de Busca On-Line. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: nov. 2004.

CLASSIFICATION of the functions of government – COFOG. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1997.

COCHRAN, W. G. *Sampling techniques*. 3rd ed. New York: Willey, c1977. 428 p.

COMPENDIO ESTADÍSTICO 2001. Santiago de Chile: INE, 2001.

CONTAS regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 114 p. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

CONTAS regionais do Brasil 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 88 p. (Contas nacionais, n.13). Acompanha 1 CD-ROM.

DESPESAS públicas por funções 1996-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 456 p. Acompanha 1 CD-ROM.

DESPESAS públicas por funções 1999-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 145 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 265 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 262 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 159 p. Acompanha 1 CD-ROM.

FINANÇAS públicas do Brasil 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 153 p. Acompanha 1 CD ROM.

GOES, M. S. C. *Transition to an integrated system of business surveys: the Brazilian case*. Trabalho apresentado no International Workshop on Economic Census, Beijing, China, 2005.

GUIA cultural de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

HERRERA, P. R. *Cultura y desarrollo*. Una agenda abierta e indispensable. Trabalho apresentado no Segundo Seminário sobre Sistemas de Informação Cultural. Mercosur Cultural, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <http://revistaquorum.es/quorum-17/Quorum_17/Q17_RIVASpatricio.pdf>. Acesso em: 19 out. 2007.

INFORME de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticas del Trabajo. Ginebra: OIT, 2003.

INFORME mundial sobre a cultura, 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo. São Paulo: Brasília: Moderna; Unesco, 2004. 416 p. Tradução de: World culture report 2000: cultural diversity, conflict and pluralism.

JAPAN STATISTICAL YEARBOOK 2005. Tokyo: Statistics Bureau, 2004.

LINS, C. P. C. *A demanda e a produção de informações culturais brasileiras*: parceria MinC e IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2007. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/demanda.pdf>>. Acesso em: [2007].

NEW ZEALAND OFFICIAL YEARBOOK 1986-1987. Wellington: Statistics New Zealand, 1987.

OLIVEIRA, L. A. P. de. As bases de dados do IBGE: potencialidades para a cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO – UMA BASE DE DADOS PARA A CULTURA, 2002, Recife. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 121 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PERFIL dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 275 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, 2005. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Suplemento Produtos e Serviços 2002-2003. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 2005. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA de orçamentos familiares 1987-1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 3 v.

Pesquisa de orçamentos familiares 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 274 p.

PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

PESQUISA INDUSTRIAL 2003-2005. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22-24, n. 1, 2005-2007. Acompanha 1 CD-ROM.

RECENSEAMENTO do Brasil 1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1922-1930. 5 v. em 19. v. 1.

RECENSEAMENTO geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950. v. 1, t. 1: A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil, por Fernando de Azevedo.

ROUET, F. L'approche économique de la culture: esquisse d'un bilan. *Culture et Recherche*, Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, n. 68, p. 3-7, sept.-oct. 1998.

SANTANA, S. de C. P.; SOUZA, N. R. M. *Além da diversão e arte, o pão: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. (Cadernos do CEHC. Série Cultura, n. 1). Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc1.pdf>. Acesso em: nov. 2004.

_____. *O trabalho que dão as indústrias culturais*. [Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 200-].

SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 124 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18). Acompanha 1 CD-ROM.

STATISTICAL ABSTRACT FOR THE UNITED STATES 2006. Washington, D.C.: Bureau of the Census, 2005.

SYSTEM of national accounts 1993. [Rev. ed.]. Brussels, Luxembourg: Commission of the European Communities; Washington, D.C.: International Monetary Fund; Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; New York: United Nations; Washington, D.C.: World Bank, 1993. 711 p.

Anexos

1 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Brasil - 2003

2 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Brasil - 2004

3 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Brasil - 2005

**Anexo 1 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Brasil - 2003**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
Total do Setor Cultural	269 074	1 431 449	1 007 158	17 821 912
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS	5 663	35 438	27 509	198 858
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e trançado - exceto móveis	5 663	35 438	27 509	198 858
EDIÇÃO; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	17 041	155 583	127 607	2 275 157
22.14-4 Edição de discos, fitas e outros materiais gravados	698	2 488	1 309	21 385
22.15-2 Edição de livros, revistas e jornais	1 584	13 364	10 796	259 773
22.16-0 Edição e impressão de livros	1 286	25 377	23 091	544 695
22.17-9 Edição e impressão de jornais	2 582	41 914	37 702	727 417
22.18-7 Edição e impressão de revistas	775	8 475	7 140	176 414
22.19-5 Edição; edição e impressão de outros produtos gráficos	10 116	63 965	47 569	545 472
IMPRESSÃO DE JORNAIS, REVISTAS E LIVROS E OUTROS SERVIÇOS GRÁFICOS	11 666	51 105	32 523	344 363
22.21-7 Impressão de jornais, revistas e livros	1 651	13 047	10 319	145 877
22.29-2 Execução de outros serviços gráficos	10 015	38 058	22 204	198 486
REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS	546	7 698	6 891	155 134
22.31-4 Reprodução de discos e fitas	205	6 643	6 342	148 377
22.32-2 Reprodução de fitas de vídeos	234	608	285	2 132
22.34-9 Reprodução de <i>softwares</i> em disquetes e fitas	107	447	264	4 624
FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES	235	6 613	6 231	173 515
30.21-0 Fabricação de computadores	235	6 613	6 231	173 515
FABRICAÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, SISTEMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO E SEMELHANTES	546	11 001	10 103	314 190
Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	546	11 001	10 103	314 190
FABRICAÇÃO DE APARELHOS RECEPTORES DE RÁDIO E TELEVISÃO E DE REPRODUÇÃO, GRAVAÇÃO OU AMPLIFICAÇÃO DE SOM E VÍDEO	487	23 541	22 744	394 446
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	487	23 541	22 744	394 446
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	3 461	35 747	30 215	254 714
Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	1 817	14 099	11 196	93 348
36.92-7 Fabricação de instrumentos musicais	194	2 667	2 337	20 483
36.93-5 Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte	462	4 969	4 229	29 814
36.94-3 Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos	988	14 012	12 453	111 069
COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, JORNAIS, REVISTAS E PAPELARIA	60 473	165 910	84 913	484 779
52.46-9 Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	60 473	165 910	84 913	484 779
COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS	4 965	10 008	3 634	18 001
52.50-7 Comércio varejista de artigos usados	4 965	10 008	3 634	18 001
ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	13 835	35 993	16 330	93 045
71.40-4 Aluguel de objetos pessoais e domésticos	13 835	35 993	16 330	93 045
CONSULTORIA EM SOFTWARE	15 962	90 815	61 208	1 613 814
72.21-4 Desenvolvimento e edição de <i>softwares</i> prontos para uso	2 390	6 391	2 022	32 551
Desenvolvimento de <i>softwares</i> sob encomenda e outras consultorias em <i>software</i>	13 572	84 424	59 186	1 581 263
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	739	30 255	29 199	893 636
73.10-5 Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	739	30 255	29 199	893 636

(continua)

**Anexo 1 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Brasil - 2003**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		(conclusão) Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	828	7 455	6 197	82 209
73.20-2 Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas	828	7 455	6 197	82 209
PUBLICIDADE E ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS	33 019	110 735	57 459	805 176
74.40-3 Publicidade	25 620	84 867	42 482	705 929
74.91-8 Atividades fotográficas	7 399	25 868	14 977	99 247
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	29 743	241 764	187 911	2 398 972
80.96-9 Educação profissional de nível técnico	2 019	51 939	47 605	678 506
80.97-7 Educação profissional de nível tecnológico	163	5 574	5 337	109 256
80.99-3 Outras atividades de ensino	27 561	184 251	134 969	1 611 210
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO	10 073	31 470	15 718	179 474
92.11-8 Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo	6 599	15 926	5 017	66 617
92.12-6 Distribuição de filmes e de vídeos	2 575	5 490	2 031	48 679
92.13-4 Projeção de filmes e de vídeos	899	10 054	8 670	64 178
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	7 646	88 068	76 044	1 662 312
92.21-5 Atividades de rádio	6 303	41 237	31 170	330 214
92.22-3 Atividades de televisão	1 343	46 831	44 874	1 332 098
OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS	19 334	47 497	17 405	166 798
Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias				
92.31-2 literárias	12 564	30 267	10 117	121 858
92.32-0 Gestão de salas de espetáculos	1 215	2 975	1 205	11 546
Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente				
92.39-8 anteriormente	5 555	14 255	6 083	33 394
ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS	1 054	3 335	1 683	55 203
92.40-1 Atividades de agências de notícias	1 054	3 335	1 683	55 203
ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	995	8 147	7 177	116 594
92.51-7 Atividades de bibliotecas e arquivos	284	2 031	1 727	23 870
Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico				
92.52-5 histórico	253	2 913	2 707	48 407
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas				
92.53-3 nacionais e reservas ecológicas	458	3 203	2 743	44 317
COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA; LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	4 520	23 342	16 101	162 066
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; papel, papelão e seus artefatos; livros, jornais e outras publicações				
5147-0 publicações	4 520	23 342	16 101	162 066
COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, PARTES E PEÇAS	1 295	11 806	9 560	364 173
Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças				
51.65-9 telefonia e comunicação, partes e peças	1 295	11 806	9 560	364 173
TELECOMUNICAÇÕES	5 247	89 203	80 285	3 241 450
64.20-0 Telecomunicações	5 247	89 203	80 285	3 241 450
PROCESSAMENTO E ATIVIDADES DE BANCOS DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO ELETRÔNICO	19 701	108 920	72 511	1 373 834
72.30-3 Processamento de dados	18 803	104 528	69 604	1 311 466
Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico				
72.40-0 conteúdo eletrônico	898	4 392	2 907	62 369

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003.

**Anexo 2 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Brasil - 2004**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
Total do Setor Cultural	291 321	1 512 528	1 071 395	20 595 714
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS	5 711	36 472	28 725	216 036
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e trançado - exceto móveis	5 711	36 472	28 725	216 036
EDIÇÃO; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	18 590	155 350	125 790	2 479 480
22.14-4 Edição de discos, fitas e outros materiais gravados	828	2 314	1 062	13 277
22.15-2 Edição de livros, revistas e jornais	2 333	11 238	7 633	134 990
22.16-0 Edição e impressão de livros	1 308	22 856	20 609	489 784
22.17-9 Edição e impressão de jornais	2 675	44 497	40 186	893 240
22.18-7 Edição e impressão de revistas	728	9 541	8 315	349 265
22.19-5 Edição; edição e impressão de outros produtos gráficos	10 718	64 904	47 985	598 924
IMPRESSÃO DE JORNAIS, REVISTAS E LIVROS E OUTROS SERVIÇOS GRÁFICOS	12 082	53 174	34 518	388 689
22.21-7 Impressão de jornais, revistas e livros	1 659	13 226	10 598	157 375
22.29-2 Execução de outros serviços gráficos	10 423	39 948	23 920	231 314
REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS	583	8 544	7 734	191 157
22.31-4 Reprodução de discos e fitas	261	7 553	7 207	185 695
22.32-2 Reprodução de fitas de vídeos	208	636	347	3 041
22.34-9 Reprodução de <i>softwares</i> em disquetes e fitas	114	355	180	2 421
FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES	234	8 109	7 733	220 993
30.21-0 Fabricação de computadores	234	8 109	7 733	220 993
FABRICAÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, SISTEMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO E SEMELHANTES	489	16 192	15 434	536 356
Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	489	16 192	15 434	536 356
FABRICAÇÃO DE APARELHOS RECEPTORES DE RÁDIO E TELEVISÃO E DE REPRODUÇÃO, GRAVAÇÃO OU AMPLIFICAÇÃO DE SOM E VÍDEO	490	27 306	26 457	466 314
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	490	27 306	26 457	466 314
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	3 559	36 269	30 853	287 369
Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	1 894	14 957	12 083	111 202
36.92-7 Fabricação de instrumentos musicais	194	2 714	2 397	24 040
36.93-5 Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte	482	4 412	3 699	35 284
36.94-3 Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos	989	14 186	12 674	116 843
COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, JORNAIS, REVISTAS E PAPELARIA	63 707	172 643	89 602	541 339
52.46-9 Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	63 707	172 643	89 602	541 339
COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS	5 262	10 580	4 125	21 604
52.50-7 Comércio varejista de artigos usados	5 262	10 580	4 125	21 604
ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	15 434	41 215	20 108	118 854
71.40-4 Aluguel de objetos pessoais e domésticos	15 434	41 215	20 108	118 854
CONSULTORIA EM SOFTWARE	22 677	114 064	73 751	2 596 665
72.21-4 Desenvolvimento e edição de <i>softwares</i> prontos para uso	4 437	26 869	18 785	1 181 139
Desenvolvimento de <i>softwares</i> sob encomenda e outras consultorias em <i>software</i>	18 240	87 195	54 966	1 415 527
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	824	30 962	29 780	991 594
73.10-5 Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	824	30 962	29 780	991 594

(continua)

**Anexo 2 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Brasil - 2004**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		(conclusão) Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	921	7 629	6 244	89 681
73.20-2 Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas	921	7 629	6 244	89 681
PUBLICIDADE E ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS	33 901	111 705	58 721	855 383
74.40-3 Publicidade	26 176	85 575	43 643	748 437
74.91-8 Atividades fotográficas	7 725	26 130	15 078	106 946
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	31 508	239 270	184 697	2 511 563
80.96-9 Educação profissional de nível técnico	2 166	51 350	47 746	725 628
80.97-7 Educação profissional de nível tecnológico	218	7 662	7 397	179 363
80.99-3 Outras atividades de ensino	29 124	180 258	129 554	1 606 573
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO	9 465	30 726	16 533	198 451
92.11-8 Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo	6 309	15 091	5 281	78 542
92.12-6 Distribuição de filmes e de vídeos	2 266	4 848	1 884	49 158
92.13-4 Projeção de filmes e de vídeos	890	10 787	9 368	70 751
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	7 459	88 860	77 652	1 837 349
92.21-5 Atividades de rádio	6 115	40 887	31 648	354 482
92.22-3 Atividades de televisão	1 344	47 973	46 004	1 482 867
OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS	20 415	46 562	16 997	175 890
Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias				
92.31-2 literárias	12 966	28 777	9 524	125 595
92.32-0 Gestão de salas de espetáculos	1 280	3 478	1 684	16 522
Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente				
92.39-8 anteriormente	6 169	14 307	5 789	33 774
ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS	1 122	3 443	1 776	69 559
92.40-1 Atividades de agências de notícias	1 122	3 443	1 776	69 559
ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	1 009	8 607	7 664	133 658
92.51-7 Atividades de bibliotecas e arquivos	289	2 192	1 932	28 495
Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico				
92.52-5 histórico	253	2 866	2 678	50 327
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas				
92.53-3 nacionais e reservas ecológicas	467	3 549	3 054	54 836
COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA; LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	4 933	26 201	18 595	198 483
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; papel, papelão e seus artefatos; livros, jornais e outras publicações				
5147-0 publicações	4 933	26 201	18 595	198 483
COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, PARTES E PEÇAS	1 977	17 199	14 003	503 827
Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças				
51.65-9 telefonia e comunicação, partes e peças	1 977	17 199	14 003	503 827
TELECOMUNICAÇÕES	5 531	103 119	94 811	3 474 437
64.20-0 Telecomunicações	5 531	103 119	94 811	3 474 437
PROCESSAMENTO E ATIVIDADES DE BANCOS DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO ELETRÔNICO	23 438	118 327	79 092	1 490 982
72.30-3 Processamento de dados	22 372	114 230	76 695	1 441 640
Atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico				
72.40-0 conteúdo eletrônico	1 066	4 097	2 397	49 342

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

Anexo 3 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Brasil - 2005

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
Total do Setor Cultural	321 395	1 635 294	1 159 392	23 598 965
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS	5 963	33 211	25 362	206 507
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e trançado - exceto móveis	5 963	33 211	25 362	206 507
EDIÇÃO; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	21 674	164 704	131 693	2 738 511
22.14-4 Edição de discos, fitas e outros materiais gravados	1 040	2 603	1 085	13 343
22.15-2 Edição de livros, revistas e jornais	3 211	18 771	13 909	390 934
22.16-0 Edição e impressão de livros	1 986	23 878	20 636	532 588
22.17-9 Edição e impressão de jornais	2 930	43 642	39 177	933 551
22.18-7 Edição e impressão de revistas	719	7 786	6 625	197 948
22.19-5 Edição; edição e impressão de outros produtos gráficos	11 788	68 024	50 261	670 147
IMPRESSÃO DE JORNAIS, REVISTAS E LIVROS E OUTROS SERVIÇOS GRÁFICOS	12 977	58 152	38 570	467 948
22.21-7 Impressão de jornais, revistas e livros	1 659	14 075	11 549	188 606
22.29-2 Execução de outros serviços gráficos	11 318	44 077	27 021	279 342
REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS	609	6 691	5 885	141 153
22.31-4 Reprodução de discos e fitas	298	5 779	5 404	135 697
22.32-2 Reprodução de fitas de vídeos	189	567	306	3 174
22.34-9 Reprodução de <i>softwares</i> em disquetes e fitas	122	345	175	2 282
FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES	268	11 562	11 158	288 531
30.21-0 Fabricação de computadores	268	11 562	11 158	288 531
FABRICAÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, SISTEMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO E SEMELHANTES	449	21 103	20 442	676 840
Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	449	21 103	20 442	676 840
FABRICAÇÃO DE APARELHOS RECEPTORES DE RÁDIO E TELEVISÃO E DE REPRODUÇÃO, GRAVAÇÃO OU AMPLIFICAÇÃO DE SOM E VÍDEO	484	28 209	27 457	499 332
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	484	28 209	27 457	499 332
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	3 743	36 716	31 227	315 688
Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	1 979	15 662	12 795	130 267
36.92-7 Fabricação de instrumentos musicais	211	2 592	2 274	25 615
36.93-5 Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte	518	4 788	4 050	44 157
36.94-3 Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos	1 035	13 674	12 108	115 650
COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, JORNAIS, REVISTAS E PAPELARIA	67 601	182 197	96 253	623 519
52.46-9 Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	67 601	182 197	96 253	623 519
COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS	5 634	10 686	4 047	24 071
52.50-7 Comércio varejista de artigos usados	5 634	10 686	4 047	24 071
ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	18 544	50 253	24 787	155 278
71.40-4 Aluguel de objetos pessoais e domésticos	18 544	50 253	24 787	155 278
CONSULTORIA EM SOFTWARE	28 527	143 979	92 534	3 329 838
72.21-4 Desenvolvimento e edição de <i>softwares</i> prontos para uso	5 484	35 359	25 768	1 415 567
Desenvolvimento de <i>softwares</i> sob encomenda e outras consultorias em <i>software</i>	23 043	108 620	66 766	1 914 271
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	921	33 273	31 926	1 103 926
73.10-5 Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	921	33 273	31 926	1 103 926

(continua)

**Anexo 3 - Número de empresas, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Brasil - 2005**

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Número de empresas	Pessoal ocupado em 31.12		(conclusão) Salários e outras remunerações (1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	956	8 358	6 859	104 047
73.20-2 Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas	956	8 358	6 859	104 047
PUBLICIDADE E ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS	36 111	114 884	60 455	935 153
74.40-3 Publicidade	27 872	87 506	44 509	812 330
74.91-8 Atividades fotográficas	8 239	27 378	15 946	122 823
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	33 958	263 604	209 136	3 024 569
80.96-9 Educação profissional de nível técnico	2 389	53 961	50 137	836 563
80.97-7 Educação profissional de nível tecnológico	232	10 222	9 884	239 895
80.99-3 Outras atividades de ensino	31 337	199 421	149 115	1 948 110
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO	9 730	30 791	16 893	224 512
92.11-8 Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo	6 708	15 908	5 948	97 025
92.12-6 Distribuição de filmes e de vídeos	2 098	4 473	1 873	52 718
92.13-4 Projeção de filmes e de vídeos	924	10 410	9 072	74 770
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	7 511	93 599	82 888	2 085 609
92.21-5 Atividades de rádio	6 162	41 594	32 696	380 149
92.22-3 Atividades de televisão	1 349	52 005	50 192	1 705 459
OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS	21 912	51 617	20 794	219 720
Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias				
92.31-2 literárias	14 356	33 215	12 356	162 510
92.32-0 Gestão de salas de espetáculos	1 389	3 834	1 987	19 836
Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente				
92.39-8 anteriormente	6 167	14 568	6 451	37 374
ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS	1 086	3 212	1 635	70 623
92.40-1 Atividades de agências de notícias	1 086	3 212	1 635	70 623
ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	1 096	8 495	7 597	135 807
92.51-7 Atividades de bibliotecas e arquivos	312	2 169	1 921	30 100
Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico				
92.52-5 histórico	266	2 834	2 631	51 921
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas				
92.53-3 nacionais e reservas ecológicas	518	3 492	3 045	53 786
COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA; LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	5 336	28 283	20 406	253 949
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; papel, papelão e seus artefatos; livros, jornais e outras publicações				
5147-0 publicações	5 336	28 283	20 406	253 949
COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, PARTES E PEÇAS	2 531	21 306	17 394	586 007
Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças				
51.65-9 telefonia e comunicação, partes e peças	2 531	21 306	17 394	586 007
TELECOMUNICAÇÕES	5 899	92 346	83 845	3 564 888
64.20-0 Telecomunicações	5 899	92 346	83 845	3 564 888
PROCESSAMENTO E ATIVIDADES DE BANCOS DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO ELETRÔNICO	27 875	138 063	90 149	1 822 940
72.30-3 Processamento de dados	26 666	133 531	87 417	1 765 268
Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico				
72.40-0 conteúdo eletrônico	1 209	4 532	2 732	57 671

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

Glossário

anos de estudo (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

atividade (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida.

categoria do emprego (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002-2004*) Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada.

Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar – CBO-Domiciliar (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares, o IBGE utilizou a estrutura da CBO que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO no nível mais agregado - grande grupo - e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO tem como referência a *International Standard Classification of Occupations - ISCO-88 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88)*.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado - reagrupa classes onde o detalhamento é considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities – ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas – CIU), 3ª* revisão, das Nações Unidas.

coeficiente de variação Razão entre o desvio padrão de uma estatística e seu valor esperado. Em amostragem, uma estimativa é mais precisa quanto mais seu coeficiente de variação for próximo de zero.

condição de ocupação (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Classificação das pessoas economicamente ativas na semana de referência em ocupadas e desocupadas nessa semana.

consumo intermediário 1. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005*) Somatório das seguintes despesas: despesas operacionais, exceto impostos e taxas; despesas com arrendamento mercantil (*leasing*) de máquinas, equipamentos e veículos. Cálculo sem os ajustes metodológicos das Contas Nacionais que incluem a análise e tratamento dos elementos do custo intermediário e estimativas para a produção de autônomos e unidades produtivas da economia informal.

2. (*Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Somatório das seguintes despesas: despesas operacionais, exceto impostos e taxas; despesas com mercadoria, material de consumo e de reposição; despesas com combustíveis e lubrificantes consumidos em veículos, geradores,

caldeiras, empilhadeiras, etc.; despesas com matérias-primas para fabricação própria; custo de programação das empresas de televisão por assinatura; despesas com arrendamento mercantil (*leasing*) de máquinas, equipamentos e veículos. Cálculo sem os ajustes metodológicos das Contas Nacionais que incluem a análise e tratamento dos elementos do custo intermediário e estimativas para a produção de autônomos e unidades produtivas da economia informal.

conta própria (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*)

Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.

contribuição para instituto de previdência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*)

Contribuição para instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tinham na semana de referência.

cor ou raça (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*)

Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (pessoa indígena ou índia).

custo das operações industriais (*Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*)

Valor dos custos diretamente envolvidos na produção, incorridos no ano, à exceção dos salários e encargos, obtido pela soma das seguintes variáveis: consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes; compra de energia elétrica; consumo de combustíveis, consumo de peças e acessórios para manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, serviços industriais e de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à produção prestados por terceiros.

custo do trabalho 1. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Relação entre os gastos com pessoal e a receita operacional líquida.

2. (*Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*) Relação entre os gastos com pessoal e a receita líquida de vendas.

custos e despesas (*Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*)

Soma dos gastos de pessoal com o custo das operações industriais, mais os demais custos e despesas.

custos e despesas totais 1. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005*)

Somatório dos seguintes itens: gastos de pessoal, consumo

intermediário, custo das mercadorias revendidas, impostos e taxas, despesas financeiras, variações monetárias passivas, comissões pagas a administradoras de cartão de crédito, resultado negativo em participações societárias, depreciação, amortização, despesas não operacionais e constituição das provisões.

2. (*Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Somatório dos seguintes itens: gastos de pessoal, consumo intermediário, custos das mercadorias revendidas, custo de incorporação, impostos e taxas, despesas financeiras, variações monetárias passivas, comissões pagas a administradoras de cartão de crédito, resultado negativo em participações societárias, depreciação, amortização, despesas não operacionais e contribuições das provisões.

data de referência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2004, foi o dia 25 de setembro de 2004; para a pesquisa realizada em 2005, foi o dia 24 de setembro de 2005; e para a pesquisa realizada em 2006, foi o dia 30 de setembro de 2006.

despesa monetária e não-monetária média mensal (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Estimativa, usada no plano tabular, que corresponde ao somatório das despesas monetárias e não-monetárias mensais para cada tipo de despesa, dividido pelo número de unidades de consumo, para um determinado conjunto de dados.

despesa por funções (*Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2005*) Distribuição setorial das despesas realizadas pelo governo, tais como: saúde, educação, previdência social, meio ambiente, segurança pública, entre outras. Permite mensurar o tipo de dispêndio realizado, segundo as áreas de atuação, possibilitando, desta forma, a análise do volume e da natureza da oferta dos serviços públicos postos à disposição da sociedade.

despesas de consumo (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Despesas realizadas pela unidade de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa.

despesas monetárias (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Despesas efetuadas por meio de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com a utilização de cartão de crédito.

despesas não-monetárias (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado.

domicílio particular permanente (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Domicílio que se destina à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

empreendimento (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Empresa, instituição, entidade, firma, negócio, etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não-remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento. Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado é considerado como sendo um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa presta este serviço.

empregado (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

empresa/organização (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, compreendendo entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades privadas sem fins lucrativos.

erro amostral Diferença entre a estimativa amostral e o valor verdadeiro (populacional) do parâmetro estimado. O erro amostral pode ser expresso através do coeficiente de variação: quanto menor o coeficiente de variação, menor o erro amostral.

erro padrão Desvio padrão de uma estimativa amostral.

estimador Função das observações da amostra usada para estimar (calcular um valor próximo) um parâmetro da população.

estimativa Resultado da aplicação de um estimador aos valores observados numa amostra de uma variável de interesse.

gasto com pessoal (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*) Soma dos salários, retiradas e outras remunerações com os encargos sociais (previdência social, previdência privada e FGTS), indenizações trabalhistas e benefícios concedidos aos empregados.

horas habitualmente trabalhadas por semana (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência, inclusive as horas que a pessoa habitualmente ocupa fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado.

idade (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, e idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento. As pessoas que não declaram a data de nascimento nem a idade presumida são reunidas no grupo "idade ignorada".

intervalo de confiança Outra forma de apresentar a precisão de uma estimativa. É construído a partir da estimativa de sua variância e de uma medida do nível de significância. Dizer que um intervalo tem 95% de confiança significa que se forem feitas repetidas seleções de amostras, seguindo um mesmo plano amostral, as estimativas obtidas em cada amostra levarão a intervalos que, em 95% das vezes, incluem o valor verdadeiro do parâmetro estimado. Quanto menor o tamanho do intervalo de confiança, maior a precisão da estimativa.

margem de comercialização (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005*) Diferença entre a receita líquida de revenda e o custo da mercadoria revendida. Refere-se ao resultado obtido pelo esforço de venda da mercadoria deduzido de seus custos de aquisição pela empresa.

massa salarial (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Soma dos salários e outras remunerações nos 12 meses do ano, acrescida do 13º salário.

mês de referência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para as pesquisas realizadas em 2004, 2005, e 2006, foi o mês de setembro do respectivo ano.

natureza jurídica (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas nos cadastros da administração pública do País. A Tabela de Natureza Jurídica é organizada por categorias: administração pública; entidades empresariais; entidades sem fins lucrativos, etc.

ocupação (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

outro trabalhador não-remunerado (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo. Para efeito de divulgação deste estudo, em todas as tabelas que

apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não-remunerado foram reunidas em uma única categoria, sob a denominação de “não-remunerado”

período de referência de 12 meses (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Para a pesquisa realizada em 2004, foi o período de 1º de outubro de 2003 a 25 de setembro de 2004; para a pesquisa realizada em 2005, foi o período de 1º de outubro de 2004 a 24 de setembro de 2005; e para a pesquisa realizada em 2006, foi o período de 1º de outubro de 2005 a 30 de setembro de 2006.

período de referência de 365 dias (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Para a pesquisa realizada em 2004, foi o período de 26 de setembro de 2003 a 25 de setembro de 2004; para a pesquisa realizada em 2005, foi o período de 25 de setembro de 2004 a 24 de setembro de 2005; e para a pesquisa realizada em 2006, foi o período de 01 de outubro de 2005 a 30 de setembro de 2006.

peso amostral Inverso da probabilidade de inclusão de uma unidade da população numa amostra. Intuitivamente, o peso-amostral é o número de unidades populacionais representadas por uma unidade da amostra.

pesquisa por amostragem probabilística Pesquisa que utiliza uma amostra probabilística, ou seja, um método de seleção de amostras onde são atribuídas probabilidades diferentes de zero para todas as unidades da população a ser amostrada. As unidades da amostra são conhecidas antes da coleta dos dados ou, no caso de amostragem sistemática, as unidades selecionadas independem de quem as seleciona. As probabilidades atribuídas a cada unidade populacional podem ser iguais ou não.

pessoa de referência da unidade de consumo (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas, etc.). No caso em que nenhum morador satisfaz a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência é aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa é identificada pelos moradores, estabelece-se a idade mais alta como critério de escolha.

pessoa ocupada na semana de referência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, greve, etc.

peçoal assalariado (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência com vínculo empregatício.

peçoal ocupado total 1. (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, incluindo peçoal assalariado com vínculo empregatício, bem como os proprietários e sócios com atividade na unidade.

2. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*) Pessoas ocupadas, com ou sem vínculo empregatício. Inclui as pessoas afastadas em gozo de férias, licenças, seguros por acidentes, etc., mesmo que estes afastamentos sejam superiores a 15 dias. Não inclui os membros do conselho administrativo, diretor ou fiscal, que não desenvolvem qualquer outra atividade na empresa, os autônomos, e, ainda, o peçoal que trabalha dentro da empresa, mas é remunerado por outras empresas. As informações referem-se à data de 31.12 do ano de referência da pesquisa. O peçoal ocupado é a soma do peçoal assalariado ligado e não-ligado à atividade fim da empresa e do peçoal não-assalariado.

plano amostral Plano que descreve todo o processo de seleção da amostra. Deve indicar a população a ser amostrada; o cadastro ou marco de referência onde serão identificadas e selecionadas as unidades amostrais; o número de unidades que deverão ser selecionadas; e o método de seleção.

população residente (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não-remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo, ou trabalhador na construção para o próprio uso.

precisão da estimativa Indicador da confiança que se pode ter na estimativa ou quanto próximo do valor verdadeiro está o valor estimado. A precisão da estimativa pode ser dada pela variância, pelo desvio padrão, pelo coeficiente de variação ou pelo intervalo de confiança.

receita líquida de vendas na indústria (*Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005*) Receita bruta total (proveniente da venda de produtos e serviços industriais, da revenda de mercadorias e da prestação de serviços não-industriais) menos o total das deduções (vendas canceladas e descontos, ICMS e outros impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços, como COFINS, SIMPLES, etc.),

conforme valor apurado na Demonstração de Resultados da empresa.

receita operacional líquida (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Receita bruta proveniente da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições (ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS, etc.), das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

rendimento mensal de trabalho (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para os empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal (rendimento ganho sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas, etc., e não incluindo o 13º salário, 14º, 15º, etc. e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados) a que normalmente têm direito trabalhando um mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal, referente ao mês de referência da pesquisa. A parcela da remuneração recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Inclui-se no grupo "sem rendimento de trabalho" os empregados e trabalhadores domésticos que recebem somente em benefícios à guisa de rendimento de trabalho. Para os empregadores e conta própria --retirada mensal (rendimento bruto menos as despesas com o empreendimento, tais como pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.) normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal, referente ao mês de referência da pesquisa. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência - rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.), referente ao mês de referência da pesquisa. Foram incluídas no grupo "sem rendimento" as pessoas que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho.

rendimento monetário (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Todo e qualquer tipo de ganho monetário recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização de coleta das informações.

rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*) Soma dos rendimentos monetários brutos e não-monetários mensais das unidades de consumo, dividida pelo número de unidades de consumo contidas nesse conjunto de dados.-

rendimento real mensal de trabalho (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Rendimento mensal de trabalho referente aos anos de 2004 e 2005 corrigidos para valores do ano de 2006.

salário médio mensal (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Razão entre o total anual de salários e outras remunerações e o número total de pessoas ocupadas assalariadas em 31.12, dividida por 13 meses.

salário médio mensal em salários mínimos 1. (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Salário médio mensal expresso em termos do valor médio anual do salário mínimo do ano de referência, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

2. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005*) Relação entre o total de salários, retiradas e outras remunerações e o número total de pessoas ocupadas dividido pelo salário mínimo anual, que é o somatório do salário mínimo pago em cada mês, incluindo o 13º salário.

salário mínimo (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2004, 2005 e 2006 foi, respectivamente: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

salários, e outras remunerações 1. (*Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003-2005*) Importâncias pagas no ano a título de salários fixos, honorários, comissões, ajudas de custo, 13º salário, abono financeiro de $\frac{1}{3}$ das férias, participações nos lucros etc., referentes aos trabalhadores com vínculo empregatício, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência-e assistência social (INSS) ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, contas de cooperativas, etc.)

2. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Importâncias pagas no ano a título de salários fixos, honorários da diretoria, comissões sobre vendas, horas extras, participações nos lucros, ajudas de custo, 13º salário, abono financeiro de $\frac{1}{3}$ das férias, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência e assistência social (INSS) ou de consignação de interesse de empregados (aluguel de casa, contas de cooperativas etc.).

salários, retiradas e outras remunerações (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005*) Soma das importâncias pagas no ano a título de salários fixos, pró-labore, retiradas de sócios e proprietários, honorários, comissões, ajudas de custo, 13º salário, abono de férias, gratificações e participações nos lucros (quando não

resultante de cláusula contratual). Não são deduzidas as parcelas correspondentes às cotas de previdência social (INSS), recolhimento de imposto de renda ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, contas de cooperativas, etc.). Não estão incluídas as diárias pagas a empregados em viagens, honorários e ordenados pagos a membros dos conselhos administrativo, fiscal ou diretor que não exerçam qualquer outra atividade na empresa, indenizações por dispensa incentivada, participações ou comissões pagas a profissionais autônomos.

semana de referência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2004, foi a semana de 19 a 25 de setembro de 2004; para a pesquisa realizada em 2005, foi a semana de 18 a 24 de setembro de 2005; e para a pesquisa realizada em 2006, foi a semana de 24 a 30 de setembro de 2006.

taxa de investimento 1. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Relação entre o investimento líquido (aquisições menos baixas) e o valor adicionado. Expressa o quanto uma unidade monetária de valor adicionado é empregada em aumento líquido dos ativos tangíveis da empresa.

2. (*Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2003-2005*) Relação entre o investimento líquido (aquisições mais melhorias menos baixas) e o valor da transformação industrial.

taxa de margem de comercialização (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005*) Divisão da margem de comercialização pelo custo da mercadoria vendida. Expressa o quanto uma unidade monetária de custo retorna para a empresa em forma de lucro.

trabalhador doméstico (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador. Para efeito de divulgação deste estudo, em todas as tabelas que apresentam a classificação

por posição na ocupação, as categorias trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não-remunerado foram reunidas em uma única categoria, sob a denominação de "não-remunerado".

trabalhador na produção para o próprio consumo (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho principal da semana de referência (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006*) Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não-remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

unidade de consumo (*Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003*)

Unidade básica de investigação e análise dos orçamentos utilizada pela pesquisa. Compreende um morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns a identificação da unidade de consumo ocorre por meio das despesas com moradias.

valor adicionado (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005, Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário. Cálculo sem os ajustes metodológicos das Contas Nacionais que incluem a análise e tratamento dos elementos do custo intermediário e estimativas para a produção de autônomos e unidades produtivas da economia informal.

valor bruto da produção 1. (*Pesquisa Anual de Comércio 2003-2005*)

Soma da receita operacional líquida, aluguel de imóveis e equipamentos e outras receitas operacionais, menos o custo das mercadorias revendidas no ano.

2. (*Pesquisa Anual de Serviços 2003-2005*) Soma da receita operacional líquida, receita de aluguel de imóveis, subvenções, dotações orçamentárias recebidas de governos e transferência de recursos e outras receitas operacionais, menos o custo das mercadorias revendidas, custo de incorporação e de vendas de imóveis próprios.

3. (*Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*) Soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial) com a variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração, mais a produção própria incorporada ao ativo imobilizado.

valor da transformação industrial (*Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003-2005*) Diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais.

variância Medida de homogeneidade de uma variável na população. Quanto mais homogêneas (parecidas) são as unidades da população em relação a uma determinada característica ou variável de interesse, menor a variância. Matematicamente, a variância pode ser calculada pela média dos quadrados dos desvios dos valores da variável em relação ao valor médio dessa variável na população.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação técnica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais

Cristina Pereira de Carvalho Lins

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Antonio Carlos Alkmim dos Reis
Bernardette Maria da Silveira Pinheiro
Marcia Estellita Lins

Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações

Sidneia Reis Cardoso

Gerência do Cadastro Central de Empresas

Ana Rosa Pais Ribeiro
Jaciera Zacharias da Silva
Katia Cilene Medeiros de Carvalho

Coordenação de Indústria

Fernanda de Vilhena Cornélio Silva
Isabella Nunes Pereira

Coordenação de Serviços e Comércio

Juliana Paiva Vasconcelos
Luiz Andres Ribeiro Paixão
Pedro Luiz de Sousa Quintslr
Vania Maria Carelli Prata

Coordenação de Contas Nacionais

Douglas Moura Guanabara
Julia Gontijo Vale

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar de Azevedo Pereira

José Mauro de Freitas Junior
Luiz Fernando Ramos de Mello

Coordenação de Métodos e Qualidade

Sonia Albieri

Gabinete da Diretoria de Pesquisas

Priscila Koeller Rodrigues Vieira

Colaboradores

Ministério da Cultura – MinC

Secretaria de Políticas Culturais

Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes

Gerência de Planejamento Estudos e Pesquisas

Pablo Gonçalo Pires de Campos Martins

Técnicos participantes

Aderbal Júnior
Adriana Carvalho de Andrade
Andréa Gomes da Silva
Felipe Ribeiro
Gustavo Henrique Consentino
Lorena Martins
Wesley Sidnei Soares da Silva

Fundação Casa de Rui Barbosa

Setor de Estudos de Política Cultural

Lia Calabre

Fundação Biblioteca Nacional e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Isaura Botelho

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Paulo Miguez

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Carmen Heloisa Pessoa Costa
Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Igonzaga

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
José Luís Nicola

Kátia Domingos Vieira
Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Sebastião Monsores

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Bruno Klein
Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte